



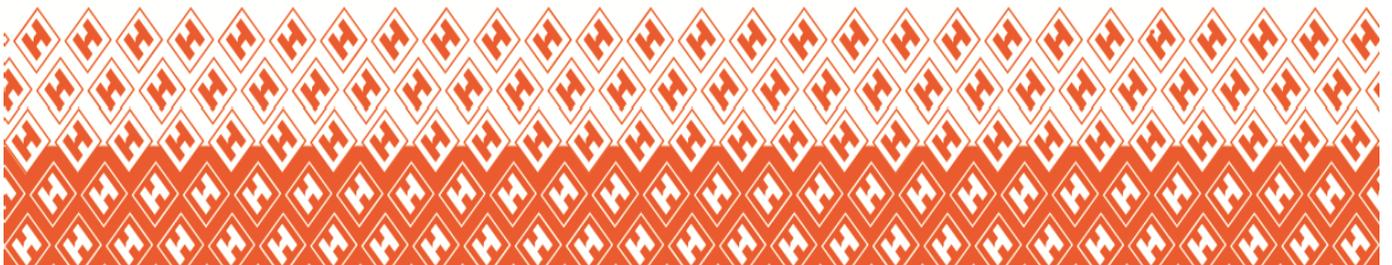
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

CATALINE CARVALHO MASCARENHAS

**JEQUIÉ-BAHIA: História e Memória na sequência didática
para o ensino de História**

Vitória da Conquista –Bahia
Setembro de 2024



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - DH
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA/UESB

CATALINE CARVALHO MASCARENHAS

**JEQUIÉ-BAHIA: História e Memória na sequência didática
para o ensino de História**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ProfHistória/Uesb), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Linguagens e Narrativas Históricas. Produção e Difusão.

Orientadora: Prof. Dra. Avanete Pereira Sousa.

Vitória da Conquista –Bahia
Setembro de 2024

M361j

Mascarenhas, Cataline Carvalho.

Jequié-BA: história e memória na sequência didática para o ensino de história. / Cataline Carvalho Mascarenhas, 2024.

119f. il.

Orientador (a): Dr^a. Avanete Pereira Sousa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referência F. 106 – 112.

1. Ensino de história. 2. Jequié. 3. Sequência didática. I. Souza, Avanete Pereira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de história- ProfHistória. III. T.

CDD 907

FOLHA DE APROVAÇÃO

CATALINE CARVALHO MASCARENHAS

JEQUIÉ-BAHIA: História e Memória na sequência didática para o ensino de História

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional e Ensino de História – ProfHistória/UESB, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre no Ensino de História: Linguagens e Narrativas Históricas. Produção e Difusão.

Data da aprovação: 23 de setembro 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Avanete Pereira Sousa
Universidade do Sudoeste da Bahia - UESB

Prof.^a Dr.^a Isnara Pereira Ivo
Universidade do Estado da Bahia - UESB

Prof.^a Dr.^a. Maria das Graça de Andrade Leal
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação representa não apenas um marco importante na minha trajetória acadêmica, mas também o resultado de um esforço coletivo. Gostaria de expressar minha gratidão a todos que contribuíram de alguma forma para a conclusão deste trabalho.

Primeiramente, a Deus toda honra toda glória e todo o louvor, nem sei como consegui passar por essa etapa, só Ele mesmo para ter me permitido.

Ao meu esposo Gabriel Mascarenhas, cujo amor, compreensão e apoio incondicional me deram forças para seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores como dirigir de Jequié a Vitória da Conquista toda sexta-feira em um bate e volta. Obrigada por acreditar em mim e sempre me encorajar a perseguir meus sonhos, mesmo em meio a tantos problemas que enfrentamos durante esse curso, principalmente na área da saúde. A minha sogra que disponibilizou sua casa, dando apoio integral durante todo o curso e que tem sido uma mãe para mim.

A minha mãe e minha irmã que sempre oraram por mim e sempre acreditaram que tudo daria certo. E a toda família Mascarenhas.

Aos meus amigos que oraram por mim e em especial a Rauane, muito obrigada por seus conselhos e oração minha amiga.

Agradeço a minha orientadora, Prof. Dra. Avanete Pereira Sousa por seu apoio incansável, orientação sábia e paciência ao longo deste processo. Sua expertise e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Também gostaria de agradecer aos membros da banca examinadora da qualificação, Profa. Dra. Isnara Ivo e Profa. Dra. Maria das Graça de Andrade Leal, pelas valiosas sugestões e críticas construtivas que ajudaram a aprimorar este trabalho.

Agradeço ainda aos meus colegas e amigos, que estiveram ao meu lado durante essa jornada, compartilhando experiências, desafios e momentos de aprendizado. Seus apoios foram essenciais para superar as dificuldades encontradas ao longo do caminho.

Não poderia deixar de mencionar a Rede de Ensino: Escola Adventista e toda a direção na pessoa de Mabel Montecinos, Paulo Santos e as coordenadoras Mariele Souza e Maryanne Porto, que, com muita compreensão e apoio, me permitiram cursar esse mestrado com leveza mesmo com uma carga horária grande.

RESUMO

Esta pesquisa em Ensino de História aborda as representações memorialísticas da História de Jequié, a partir da obra “Nova História de Jequié”, de Emerson Pinto de Araújo e, como produto, apresenta uma sequência didática que tem como objetivo propor uma análise crítica da história local. A investigação baseia-se nos referenciais teóricos da História Cultural e local e no conceito de memorialismo, segundo a formulação de Peter Burke, através de uma abordagem qualitativa, descritiva, buscando uma revisão documental bibliográfica e fotográfica.

Palavras-chave: Ensino. História. Jequié. Sequência didática.

ABSTARCT

This research in History Teaching addresses the memorialistic representations of the History of Jequié, based on the work “Nova História de Jequié”, by Emerson Pinto de Araújo and, as a product, presents a didactic sequence that aims to propose a critical analysis of the history local. The investigation is based on the theoretical references of Cultural and local History and the concept of memorialism, according to Peter Burke's formulation, through a qualitative, descriptive approach, seeking a bibliographic and photographic documentary review.

Keywords: Teaching. History. Jequié. Didactic sequence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa do Território do Sertão da Ressaca - Centro Sul da Bahia: estradas e aldeamentos criados por João Gonçalves da Costa entre 1750 e 1819.....	25
Figura 2- Mapa do Território das Etnias Indígenas que povoavam o Centro Sul da Bahia entre os Séculos XVI ao XIX.....	26
Figura 3- Mapa dos Trás-os-Montes – Portugal – Território de Origem dos Gonçalves da Costa Século XVIII.....	32
Figura 4- Mapa da Bacia hidrografia do Rio de Contas.....	58
Figura 5- Mapa da Bacia hidrografia do Rio de Contas.....	58
Figura 6- Iconografia da Cidade de Trecchina (autor desconhecido)	61
Figura 7- Emigrantes italianos em Jequié.....	62
Figura 08- Trecchinesi em Jequié (1915)	62
Figura 09- Praça Luiz Viana, década de 1920 (foto de autor desconhecido)	64
Figura 10- Praça Luiz Viana, década de 1960 (foto de autor desconhecido)	64
Figura 11- Praça Luiz Viana em 2016.....	65
Figura 12- Desenho da Casa Confiança (autor desconhecido)	67
Figura 13- Dia de feira na praça de Jequié (ao fundo Casa Confiança)	68
Figura 14- Danos causados pelas cheias de 1914 (ao fundo Casa Confiança)	68
Figura 15- José Rotondano pioneiro da colônia italiana em Jequié.....	69
Figura 16- Carlos Marotta com sua esposa Angela Lamberti, filhas Caterina, Berardina, Angela e filhos Francesco e Filippo (1923)	69
Figura 17- Carlos Marotta (ano desconhecido)	70
Figura 18- Lindolfo Rocha	74
Figura 19 – Fotografia da Enchente de 1914	113
Figura 20 – Fotografia do Carnaval em Jequié-BA em 1928	113
Figura 21 – Fotografia: As vozes silencias de Jequié, registradas na lente do fotografo Pierre Verger em 1946	114
Figura 22 – Fotografia de Pierre Verger em 1946 – Catedral de Santo Antônio, Padroeiro da cidade, estilo gótico – construída por André Saffrey	115
Figura 23 – Fotografia da locomotiva em Jequié obra feita com o apoio do arquiteto Francês André Saffrey, ano desconhecido	116
Figura 24 – Fotografia da Praianha em 1980, Rio de Contas Jequié, banhistas desconhecidos	117
Figura 25 – Fotografia do Mercadão municipal Vincente Grillo dia de Feira ano desconhecido	117
Figura 26 – Fotografia da Paisagem de Jequié vista do alto ano desconhecido	118
Figura 27 – Fotografia do Bando de Anésia Cauçu em 1916 em frente ao Edifício de Grillo	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Jequié: História e Memória.....	86
Quadro 2 – Índios Passivos?.....	90
Quadro 3 – João Gonçalves, um Bom Bandeirante.....	93
Quadro 4 – O Rio de Contas e sua contribuição para a formação de Jequié-BA.....	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I	
1 ASPECTOS DE JEQUÉ.....	13
1.1 Os povos indígenas dessa terra.....	14
1.2 Campanhas de João Gonçalves da Costa.....	23
1.3 José de Sá Bittencourt: de inconfidente a fazendeiro no sertão.....	37
1.3.1 A nova vida de José de Sá Bittencourt.....	47
1.4 De Fazenda Borda da Mata a cidade de Jequié.....	50
1.4.1 O berrante e sua prosperidade.....	53
CAPÍTULO II	
2 JEQUIÉ, UM PEDAÇO DA ITÁLIA.....	60
2.1 José Rotondano homem de visão.....	62
2.2 Um advogado, patrono de Jequié.....	73
2.3 Os vetores da expansão econômica.....	79
CAPÍTULO III	
3 O ENSINO DA HISTÓRIA DE JEQUIÉ-BA EM UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	92
3.1 Jequié, através de uma narrativa memorialística.....	93
3.2 Índios passivos?.....	96
3.3 João Gonçalves da Costa, um bom bandeirante?.....	98
3.4 O Rio de Contas e sua contribuição para a formação de Jequié.....	101
CONCLUSÃO.....	104
REFERÊNCIAS.....	106

INTRODUÇÃO

Jequié, frequentemente referida como a "cidade sol", emerge como um palimpsesto de histórias e patrimônios, tanto materiais quanto imateriais. As fotografias atuam como testemunhas silenciosas de uma era que se desvaneceu na névoa do esquecimento, muitas vezes desconhecidas pelas gerações contemporâneas. Contrariando o ceticismo moderno, essas imagens são evidências tangíveis de que Jequié foi, em tempos distintos, cenário de eventos e personagens variados, desde povos indígenas e bandeirantes até figuras do movimento inconfiante e do cangaço, sob a liderança de Anésia Cauaçu.

Situada no sertão da ressaca, Jequié se estende sobre uma vasta área de transição ecológica, do verdejante da mata atlântica à aridez da caatinga. Essa dualidade geográfica é refletida na história da região, onde uma única fazenda, conhecida por dois títulos – Borda da Mata e Provisão de Vicente Grillo –, servia como ponto estratégico para as tropas de boiadeiros. Durante um período em que a pecuária dominava economicamente a região, o que hoje conhecemos como o bairro Curral Novo marcava o início da urbanização de uma cidade que viria a se tornar cosmopolita.

A narrativa histórica de Jequié, portanto, é uma tapeçaria rica, entrelaçando diversos fios temporais e culturais. Ao reescrever sua história com um olhar acadêmico e problematizador, é imperativo que se adote uma metodologia que considere a multiplicidade de fontes e perspectivas, e que se reconheça a importância de cada camada de sua memória coletiva. Através de uma abordagem historiográfica cuidadosa, podemos não apenas preservar, mas também revitalizar o legado de Jequié, assegurando que sua história seja contada com a profundidade e a nuance que ela merece.

Cidade sol, terra de antigos e grandes carnavais e do famoso pocazói¹. Inspiração da grande Estrela Dalva de Oliveira que deu a sua voz e compôs a música intitulada “O sertão de Jequié”, em que o saudosismo e a memória são bem nítidos na letra e na voz de timbre marcante da cantora.

Jequié, conhecida como o berço de grandes artistas, é a terra natal de figuras notáveis como Ana Cecília Costa, uma atriz e diretora brasileira reconhecida por seu trabalho no cinema,

¹ Biscoito de coco criado na cidade de Jequié pelo seu Zezinho, em sua padaria Gamaleira (nome dado em homenagem a árvore que ficava na frente na padaria, onde as pessoas ficavam aguardando a sua vez para comprar o pão) na Av: Lomanto Jr. Em 1979 seu filho Fernando decidiu abrir uma indústria com os biscoitos passando a exportá-los para Salvador. Atualmente a empresa possui outros produtos alimentícios, mas ganhou o Brasil com o famoso biscoito de coco, “o pocazoi”, nome dado pelos clientes que chegavam pedindo o biscoito que parecia um “zói” que quando era mastigado pocava, nisso o nome ficou mais conhecido “pocazoi”.

televisão e teatro. Zeú Britto, outro ilustre jequieense, é um cantor, compositor, apresentador e ator que contribuiu com sua arte para diversas trilhas sonoras de peças teatrais, séries de TV e filmes. E não podemos esquecer de Waly Salomão, poeta brasileiro que se destacou por sua obra literária e contribuições como letrista da música popular brasileira.

A cidade de Jequié, frequentemente descrita pela intensidade de seu clima, é marcada por temperaturas elevadas, o que lhe confere o apelido de "cidade sol". A expressão "um sol para cada habitante" é uma maneira poética de enfatizar o calor característico da região, que também é conhecida pelos seus belos pôr do sol, um espetáculo da natureza que encanta moradores e visitantes.

Jequié, um município do interior da Bahia, viveu um episódio único e marcante em sua história quando, por um breve período, tornou-se a capital do estado. Em 22 de dezembro de 1911, em meio a uma acirrada disputa política, o governador Aurélio Viana transferiu a capital para Jequié como uma manobra estratégica para evitar a posse de seu rival, J.J. Seabra. Essa medida extrema foi uma resposta direta aos conflitos intensos entre grupos políticos da época. Salvador, a capital oficial, havia sido palco de tensões e ameaças, levando Viana a buscar refúgio e segurança política em Jequié (Moura, 2024).

Durante o breve período em que Jequié foi capital, a cidade se viu no centro das atenções políticas e militares. A transferência durou apenas até 10 de janeiro de 1912, quando Salvador foi bombardeada e rapidamente retomada como capital após a deposição de Aurélio Viana. Esse episódio insólito não só colocou Jequié no mapa político da Bahia, mas também simbolizou a instabilidade e as complexas relações de poder da época. Este evento é lembrado como um momento de grande turbulência e estratégia política, refletindo as profundas divisões e rivalidades que marcaram a história política do estado da Bahia (Moura, 2024).

Quanto à imigração italiana, é importante esclarecer que o auge da imigração italiana para o Brasil ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX, e não durante o período colonial. Os italianos chegaram em grande número, principalmente motivados por crises econômicas e sociais na Itália e pela demanda por mão de obra nas fazendas de café no Brasil.

Os casarões de Jequié, agora em ruínas ou já desaparecidos, são testemunhos silenciosos de um passado rico e complexo. Eles simbolizam não apenas a herança arquitetônica e cultural da cidade, mas também a memória de um tempo em que Jequié foi palco de eventos significativos na história da Bahia. A deterioração desses edifícios reflete a perda gradual da memória histórica, muitas vezes acelerada pelos interesses empresariais que priorizam o desenvolvimento em detrimento da conservação do patrimônio.

A prainha do Rio de contas era o ponto de encontro dos jequieenses nos finais de semana, até a década de 1980, agora só ponto de esgoto e vasões em períodos de chuva, não que antes não as tivessem, afinal quem esquece as enchentes de 1914, as da década de 1980 e a tão recente de dezembro de 2021 que atingiu também, outros municípios baianos e estados?

A cidade em pleno crescimento econômico e urbanístico, enfrenta o desafio de preservar sua rica história e patrimônio cultural. Desde sua fundação em 1897, Jequié tem sido palco de uma série de transformações que refletem a dinâmica da história brasileira. No entanto, esse progresso muitas vezes ocorreu à custa do silenciamento de vozes importantes, como as das comunidades indígenas e afro-brasileiras, cujas contribuições são fundamentais para a identidade da cidade.

A história de Jequié, embora rica, tem sido negligenciada, com muitos de seus elementos patrimoniais deteriorados ou perdidos ao longo do tempo. A falta de medidas educativas efetivas para a transmissão desse legado histórico é uma preocupação crescente. A necessidade de preservar a memória coletiva e garantir que as futuras gerações tenham acesso à história local é imperativa.

O conceito de história local é definido pelos historiadores como o estudo do passado de uma área geográfica limitada, geralmente focando em uma comunidade específica, como uma cidade, vila, bairro ou região. Esse tipo de história se concentra em aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos dessa comunidade, investigando como eventos e processos históricos mais amplos influenciaram a vida cotidiana e as dinâmicas locais.

A relação entre história e memória é um tema amplamente discutido pelos historiadores, especialmente por Jacques Le Goff, um dos principais teóricos sobre esse assunto. Para Le Goff, a história e a memória são conceitos distintos, mas intimamente conectados. Ele argumenta que enquanto a memória é algo vívido e carregado por grupos e indivíduos, sendo dinâmico e subjetivo, chegando até nós através de escolhas feitas por Historiadores. A História como disciplina busca dar um tratamento crítico e objetivo ao seu objeto o homem, filtrando assim essas memórias por meio de tradições orais, documentos e monumentos. Em seu livro *História e memória* (1994) Le Goff (1994, p.535) defende [...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores [...].”

A relação entre História e memória perpassa existências e premissas diferentes. Enquanto a história se fundamenta sobre um saber universal aceitável, para a memória a presença do passado no presente é fundamental para a legitimação de certos saberes ou

hierarquizações e para articular as narrativas do passado vivido à percepção do presente pretendido é o que aponta (Chartier, 2007).

Nesse contexto, o ensino de história local emerge como um instrumento vital para remover a memória da História de Jequié das sombras imposta pelo tempo. A integração da história local no currículo escolar pode servir como um gancho para despertar o interesse dos jovens pela sua própria cidade, incentivando-os a reconhecer e reconhecer valorizar e proteger seu patrimônio. Além disso, o estudo da história local pode fortalecer a consciência cívica e a identidade cultural, elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável e inclusivo de Jequié. É através da educação histórica que podemos assegurar que o crescimento da cidade não se faça esquecendo seu passado, mas sim valorizando e aprendendo com ele.

A importância do ensino de História local é indiscutível, mas surge a questão: por que uma história tão rica como a de Jequié não é amplamente conhecida e ensinada nas escolas? Existem vários motivos para isso, mas um dos principais é a dificuldade de acesso a materiais de pesquisa, o que desencoraja a comunidade a se aprofundar em sua própria história.

Sem recursos de pesquisa acessíveis, como podemos esperar que os cidadãos desenvolvam uma consciência histórica sobre seu patrimônio material e imaterial, cultural e identitário? Parece óbvio que, sem essas ferramentas, é quase impossível. Mesmo os professores mais dedicados enfrentam grandes desafios ao tentar superar essa falta de recursos.

No contexto da didática histórica, Saddi (2012, p. 211-220) aplica princípios da tradição alemã para estruturar o ensino de História. Em seu artigo "O parafuso da didática da história: o objeto da pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada", ele argumenta que a didática da história não deve ser limitada apenas à metodologia de ensino nas escolas. O objetivo é mais amplo: deve-se buscar apresentar a didática da história como uma ferramenta para entender o passado de maneira crítica e significativa, conectando-o ao presente e preparando os alunos para serem cidadãos conscientes e informados. Queremos, portanto, apresentar o modo como a didática da história, atualmente reduzida à metodologia do ensino de história nas escolas, pode tornar-se uma disciplina da ciência histórica que tem a responsabilidade de estabelecer a 'Gênese', a 'Morfologia' e a 'Função' da 'Consciência Histórica na sociedade, debruçando-se sobre todos os tipos de história, sejam elas produzidas no interior da instituição escolar (ensino escolar da história), nos meios públicos (nos discursos políticos, nas grandes revistas, na televisão, nos museus, no cinema etc.) ou nas universidades (história dos historiadores ou Ciência Histórica) (Saddi, 2012, p. 211-220).

A didática da história é uma área de estudo com diversas ramificações, e este projeto visa explorar uma delas: a valorização da história local através de uma sequência didática a ser

aplicada em sala de aula. A disponibilidade de conhecimento histórico sobre Jequié nas escolas é extremamente limitada, o que impede que a população tenha acesso à sua própria narrativa histórica, tanto material quanto imaterial.

Saddi (2012, p. 211) ressalta que a didática deve expandir sua visão para contribuir efetivamente para o pensamento histórico. Contudo, a realidade nas salas de aula é a ausência de material didático que apresente a História de Jequié de forma crítica e academicamente analisada.

O museu da cidade, reaberto em 4 de fevereiro de 2022, após reformas, busca reconstruir a História local. Contudo, toda a História do município centra-se nos relatos do memorialista Emerson Pinto, confirmando a escassez de referências históricas confiáveis. Emerson, falecido aos 97 anos em 2023, foi um professor, escritor, e um proeminente vereador que chegou a presidir a Câmara Municipal. Sua obra inclui livros como "A História de Jequié" e "Capítulos da História de Jequié". Ele também foi um membro ativo da Academia de Letras de Jequié e participou de diversas organizações comunitárias, incluindo a loja maçônica União Beneficente e o Rotary Club (Metro1, 2023).

Emerson Pinto de Araújo é o único que faz um apanhado da História de Jequié, cujas obras são: Fatos & Coisas de Jequié; Porque Jiquié?; Organização Municipal e Princípios de Autonomia; Agrupamentos de Municípios como fator de Desenvolvimento; Educar para amanhã; Dados sobre o Município de Jequié; Capítulos da História de Jequié (1997); História de Jequié (1968); A nova História de Jequié (2017); O Barro e o Senhor: crônicas e outros escritos (2021) Artigos, palestras e conferências publicados em revista e jornais; Aos bandeirantes pioneiros e forasteiros que, oriundos de outras terras, superaram obstáculos, e lançaram os alicerces, da cidade sol., fundamentais para pesquisadores, estudantes e entusiastas. Suas publicações memorialísticas são raras e inacessíveis ao grande público, estando disponíveis apenas na biblioteca Jorge Amado da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Ao longo deste texto, as informações provenientes de suas obras serão contrastadas com as de outros historiadores, como Vitor Felipe Almeida Lobo (2023), Isnara Pereira Ivo (2012), Renata Ferreira de Oliveira (2012), Kenneth Maxwell (2001) proporcionando uma visão mais analítica, crítica e com uma diversidade de temas na abordagem da história de Jequié. A pesquisa sobre a história de Jequié é marcada pela escassez e pela fragmentação, de materiais pouco acessíveis e inadequados para o uso didático em sala de aula.

Diante dessa lacuna, o objetivo desta dissertação é abordar as representações memorialísticas da História de Jequié, a partir da obra "Nova História de Jequié", de Emerson Pinto de Araújo, bem como desenvolver uma sequência didática que possibilite uma análise

crítica das obras que discutem a origem de Jequié. Esta sequência será fundamentada nas fontes memorialista de Emerson Pinto de Araújo contrastada com as fontes Vitor Felipe Almeida Lobo (2023), Isnara Pereira Ivo (2012), Renata Ferreira de Oliveira (2012), Kenneth Maxwell (2001), servindo como base sólida para pesquisa e estudo. O propósito é revelar a história de Jequié de forma crítica e envolvente, utilizando narrativas que se apoiam nos patrimônios materiais e imateriais da cidade, permitindo descrever seu desenvolvimento desde a fundação até os dias atuais. O acesso será facilitado para todos os interessados, com foco especial em estudantes e educadores.

Uma sequência didática é um conjunto organizado de atividades de ensino-aprendizagem, estruturado com o objetivo de desenvolver competências e habilidades específicas em um determinado conteúdo. No contexto do ensino de História, a sequência didática desempenha um papel crucial ao proporcionar uma abordagem sistemática e coerente para a construção do conhecimento histórico pelos estudantes. A sequência didática permite uma organização linear dos conteúdos históricos de Jequié a partir do autor Emerson Pinto de Araújo (2017), contrastado com Isnara Pereira Ivo (2012), Renata Ferreira de Oliveira (2012), Kenneth Maxwell (2001) facilitando a compreensão dos processos e eventos históricos pelos estudantes.

A dissertação apresenta uma sequência didática problematizadora sobre o conceito de Jequié-Bahia: História e memória, destacando a importância de conectar o conteúdo histórico com as realidades e vivências dos estudantes para promover um letramento histórico efetivo. Essa abordagem permite que os alunos compreendam a relevância dos conceitos históricos no contexto atual e desenvolvam uma visão crítica sobre o passado e o presente.

Outro exemplo pode ser encontrado nos trabalhos de Guimarães (2020), que discute a utilização de fontes históricas e atividades práticas como elementos centrais de uma sequência didática para o ensino de História. O autor argumenta que a inclusão de diversas fontes e métodos de ensino não apenas enriquece o aprendizado, mas também estimula a curiosidade e o interesse dos alunos pela disciplina.

Como afirma Peter Burke (2017, p. 17) “a história da cultura material tornar-se-ia virtualmente impossível sem o testemunho de imagens, que também oferecem uma contribuição importante para a história das mentalidades”. A escolha da temática foi motivada pela paixão por literatura e nos desafios de lecionar a História local em sala de aula.

Por fim, desde o início, planejei, na dissertação, desenvolver um produto que se aproximasse ao máximo da didática própria em sala de aula, algo que me permitisse contextualizar e trazer uma narrativa que tentasse, de diversas formas, fazer com que o aluno

se encantasse pela disciplina e não apenas “passar por ela” como parte da responsabilidade de cumprir currículo. No mestrado, a linha de pesquisa que mais se assemelha a esse anseio é **Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e difusão**, cujas abordagens buscam diferentes tipos de intervenções na linguagem e narrativa histórica. A história de Jequié sistematizada em uma sequência didática apresentará o que chamamos na museologia e arqueologia de “fator museal” que, segundo Rússio:

É a relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor -, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir. Essa relação comporta vários níveis de consciência, e o homem pode aprender o objeto por intermédio de seus sentidos: visão, audição, tato etc (Rússio, 1981, p. 53)

O intuito é explorar a eficácia das sequências didáticas como um meio de capturar e construir o conhecimento da história local de Jequié. Através de uma narrativa que é ao mesmo tempo acessível e conceitual, este estudo visa engajar um público diversificado, com ênfase especial nos alunos do ensino fundamental II do Colégio Municipal Professora Alíria Argolo Pereira, onde atuo como educadora desde 2024. O intuito é integrar este tema no currículo escolar, proporcionando aos estudantes uma compreensão mais profunda dos aspectos culturais, econômicos, políticos e patrimoniais que moldaram a cidade.

A criação de sequências didáticas é concebida não apenas como um recurso pedagógico, mas também como uma estratégia para incluir a História de Jequié no currículo Escolar. O projeto busca desenterrar as peculiaridades locais que foram, ao longo do tempo, obscurecidas pelos escombros do esquecimento coletivo. Ao fazer isso, pretende-se reforçar as fundações de Jequié — seu passado e presente — e enfrentar a problemática da desconexão da sociedade com sua própria história. Dessa forma, espera-se que a dissertação contribua tanto para o campo acadêmico quanto para a comunidade, reafirmando a importância da história local na construção da identidade e cidadania.

A compreensão da história de Jequié é essencial por múltiplas razões. Primeiramente, ela nos permite mergulhar nas raízes e origens da cidade, enriquecendo nossa percepção dos processos de formação social, cultural, econômica e política do território ao longo dos séculos. Além disso, familiarizar-se com as histórias e eventos que deram forma a Jequié fortalece a conexão emocional dos cidadãos com seu lar, cultivando um senso de pertencimento, orgulho e identidade. Inspirar a geração atual com os protagonismos dos antepassados incentiva a contribuição para o avanço individual e coletivo da comunidade. Compreender o processo histórico de construção da cidade também ilumina como diferentes grupos superaram adversidades, e reflete sobre a gestão de conflitos atuais com tolerância e empatia, evitando

repetir erros históricos. Educar com a história de Jequié vai além da mera transmissão de informações; é um processo de engajamento ativo que encoraja as novas gerações a compartilhar memórias, aprender sobre valores e tradições, e a refletir criticamente sobre o papel do conhecimento histórico na formação da sociedade.

O presente trabalho teve como objetivo abordar as representações memorialísticas da História de Jequié, a partir da obra “Nova História de Jequié”, de Emerson Pinto de Araújo e, como produto, apresentar uma sequência didática propondo uma análise crítica da história local, abordando temas como a pacificação dos índios, a cultura fomentada pelo rio de Contas e a figura do bandeirante João Gonçalves.

Esta pesquisa adota uma metodologia qualitativa e descritiva, utilizando uma revisão documental, bibliográfica e fotográfica, com fontes memorialistas de Emerson Pinto de Araújo que incluem, registros fotográficos históricos e trabalhos acadêmicos anteriores sobre a região, como os de Isnara Pereira Ivo (2012), Renata Ferreira de Oliveira (2012), Kenneth Maxwell (2001). A presente dissertação é estruturada em três capítulos principais. O primeiro capítulo explora a origem do povoado de Jequié, destacando a contribuição de indígenas, bandeirantes e inconfidentes. O segundo capítulo analisa a migração italiana e seu impacto na economia local. O terceiro e último capítulo discute a importância da sequência didática no ensino de História, mantendo um diálogo constante entre a história e a linguagem visual das sequências didáticas, sem perder de vista o objetivo educacional. O foco é estabelecer um campo de investigação centrado na História local, e na elaboração da sequência didática, culminando na apresentação da proposta educativa final.

A metodologia desta dissertação envolve uma análise crítica que contrapõe as narrativas de Emerson Pinto de Araújo com os argumentos de outros acadêmicos como Kenneth Maxwell (2001), Renata Ferreira de Oliveira (2012) e Isnara Pereira Ivo (2012). A abordagem de Araújo, que emprega elementos de fantasia para recontar o passado, é examinada e contraposta em relação às perspectivas desses outros estudiosos. Maxwell traz à tona a complexidade das relações luso-brasileiras, Oliveira foca na memória e história indígena na Bahia, Lobo discute a relação entre patrimônio cultural e ensino de história e Isnara Ivo contrapõe a narrativa dos Bandeirantes em especial João Gonçalves da Costa.

A sala de aula serve como um campo de teste para a sequência didática desenvolvida, que visa a compreensão histórica. Este método busca uma identificação mais profunda dos alunos acerca da História, incentivando uma abordagem crítica e reflexiva que vai além do conteúdo tradicional dos livros didáticos.

CAPÍTULO I

1 ASPECTOS DAS ORIGENS DE JEQUIÉ

Compreender as origens e a evolução das coisas é uma jornada que nos conecta intimamente ao passado, iluminando o presente e guiando nossas perspectivas para o futuro. Esta busca pelo conhecimento começa com a curiosidade inerente ao ser humano, um desejo profundo de entender a essência e a natureza das transformações que ocorrem ao nosso redor, isso faz a História.

Segundo Marc Bloch (2001) a História não é simplesmente o estudo de eventos passados ou uma narrativa cronológica de acontecimentos, mas sim uma ciência que busca entender as complexas relações humanas e as causas que moldam as sociedades.

Essa definição coloca o ser humano como o elemento central da investigação histórica e destaca a ideia de que os eventos históricos devem ser entendidos no contexto de suas relações temporais. Para Bloch, a história é um estudo das ações, reflexões, instituições e práticas humanas, sempre evidenciadas dentro do tempo e da sociedade.

Isso trouxe uma nova perspectiva à historiografia ao enfatizar que a história é mais do que uma sequência de eventos isolados; ela é uma tentativa de compreender a complexidade das relações humanas ao longo do tempo. O historiador Marc Bloch (2001) defende uma abordagem que leva em conta as influências sociais, econômicas, culturais e psicológicas sobre os comportamentos humanos, confirmando que essas influências são fundamentais para entender a evolução

Em seu livro: *A História, os homens e o tempo*, Bloch (2001, p.89) afirma: "a história é a ciência dos homens no tempo", isso resume sua opinião de que os historiadores devem explorar a inter-relação entre o passado e o presente, reconhecendo que o tempo é um fator fundamental

Para Marc Bloch, a história é uma disciplina viva e dinâmica que busca explicar os comportamentos e as interações humanas no contexto de suas épocas. Sua abordagem mudou a forma como a história é científica e escrita, tornando-a uma investigação mais ampla, crítica e multidimensional. Bloch ensina que, para entender o passado, é necessário olhar além dos eventos em si e considerar as relações e os contextos que moldam a experiência humana ao longo do tempo.

Portanto, no estudo da história de Jequié, essa curiosidade se manifesta na exploração de como o antigo se transformou no novo, em um processo contínuo de mudança e renovação.

A leitura, a pesquisa e a observação são ferramentas valiosas nessa exploração, permitindo-nos descobrir e aprender de maneira eficaz. Ao mergulhar nas origens de Jequié, encontramos narrativas que são os alicerces do presente e que têm o poder de moldar o futuro. Essas histórias, entrelaçadas com o tecido do tempo, oferecem conhecimentos preciosos sobre a identidade e o legado da cidade.

No entanto, para que essa busca seja frutífera, é necessário que ela esteja fundamentada em uma historiografia robusta e atualizada. A historiografia contemporânea nos desafia a ir além das narrativas tradicionais e a considerar uma multiplicidade de vozes e perspectivas. Isso envolve uma análise crítica das fontes, uma abordagem interdisciplinar que abraça diferentes campos do conhecimento e a inclusão de relatos que foram marginalizados ou esquecidos pelo tempo.

Ao adotar esses princípios, podemos recontar a história de Jequié de uma maneira que ressoe com as práticas historiográficas atuais, proporcionando uma compreensão mais rica e matizada do passado da cidade. Isso não apenas satisfaz nossa curiosidade, mas também nos capacita a construir um futuro informado pelas lições aprendidas com a história.

1.1 Os povos indígenas dessa terra

A chegada de povos indígenas ao território onde hoje está a cidade de Jequié em tempo cronológico histórico é desconhecido, entretanto se deu por questões de conflitos entre tribos e devido à escassez de alimentos, trezentos anos antes da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, o processo foi lento e gradual. Segundo demonstra o memorialista Araújo:

Tupinambás, tupiniquins e outras tribos da nação tupi-guarani, depois de árduos combates, ocuparam o litoral baiano, empurrando para o interior as tribos da nação dos Jês ou tapuias. Destroços dos mongóis, chamados de camacãs pelos portugueses, dos pataxós, dos guerenes, dos aimorés, dos catoxós e de outras tribos aparentadas foram se alojar entre os rios Pardo e das Contas (Araújo, 2017, p.37).

Com a criação das capitâncias Hereditárias pelo Rei João III, em 1534, Jorge Figueiredo Correia recebeu da Coroa as terras da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Nesse processo, muitas expedições foram realizadas na extensão do rio das Contas, que ainda não era conhecido por esse nome e sim Rio São Julião, conforme descreviam os cronistas espanhóis que acompanhavam as viagens. Afirma Araújo:

Quando a monarquia Portuguesa instituiu o sistema de Capitâncias Hereditárias, o Vale do Rio das Contas, que tem em Jequié seu principal núcleo urbano, foi incorporado à capitania de Ilhéus, doada a Jorge Figueiredo Correia. Os índios o chamavam de Jussiape, denominação que, mesmo depois da chegada do europeu, foi conservada

durante muitos anos. Segundo Honório Silvestre, o Rio São Julião, a que se reportavam os cronistas espanhóis que acompanharam as expedições de Diego de Lepa e Vicente Pinzon, que tiveram o mérito de visitar o Brasil antes da chegada de Cabral, outro não era que o próprio Rio das Contas. (Araújo, 1997, p. 9)

Com o desbravamento do rio das Contas, os ataques aos povos indígenas se tornaram ainda mais intensos e rotineiros. É nesse processo que os indígenas vão chegar a Jequié de fato, declara Araújo:

Na segunda metade do século XVII, derrotados pelo sertanista Estevão Ribeiro Baião Parente, os maracás sobreviventes refugiaram-se nas margens do Rio das Contas. Hábeis no manejo do chocalho, os maracás, nas noites, enluaradas, fabricavam seus machados de pedra, enquanto moças, e crianças, dando prosseguimento ao ritual, dançavam ao ar livre. Outras mulheres, por sua vez, usando pilão de forma fálica, preparavam o alimento dos recém-nascidos. O pendor dos maracás pela dança concorreu para que surgisse um município com o nome da tribo. (Araújo, 2017, p. 38).

Os indígenas da região foram, em sua maioria, escravizados para fins comerciais, ou para encontrar metais e pedras preciosas. Havia outras centenas de índios que eram utilizados para abrir estradas e retirar madeira, principalmente o pau-brasil que, conforme afirma Araújo (1997, p.20) além de abundante era tido como o melhor produto da América.

Ainda em outro relato o memorialista declara:

Das tribos indígenas que povoaram o Sertão da Ressaca, os mongóis foram os mais numerosos, chegando a atingir a casa dos dois mil habitantes, distribuídos em várias aldeias, antes de serem desbaratados e quase exterminados pelo sertanista João Gonçalves da Costa. Os sobreviventes ajudaram José de Sá Bittencourt na abertura da estrada de Camamu - Monte Alto. Em carta endereçada ao representante da Coroa Portuguesa na Bahia, datada de 07 de outubro de 1797, que se acha registrada no livro 81 do Arquivo Público do Estado, José de Sá Bittencourt, após reportar-se às jazidas niteiras do Ribeirão da Jibóia, solicita o envio de índios mongoiós pacificados para ajudá-lo na execução do trabalho da referida estrada. Sugere ainda a transferência dos referidos índios para o sítio Ribeirão da Areia, protegendo o local das incursões dos pataxós, seus inimigos figadais. José de Sá Bittencourt registra também a corte desordenado de madeira das margens até o jequezinho, concorrendo para o desmatamento (Araújo, 2017, p. 39).

Araújo faz uma descrição com ricos detalhes dos índios ocupantes de Jequié os mongoiós.

Os mongoiós sabiam fazer canoas e, quando necessário, combatiam em cima delas com muita habilidade. Robustos, bastante musculosos, com estatura pouca acima da mediana, possuíam tórax desenvolvido e um bronzeado escuro. Eram detentores de uma agilidade invulgar, assemelhando-se aos outros selvagens nas demais características físicas. Na maioria das aldeias dispensavam as redes, dormindo sobre girais de varas forradas de folhas secas e peles de animais. Segundo depoimentos, seus hábitos e costumes se aproximavam muito aos dos caiapós, sendo seu idioma, acanhado, pobre, porém enérgico, com predominância dos sons nasais e guturais. Além da caça e da pesca, alimentavam-se com o milho, a mandioca, o mel de abelha, o umbu e frutas silvestres. Fabricavam as próprias armas, urnas funerárias, cachimbos, machados e outros artefatos de pedra. Apesar de integrarem a mesma tribo, algumas

aldeias evoluíram muito mais do que as demais. Segundo Martius, além de redes, chegaram a confeccionar sacos e bolsas de caça utilizando fibras de palmeira, tingindo-os de vermelho com sementes de urucu, de preto com frutos de jenipapeiro e amarelo com tutujuba. As mulheres de algumas aldeias se revelaram boas ceramistas. Anotações deixadas pelo missionário capuchinho Frei Ludovico, atestam que os mongoiós acreditavam na imortalidade da alma que, uma vez livre do corpo, percorria as matas, assistia às conversas, às danças e a voava pelo espaço; bastante aguerridos, tendo em Capivara seu cacique mais famoso, espalharam terror e medo na região, impedindo por mais de um século a incorporação do Sertão da Ressaca à colonização portuguesa. Uma vez vencidos, os mongoiós, a exemplo de outras tantas tribos, adquiriram os vícios do homem branco, perderam o vigor de outrora, tornando-se apáticos e abúlicos (Araújo, 2017, 39-41).

O município de Jequié foi ocupado pelos mongoiós, e por seus parentes, os pataxós, que possuíam costumes semelhantes e viviam na foz do jequiezinho até as imediações de Itajuru, descreve Araújo: “Ortognatas, ligeiramente braquicéfalos, cabelos negros e corridos, estatura oscilando entre mediana e pequena, musculatura bem desenvolvida, andavam nus, cobrindo apenas a genitália” (Araújo, 2017, p. 41).

Os relatos memorialísticos de Araújo (2017), de certa maneira, coincidem em alguns aspectos com pesquisas historiográficas que retratam o passado e o presente das populações indígenas e nos informam acerca da conquista. Araújo (2017) discorre sobre o impacto devastador da colonização europeia sobre esses povos. Ele relata que os indígenas foram expulsos de suas terras, forçados a adotar a cultura, a língua, a vestimenta e a religião dos colonizadores. Muitos foram escravizados até a morte. O autor menciona que, até o último decênio do século XIX, ainda havia índios "bravos" em Itagi, Aiquara e Rio do Peixe, e que gentios domesticados, ainda que em número reduzido, puderam ser encontrados no interior do município de Jequié até por volta de 1920. Destaca, no entanto, que, atualmente, não há tribos ou reservas indígenas em Jequié, sendo que a população atual não apresenta características fenotípicas indígenas. Além dos indígenas, Araújo (2017, p. 21) também menciona a utilização de mão de obra de negros escravizados na construção do território, indicando uma complexa interação de diferentes grupos étnicos na formação da região.

O que poderíamos questionar é se a descendência indígena da população de Jequié deva ser mensurada apenas por características fenotípicas, sendo necessário pesquisa mais específica e baseada em fontes documentais para se chegar a outras conclusões.

Consequentemente, ao se estudar a história de povos indígenas ²como os pataxós, é crucial utilizar fontes bem documentadas e verificadas, combinando relatos históricos com

² Segundo o censo do IBGE de 2010, Jequié possui uma população indígena total de 356. Informações retiradas do site mapaz indígenas IBGE disponível em: < <https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2>>. Acessado no dia 01 de janeiro de 2024.

pesquisas antropológicas e linguísticas, para obter uma compreensão mais precisa e respeitosa das culturas e histórias desses povos.

Ainda que a população local não apresente traços caracteristicamente indígenas, é preciso ressaltar que sua presença não foi de todo modo apagada. Um dos aspectos mais visíveis da influência indígena é a gastronomia. Pratos como a tapioca e o aipim (ou macaxeira) são amplamente consumidos e apreciados pela população de Jequié. Estes alimentos, tradicionais na dieta indígena, representam uma conexão direta com os modos de vida e as práticas alimentares dos primeiros habitantes da região. Segundo Zamboni (2018), a culinária é uma das formas mais duradouras de transmissão cultural, preservando e adaptando receitas tradicionais ao longo do tempo.

Outro vestígio importante da presença indígena está no vocabulário local. Muitas palavras de origem tupi-guarani, a língua predominante entre várias tribos indígenas brasileiras, são utilizadas no dia a dia. Termos como "tapioca" e "aipim" têm raízes indígenas e continuam a ser usados, refletindo a integração linguística dessas culturas na sociedade contemporânea.

Renata Ferreira de Oliveira (2012), em sua dissertação, “Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais”, foca nas narrativas históricas e mitos associados à colonização no Planalto da Conquista³, na Bahia. Embora não especifique os grupos indígenas com a mesma precisão de Araújo, Oliveira utiliza uma vasta gama de documentos históricos, escritos de memorialistas e relatos de jornais do século XX, para descrever o impacto da colonização sobre os povos indígenas na região. Ela destaca o processo de colonização, os massacres e a quase extinção dos indígenas, enfatizando o impacto cultural e social da colonização europeia.

Oliveira (2012) analisa a resistência cultural dos povos indígenas e a assimilação forçada que sofreram ao longo do tempo. A historiadora descreve como os indígenas foram obrigados a abandonar suas terras, tradições e modos de vida devido à pressão dos colonizadores. A autora utiliza figuras históricas, como o Capitão-mor João Gonçalves da Costa, para ilustrar a brutalidade dos confrontos e o processo de colonização. Gonçalves da Costa é retratado como um símbolo da conquista e da violência infligida aos povos indígenas.

Além disso, a historiadora Renata Ferreira de Oliveira (2012) destaca a perda cultural e a tentativa de sobrevivência dos povos indígenas. Ela discute como os indígenas do Planalto da Conquista, assim como os de Jequié, enfrentaram ataques constantes dos colonizadores e lutaram para manter seus territórios e modos de vida. Enfatiza as tentativas de resistência e os

³ Vitória da Conquista é um município Baiano localizado no Sudoeste com cerca de 153,8 Km de distância de Jequié.

impactos profundos e duradouros da colonização, resultando na assimilação forçada e na perda de identidade cultural dos povos indígenas.

De forma descritiva e sem apoiar-se em fontes documentais, o memorialista Emerson Pinto de Araújo (2017) dá detalhes acerca dos grupos indígenas específicos de Jequié, suas características físicas e culturais, e os impactos diretos da colonização. Ele fornece uma visão mais local e específica, focando nos povos mongóis e pataxós e na presença de indígenas "bravos" e domesticados até o início do século XX. Renata Ferreira de Oliveira (2012), por sua vez, oferece uma perspectiva mais perscrutadora sobre a narrativa da colonização no Planalto da Conquista, utilizando-se de documentos históricos e literários para explorar a resistência e a assimilação dos povos indígenas. Ambas as obras se complementam ao fornecer uma compreensão mais rica e detalhada da história e dos impactos da colonização sobre os povos indígenas na região de Jequié e no Planalto da Conquista.

Os registros não documentados de Araújo (2017) acerca da origem de Jequié e dos povos indígenas que habitavam a região sugerem que pode ser simplista e de caráter exclusivamente memorialista e necessita de uma revisão mais profunda. A historiadora apresenta uma visão linear e dramática da extinção dos indígenas, sem considerar a complexidade e a resistência contínua desses povos ao longo do tempo, como tem demonstrado pesquisas e estudos recentes, dos quais os de Renato Oliveira (2012) fazem parte, que proporcionam uma abordagem mais matizada, reconhecendo as nuances das interações coloniais, a resistência indígena e a persistência cultural apesar das adversidades.

Portanto, frente a essa nova historiografia sobre os povos originários no Brasil, é evidente que a história de Jequié, como descrita por Araújo (2017), não captura completamente a resiliência e a continuidade cultural dos povos indígenas. Sua narrativa se concentra na destruição e substituição dos indígenas pelos escravos africanos, sem explorar adequadamente a dinâmica contínua de resistência e adaptação que caracteriza muitas comunidades indígenas. Em contrapartida, há uma tendência historiográfica, que, inclusive, serve de base às lutas e reivindicações dos movimentos indígenas, difusora de uma visão mais conflituosa e inclusiva, reconhecendo tanto a devastação colonial quanto a sobrevivência cultural e a importância dos povos tradicionais na formação da identidade regional.

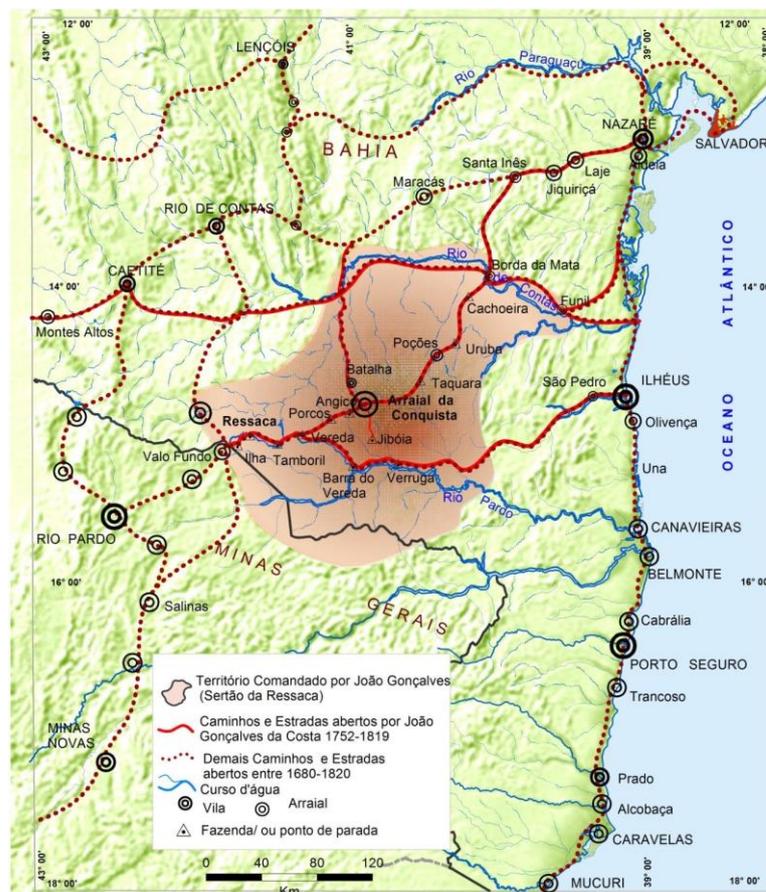
1.2 Campanhas de João Gonçalves da Costa

O Sertão da Ressaca (mapa 1) correspondia às regiões entre os rios Pardo e das Contas. Até finais do século XVIII, como afirma Neves (*apud* Rocha, 2012), os sertões da Bahia eram

pouco habitados. Até então, em outras regiões do Brasil, e em alguns lugares da capitania da Bahia, o desbravamento dos sertões tinha como pano de fundo a busca desenfreada por metais e pedras preciosas. No litoral, as feitorias eram um meio de proteger o território de invasões estrangeiras, das incursões de corsários e piratas e, também, estabelecer o escambo do pau-brasil com o uso da mão-de-obra dos nativos. Entretanto, cansados do trabalho compulsório e de ser dizimado e percebendo que aquilo não teria fim, muitos indígenas, com instinto de autopreservação, fugiram para o interior, para espaços ermos até então não acessados pelos colonizadores. Acreditando ser a melhor escolha, os autóctones fugiram, entretanto, maior que o conhecimento que tinham do território, estava a ganância do conquistador, que estava disposto a navegar águas desconhecidas e percorrer entradas nunca conhecidas, ou melhor, abrir essas estradas em meio a uma natureza selvagem e virgem em busca daquilo que acreditavam ser seu por direito “os índios”. Imbuídos muitas vezes por mitos e lendas de grandes tesouros, existentes no interior, foram avançando e povoando; com a possibilidade de descoberta de ouro, os esforços se tornaram ainda maiores no processo de colonização.

Na ânsia de galgar novas conquistas que vilas começaram a surgir, descreve Araújo (2017, p.43): “[...] o desbravamento e ocupação do seu interior pelo chamado homem civilizado, não obstante a chacina perpetrada contra os nativos. Da ambição desmedida de tais homens, nasceram agrupamentos, vilas e cidades [...]”. Ocorre que muitos voltaram-se depois para a agricultura, posto não ser fácil a extração do ouro e outras tantas dificuldades. Nasceram, as primeiras fazendas, as sesmarias, os latifúndios e, com eles uma nova sociedade, uma sociedade rural. O braço negro foi trazido para o cultivo do solo, juntando-se ao índio também escravizado. Cresceram as plantações, aumentaram-se os rebanhos, floresceram os engenhos, multiplicaram-se as senzalas e, com o correr do tempo, as sedes de algumas dessas fazendas se converteram em outras localidades (Araújo, 2017, p. 44).

Figura 1- Mapa do Território do Sertão da Ressaca - Centro Sul da Bahia: estradas e aldeamentos criados por João Gonçalves da Costa entre 1750 e 1819

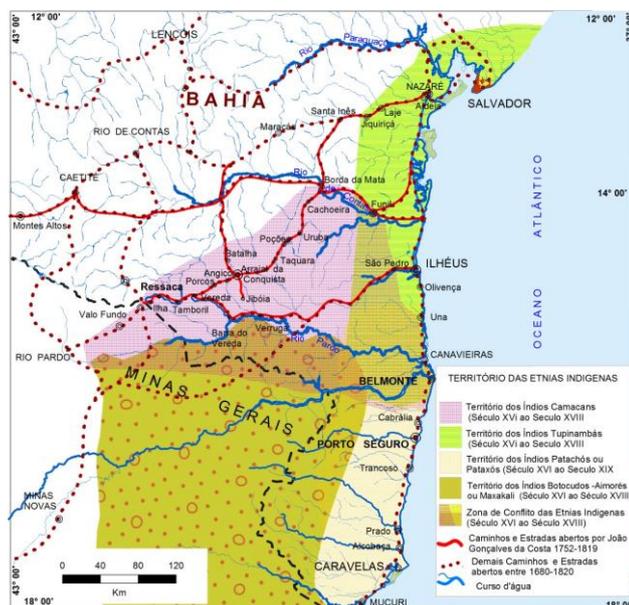


Fonte: Elaborado pelo Geógrafo Altemar Amaral Rocha com base em informações documentais do Arquivo Histórico ultramarino – Biblioteca Nacional – Brasil (2013) e do livro *Viagem ao Brasil* de Maximiliano – 1817 (1940), e do Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015).

No processo de divisão territorial, parte do Sertão da Ressaca, na bacia do Rio das Contas, onde situa-se a então atual cidade de Jequié, ficou sob a jurisdição da capitania de São Jorge de Ilhéus, criada em 26 de junho de 1534, “encravada entre as capitanias de Porto Seguro e da Bahia”, com cinquenta léguas de Costa e dada a Jorge Figueredo Correia (Araújo, 2017, p. 44).

O Sertão da Ressaca era habitado por nativos que não estavam dispostos a ceder nem um milímetro de sua terra, ao contrário, dariam sua própria vida para defender-se. Entre o litoral e Sertão da Bahia, (ver mapa 2) habitavam os Camacans ou Mongoiós e Cutachos como eram chamados pelos Portugueses, e os Botocudos que povoavam as terras entre o Rio doce Minas Gerais e o Rio Pardo na Bahia (Rocha, 2018, p. 91).

Figura 2- Mapa do Território das Etnias Indígenas que povoavam o Centro Sul da Bahia entre os Séculos XVI ao XIX



Fonte: Arquivo Histórico ultramarino – Biblioteca Nacional – Brasil (2013). Livro Viagem ao Brasil de Maximiliano – 1817 (1940).

Foram muitas as tentativas de ocupação do Sertão da Ressaca, até então não explorado, por parte dos hoje denominados bandeirantes, homens especializados em caçar, prender, escravizar e vender indígenas. Geralmente, as expedições partiam da foz do Rio de Contas, localizada na vila da Barra do Rio das Contas, implantada em 26 de janeiro de 1732 e denominada, em 1931, de cidade de Itacaré. De acordo com Araújo (1997, p. 20),

durante a primeira invasão holandesa à Bahia, sobreviventes de um nau portuguesa, procedente de Angola, ali se fixaram formando um pequeno núcleo habitacional [...]. Naquelas paragens se desenvolveu um comércio próspero e vantajoso, transformado no maior produtor de mandioca da capitania.

Contudo, o Rio de Contas na maior parte de seu trajeto não era navegável, o que dificultava ainda mais a incursão pelo território. Desde os primórdios da história de Jequié, os índios que habitavam aquela localidade, reconheciam a importância do rio, transmitido suas lendas e histórias de geração em geração, principalmente no que dizia respeito à sua preservação. As práticas pesqueiras tradicionais eram vitais para a sobrevivência dos aborígenes.

Em contrapartida à visão de que o Rio de Contas era inacessível, Ivo (2009) argumenta que as relações estabelecidas nos sertões, incluindo o uso de caminhos de terra e de água, foram

cruciais para a conectividade econômica e cultural desses espaços. As populações locais, incluindo os indígenas, participavam ativamente desse intercâmbio, o que sugere uma complexidade maior do que a simples inavegabilidade do rio poderia implicar. A utilização de tais rotas terrestres e aquáticas demonstrava um conhecimento profundo e adaptativo do território por parte dos habitantes, o que inclui as práticas de preservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Portanto, ao se considerar a perspectiva de Ivo (2009), podemos compreender que o papel do Rio de Contas e das populações indígenas na história de Jequié vai além da dificuldade de navegação, enfatizando a importância das interações culturais e comerciais que definiram a região.

O percurso do Rio de Contas é marcado por uma diversidade de ambientes naturais. Com extensão de 620 km, em uma área de 55.483,0 km², equivale a 10,2% da Bahia e abriga uma população de 1.242.000 habitantes. Maior bacia hidrográfica localizada, inteiramente, em território baiano, abarca os seguintes municípios: Piatã, Abaíra, Paramirim, Iramaia, Rio de Contas, Manoel Vitorino, Mirante, Condeúba, Contendas do Sincorá, Jacaraci, Cordeiros, Mortugaba, Tanque Novo, Malhada de Pedras, Lagoa Real, Marcionílio Souza, Maracás, São João do Paraíso, Tremedal, Vitória da Conquista, Igrapiúna, Jequié, Livramento de Nossa Senhora, Ilhéus, Camamu, Floresta Azul, Itaeté, Mucugê, Caetité, Ituaçu, Dom Basílio, Gandu, Carafbas, Iguai, Presidente Jânio Quadros, Poções, Planalto, Caculé, Licínio de Almeida, Uruçuca, Aracatu, Boa Nova, Caetanos, Bom Jesus da Serra, Ibiassucê, Tanhaçu, Cândido Sales, Itambé, Ninheira, Jaguaquara, Montezuma, Santa Cruz da Vitória, Ibicoara, Ibicuí, Rio do Pires, Belo Campo, Maraú, Jussiape, Ibirapitanga, Anagé, Barra da Estiva, Brumado, Guajeru, Piraí do Norte, Jitaúna, Pindaí, Piripá, Aiquara, Lafaiete Coutinho, Nova Canaã, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Ubaitaba, Ubatã, Firmino Alves, Maetinga, Itapitanga, Urandi, Coaraci, Itamari, Rio do Antônio, Boninal, Ibirataia, Itororó, Itiruçu, Érico Cardoso, Lajedo do Tabocal, Nova Ibiá, Almadina, Apuarema, Caatiba, Ipiaú, Itagibá, Gongogi, Itacaré, Itagi, Dário Meira (IBGE, 2021)

Segundo o Comitê do Rio de Contas ⁴(2008), O rio, nasce no município de Piatã na Serra da Tromba, passando assim por diferentes ecorregiões: Chapada Diamantina, Caatinga e Mata Atlântica atravessa a região semi-árida dos planaltos rebaixados, as regiões semi-úmida e

⁴ Órgão que debate as questões referentes à gestão das águas do Rio de Contas. O grupo é formado por representantes de diversos setores da sociedade que se organizam para gerir de forma participativa os recursos hídricos dessa bacia. Esses comitês seguem diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Recursos Hídricos do Brasil, que incentiva a gestão descentralizada e participativa da água

úmida, indo desaguar no Oceano Atlântico, no município de Itacaré como já foi visto. Os conjuntos de limites geográficos está dividido da seguinte forma: no centro-sul, limitando-se ao norte com a Bacia do Rio Paraguaçu e com as Bacias do Leste, a oeste com a Bacia do rio São Francisco, a Leste com o Oceano Atlântico, e ao Sul com a Bacia do Rio Pardo e com o Estado de Minas Gerais.

Atualmente, seu principal uso é abastecimento, irrigação, minério e energia segundo relata Xavier e Bezerra (2004) em um documento chamado Gestão Legal de Recursos Hídricos dos Estados do Nordeste do Brasil.

O Rio de Contas tem um papel memorável em toda a história de Jequié, não sendo apenas uma corrente de água, mas sim uma parte intrínseca da identidade e do desenvolvimento da cidade. Traz impactos profundos em sua economia, cujos desdobramentos, na maioria das vezes, são ocasionados por suas enchentes ou secas, mas, também, na paisagem e no relevo, o que o torna um marco geográfico e histórico, testemunha das mudanças e do “progresso” do município ao longo dos tempos:

Quem, no bairro de Jequezinho, à margem esquerda do rio de Contas e à esquerda do rio que lhe dá o nome, divisa, na outra margem, o extenso casario da cidade de Jequié, sente-se como se estivesse em uma rasa arquibancada de vasto anfiteatro, olhando para a que lhe fica frente. As casas, não se amontoam, embora em multidão. Elas como que se superpõem, em terraços sucessivos, desde a margem do rio até atingir níveis mais altos. Akém desses, porém o terreno continua a ondular-se lentamente, formando verdadeiros degraus suaves conduzindo ao planalto, aparecendo tanto mais numerosos quanto mais distante se plante o observado. O espectador que se coloque em sentido oposto, procurando divisar da cidade o seu bairro fronteiro não ficará com impressão diferente. É a mesma paisagem, embora menos marcada pela presença do homem. É esse um dos pontos em que o vale do rio de Contas tem largura mais notável. Poucos meses, porém durante o ano as águas cobre o leito maior. Na maioria dos meses o que se nota aí é a presença de meandros calibrados, temporários, que são formados por caprichosos filetes d'água, abrangendo o leito menor do rio arenoso, em cujas praias é comum virem as lavadeiras exercer o seu ofício. Ajudado pelo rio Jequezinho, seu afluente da margem esquerda, construiu aí, o rio de Contas, em busca do seu perfil de equilíbrio, os níveis escalonados que nos dão aquela impressão de anfiteatro e, na sua atual área deposicional, um planície de largura variável, que o homem por falta das obras necessárias, ainda não pode ocupar com as suas construções a não ser em parte mínima, em virtude de estar sujeita a inundações periódicas. O rio Jequezinho, correndo na maior parte do seu curso, em região de clima árido, é portador de enorme quantidade de sedimentos, acumulados mais notavelmente nas proximidades de sua confluência, quando as suas águas perdem velocidade. Na ocasião das chuvas mais fortes a enchente é inevitável, porque elevando-se de nível o rio de Contas, cujos afluentes a montante são todos de regime torrencial e encontrando assoreada a linha de fluidez representada pelo seu principal afluente, nessa área, as águas naturalmente desbordam, aumentando, assim e por outro lado, a planície, com as aluviões que carregam (Santos, 1957, p. 72).

O Rio de Contas era, portanto, de difícil acesso e navegação. As dificuldades impostas pelas matas litorâneas e pelo relevo hostil, tornavam impraticável a navegação do curso d'água

em sua maior extensão, rico em corredeiras e cachoeiras, além do mais, havia que se lidar com a ferocidade do gentio. (Araújo, 1997, p. 20). De qualquer forma, é fundamental destacar o papel do rio de Contas e dos bandeirantes, no processo de ocupação dos sertões. De acordo Isnara Pereira Ivo,

O surto exploratório no rio das Velhas em fins do século XVII e as explorações seguintes no rio Itapicuru, a partir de 1702, e no rio das Contas, a partir de 1719, intensificaram os movimento de paulistas e aventureiros pelos sertões da Bahia, momento em que foram abertas vias de acesso aos afluentes do rio São Francisco. Os sertanistas, de Gabriel Soares de Souza, no século XVI, a João da Silva Guimarães, no início do século XVIII, e a João Gonçalves da Costa no fim do século XVIII e no início do século XIX percorreram os sertões da Bahia e de Minas Gerais orientados pelos caminhos das águas, verdadeiras artérias que conectavam o mundo Atlântico ao interior do continente (Ivo, 2012, p. 125-126).

Todas as objeções impostas pelo Rio de Contas, entretanto, não impediu que a conquista e ocupação desse pedaço da Bahia conhecido como Sertão da Ressaca. As primeiras tentativas, contudo, apesar de bem sucedidas em algumas metas, malograram no objetivo principal. Segundo Araújo (2017, p. 45), Sebastião Tourinho, em 1572 ou 1573, percorreu trechos dos rios Jequitinhonha, Doce, Pardo e das Contas. Em 1574, parte da região parece ter sido palmeada por Antônio Dias Adorno, neto de Caramuru, informação que Araújo afirma vir de Francisco Vicente Viana⁵.

A guerra dos guerens⁶ levou as autoridades portuguesas a buscar acelerar o processo de conquista enviando Francisco Rocha, capitão de infantaria, no ano de 1651, que dizimou nativos, em todo o trajeto por onde percorreu. Rocha saiu de Camamu, passou por Maraú, pelo rio de Contas e seus afluentes até chegar à Serra dos Aimorés, sendo substituído por Gaspar Rodrigues, no mesmo ano. Tal incursão levou os indígenas a avançar sertão adentro e a reagir, posteriormente, aos ataques do colonizador. Nos relatos de Araújo (2017, p. 46), “O selvagem, entretanto, que se refugiara no âmago do sertão após ser batido, passados alguns anos, refeito da derrota, volta à carga, mais violento, mais sanguinário”.

⁵ Francisco Vicente Viana foi Barão do Rio de Contas nomeado por decreto imperial no dia 12 de outubro de 1825 e também Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial. Filho de Frutuoso Vicente Viana, formou-se na faculdade de Direito de Recife, 1861 e atuou como Juiz Municipal da Capital, de Itaparica e Juiz da Vara de Órfãos e Ausentes, em São Francisco do Conde onde também possuía alguns engenhos. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Revista_da_Academia_de_Letras_da_Bahia/BpMtAAAAYAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&bsq=Francisco%20Vicente%20Viana&printsec=frontcover&bsh=1. Acessado no dia 31 de Out de 2023.

⁶ Segundo Araújo (2017) foi um conflito que espalhou terror, dos anos 1651 a 1672, entre as tribos mongoiós, maracás e botocudos.

Entre os anos de 1671 e 1673, outro bandeirante assumiu a função, João Amaro Maciel Parente. Ele aprisiona indígenas nas imediações dos rios de Contas, Pardo e Jequiçá e os vendem depois em Salvador e nos engenhos do Recôncavo. Outros indivíduos foram enviados em expedições de conquista ao Sertão da Ressaca, alguns percorrendo o rio de Contas: Francisco Ramos, Cônego Domingos Vieira de Lima Manoel Oliveira Porto, Pedro Gomes França, Pantaleão Rodrigues, André Rocha Pinto, Antônio Veloso da Silva, Pascoal Ferreira Pinto, José de Anchieta, Domingos Carneiro Baracho, João Gonçalves Guimarães e João Gonçalves da Costa. Este último conseguiu, de fato, ocupar o Sertão da Ressaca, deixando registros importantes para a História (Araújo, 2017, p. 46).

Todavia, é preciso ter certa cautela ao se falar de João Gonçalves da Costa, já que os documentos históricos trazem informações que podem ser conflituosas, conforme adverte Ivo:

João Gonçalves da Costa, tão lembrado pelos pesquisadores locais, sem dúvida, é o personagem que merece atenção especial, pois todo o cuidado é pouco quando este nome aparece na documentação histórica dos séculos XVIII e XIX. Em nossas pesquisas, percebemos que há tantos Joões Gonçalves da Costa, quantas Marias de Jesus nas capitanias de Minas Gerais e da Bahia. O exercício comparativo com outras fontes é imprescindível, ao se tratar do capitão-mor que, assim como outros negros e mestiços, construiu uma trajetória de auxílio militar e político às Coroas Ibéricas. [...] saliento que, desde o fim do século XVII, e durante os primeiros anos do XVIII, já havia regimentos (1700 e 1702), provisões e bandos, visando administrar as entradas para os sertões e controlar a extração mineradora. Portanto, o conjunto de cartas-patentes, emitidas aos Gonçalves da Costa, insere-se neste contexto de continuidade de imersões controladas pelo Governo português, e administradas a partir da Comarca do Serro do Frio, cujo ação do superintendente Pedro Leolino Mariz foi marcante. (Ivo, 2017, p. 17-18).

Ivo (2009, p.17-18), apresenta uma análise detalhada e crítica sobre João Gonçalves da Costa, enfatizando a complexidade e a multiplicidade de registros históricos sobre ele. Destaca as múltiplas referências a João Gonçalves da Costa na documentação dos séculos XVIII e XIX, o que requer um exame comparativo rigoroso com outras fontes. Ela observa que Gonçalves da Costa, assim como outros negros e mestiços, teve uma trajetória significativa de auxílio militar e político às Coroas Ibéricas. Ivo (2009) sublinha que, desde o final do século XVII, já existiam regimentos, provisões e bandos voltados para administrar as entradas para os sertões e controlar a extração mineradora. Nesse contexto, as cartas-patentes emitidas aos Gonçalves da Costa eram parte de uma continuidade de imersões controladas pelo governo português, especialmente administradas a partir da Comarca do Serro do Frio, sob a ação do superintendente Pedro Leolino Mariz.

Em uma época onde o pensamento que norteava a sociedade era o de usurpação de territórios indígenas e de sua escravização, os denominados bandeirantes exerceram um papel

que lhes renderam glórias, mas que hoje com uma historiografia mais abundante se percebe que a narrativa não é gloriosa. Durante muito tempo, a ideia que prevaleceu foi a de que esses homens eram heróis e atuaram na pacificação e domínio do território, ideias que legitimam a violência da ação desses indivíduos.

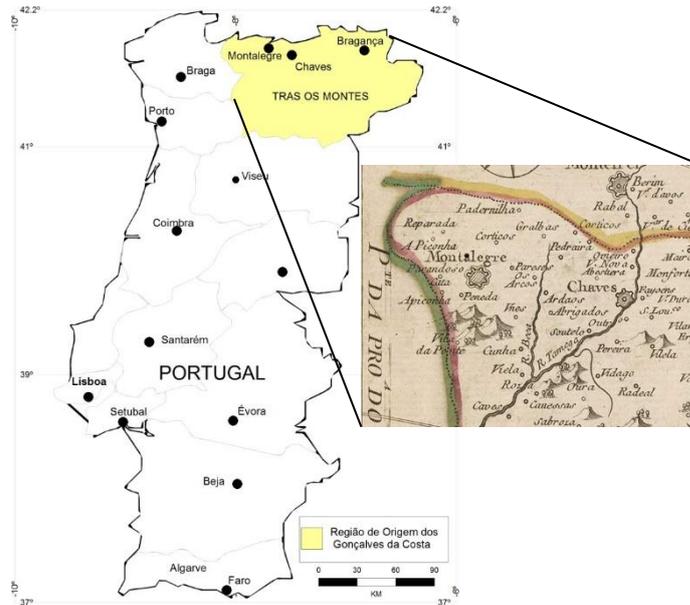
Quem melhor descreve em resumo a vida de João Gonçalves da Costa é Ivo:

João Gonçalves da Costa era português, natural da cidade de Chaves em Trás-os-Montes, [mapa 3] onde provavelmente teria nascido por volta do ano de 1717 ou 1719. Consta que tenha vindo para o Brasil muito cedo aos 16 anos de idade, fixando-se na região de Minas Novas que à época, pertencia à Capitania da Bahia (Medeiros, 1996, p. 97-98). Em 1744, já estava integrado à bandeira do mestre de campo João da Silva Guimarães, como capitão do Terço de Henrique Dias formado por negros forros, cuja denominação derivou da homenagem ao negro Henrique Dias por seu destaque na luta contra os holandeses (Accioli, 1919, p. 209). A patente por ele recebida indica sua origem e também as funções que deveria desenvolver juntamente com João da Silva Guimarães (Ivo, 2017, p. 60-61).

Kenneth Maxwell (2001), oferece uma visão crítica das políticas coloniais portuguesas e das dinâmicas de poder na América portuguesa; análise que nos permite situar figuras como João Gonçalves da Costa em um contexto de exploração e controle. Nessa perspectiva, pouco importa as origens específicas de Gonçalves da Costa, mas sim suas ações e incursões como parte de uma estratégia colonial maior que envolvia a subjugação de populações indígenas e a exploração econômica.

Assim, podemos analisar, apreender, as incursões de Gonçalves da Costa não apenas como operações militares, mas também como movimento político com implicações significativas para a administração colonial. A brutalidade das campanhas de Gonçalves da Costa refletia a brutalidade mais ampla do regime colonial português, que buscava consolidar seu poder através da força e da intimidação, incluindo a necessidade de controlar as rotas de comércio e assegurar recursos naturais.

Figura 3- Mapa dos Trás-os-Montes – Portugal – Território de Origem dos Gonçalves da Costa Século XVIII



Fonte: Elaborado pelo Geógrafo Altemar Amaral Rocha com base em documentos oficiais do Arquivo Histórico ultramarino (2013).

Para entendermos o que João Gonçalves da Costa foi incubido de realizar precisamos compreender que, antes, “[...] no incio do século XVIII, nos sertões baianos, havia apenas dois núcleos urbanos: Jacobina, fundada em 1720, e Rio de Contas, fundada em 1724, vilas criadas para controlar os aventureiros do ouro” (Ivo, 2017, p. 71). Portanto, a ampliação das vias de circulação de homens e mercadorias, bem como a criação de novas vilas, passava não apenas por transpor, mas povoar e explorar os sertões, no caso específico, o Sertão da Ressaca:

As estradas empreendidas por João Gonçalves da Costa correspondiam diretamente interesses econômicos e políticos do governo, que precisava abrir vias de comunicação entre o sertão da capitania e o litoral, com o intuito de expandir a economia para o interior, buscar metais preciosos e, conseqüentemente, conquistar territórios habitados por tribos indígenas (Ivo, 2017, p. 64).

Kátia Matosso deixa bem claro o motivo de ocupação do interior baiano:

A busca do ouro, da prata e de pedras preciosas, as expedições militares para exterminar índios e a condução do gado em imensas boiadas que exigiam novas pastagens, todas estas incursões foram de algum modo, responsáveis pela ocoqução do interior baiano(Mattoso, *apud* Ivo, 2017)

Sendo assim, “Coube a D. João V, rei de Portugal, determinar a ocupação definitiva do Sertão da Ressaca pelos lusitanos, já que os brasilíndios, após a passagem das entradas e bandeiras, sempre encontravam um meio de agrupar-se novamente, pondo em perigo os que ousavam atravessar a região” (Aráujo, 2017, p. 56-57).

O intendente de Arassuaí em Minas, determinou ao capitão-mor João da Silva Guimarães a responsabilidade juntamente com um preto forro, João Gonçalves da Costa de conquistar, até aquele momento, o inconquistável.

Araújo descreve essa aventura:

Uma comitiva de cem pessoas, João da Silva Guimarães, depois de aportar em Salvador, acompanhado de familiares, seguiu para Nazaré das Farinhas, onde foi bem recebido pela população, liderada por José Moniz Ferreira. Após incursionar pelos rios Jaguaripe e Jiquiriça, em viagem de reconhecimento, a expedição, dando cumprimento ao seu principal objetivo, em 1744, deu início ao devassamento dos rios Jequitinhonha, Pardo e das Contas, atingindo igualmente o Rio Una. De Barra de Vereda chegou à desembocadura do Jibóia, encontrando dois moradores, sendo um deles o fazendeiro Antônio Ferreira Campos. Abatido pelas doenças tropicais, João Gonçalves Guimarães não demorou muito em retornar a Minas Gerais, deixando aos cuidados do seu homônimo João Gonçalves da Costa a responsabilidade de dar execução plena ao que fora determinado pelo monarca português (Araújo, 2017, p. 57).

João Gonçalves da Costa, juntando-se com Raimundo Gonçalves Guimarães, setenta soldados e o Sargento Antônio Dias de Miranda, vai em direção aos seus inimigos, os índios mongoiós, localizados próximo a um afluente do Jequitinhonha. Nessa incursão, 190 indígenas foram massacrados. Mas não parou por aí, em Santo Antônio do Catanhece e em Catolé Grande sucumbiram mais 150. Ainda, foi no território em que hoje se situa Vitória da Conquista que ocorreu o maior trunfo de João Gonçalves da Costa, lhe garantido o título de conquistador do Sertão da Ressaca, mesmo que antes outros já houvessem chegado àquela terra, como: Sebastião Fernandes Tourinho, João Amaro, Maciel Parente, Pantaleão Rodrigues, André Rocha Pinto, Antônio Veloso da Silva, Domingos Carneiro Baracho, Pedro Gomes França (Araújo, 2017, p. 57).

Mas afinal, o que aconteceu em Vitória da Conquista de tão importante que garantiu a João Gonçalves da Costa a reputação de conquistador do Sertão da Ressaca?! Nada mais, nada menos do que ações dignas de um filme de terror. Em uma festa, ofereceu comida e bebida envenenada a mongoiós, matando cerca de duzentos deles. Esse episódio ficou conhecido como “Banquete da Morte” ou também, “Festim Macabro”. “As ossadas, segundo Mozart Tanajura, foram encontradas por volta de 1910, quando se iniciou o calçamento da Rua Coronel Gugé, na cidade de Vitória da Conquista” (Araújo, 2017, p. 59).

Em batalha, lugar cuja denominação derivou do massacre cometido contra os índios que habitavam o local, carnificina que ficou registrada na memória da cidade até os dias de hoje, João Gonçalves da Costa iniciou o seu grande empreendimento de patriarca da conquista do gentio. A vitória sobre a tribo indígena foi registrada sob a inovação de Nossa Senhora da Vitória, triunfo representado e reconhecido com a

construção de uma igreja em sua homenagem. Esta primeira obra de uso coletivo, ponto de formação e desenvolvimento do arraial, foi também o primeiro símbolo do poder local que se pretendia edificar (Ivo, 2017, p. 63,64).

Segundo Ivo, as características físicas de João Gonçalves da Costa, eram notórias e suas qualidades eram muito dissemelhante dos bandeirantes paulistas, ao ponto dos governadores interinos da Bahia escreverem a Comarca de Ilhéus dizendo:

Para este grandioso projeto se lhe apresentou, João Gonçalves da Costa, povoador do referido Sertão da Ressaca, homem natural de Chaves, com o valor e espírito dos antigos paulistas e sem a sua ambição; a ele distribuiu o governador as ordens e ele foi o que teve a paciência e a constância de se meter pelas áspera matas, serras alagadiças que pelo espaço de 80 ou mais léguas se interpõem entre as ditas Vilas da beira mar o referido Sertão da Ressaca. Demarcou e abriu a estrada, que discorre a margem do Rio de Contas, donde a fez partir para as Vilas da foz do mesmo rio, para o do Camamu e desta para todo o território das outras Vilas, fazendo logo descer um lote de gado, que foi o primeiro que aqueles moradores viram [...] condescendeu ao mesmo tempo com o outro projeto do mencionado Joao Gonçalvs da Costa, na redução e conquista do gentio Nongoyó (sic), que infesta o mesmo Sertão da Resssa. Encarregou-o desta empresa e o mandou municiar com 70 armas de fogo, alguns barris de pólvora, para 50 índios dos civilizados à sua ordem [...] já honrado com a patente de Capitão-mor, participa presente dos progressos e resultas da conquista (*Apud* Ivo p. 61-62).

João Gonçalves da Costa não só exterminou nativos, mas onças também, sob a justificativa de que precisava proteger o gado de sua fazenda, mas, o mais provável é que era um amante da caça.

[...] ao pressentir que o jaguar estava dizimando seus rebanhos, o irrequieto sertanista, acompanhado dos que viviam à sua sombra, realizou, durante anos, verdadeiros safáris pelo interior. Não se sabe ao certo o número exato de animais que exterminou. Sabe-se, entretanto, que as autoridades portuguesas foram por ele presenteadas com mais de trezentos couros de felinos que infestava os sertões baianos (Araújo, 1997, p. 24).

Após a conquista do Sertão da Ressaca, o bandeirante decidiu se aposentar em um refúgio chamado fazenda Cachoeira, com sua esposa Josefa Gonçalves da Costa e seus filhos, localizada no que é hoje o município de Manoel Vitorino. Ali, ele estabeleceu um verdadeiro quartel, sempre com homens muito bem armados, afinal, pessoas que queriam vê-lo morto e roubar o que possuía não faltava, o pavor que espalhou fazia com que, “Muitos selvagens embrenharem-se no mato só em ouvir sem mencionar-lhe o nome”. Para se fixar na fazenda “rechaçou aldeias indígenas da redondeza, adquiriu escravos, atraiu selvagens domesticados, reuniu em torno de si cerca de sessenta pessoas” (Araújo, 2017, p. 58-60).

Segundo Araújo (2017, p.60), a coroa Portuguesa precisou do “múnus público” de João Gonçalves da Costa com homens altamente armandos. Dessa maneira, deixava o exemplo “para que outros proprietários de terra da região mantivessem jagunços à sua sombra, propiciando mais tarde o aparecimento do fenômeno social conhecido como banditismo.”

Assim sendo, João Gonçalves, em três anos de intenso trabalho, abriu uma picada de sua fazenda a Ilhéus, e outra até a vila de Jaguaripe; de Camamu a Itacaré. Criou os povoamento de Nazaré e Aratuípe, onde os açougues passaram a ficar abarrotados de carne, devido ao fluxo de boiadas que agora tinham acesso fácil, ao litoral, principalmente devido às picadas. Voltou a percorrer o rio Pardo e afluentes, e, depois, voltando-se para o rio de Contas criou um local chamado Funil. “Não obteve êxito, no entanto, na povoação com escravos e índios domesticados no local onde hoje se ergue a Usina do Funil”(Araújo, 2017, p.60).

O ex-governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, tinha conhecimento de tudo isso, em uma carta para Martinho de Mello e Castro sobre a capitania de Ilhéus, escreveu:

Um homem com sua família vivia nas cabeceiras da citada capitania, no sertão da ressaca, chamado João Gonçalves, o qual obrigando-se, não sei o motivo, por aquele deserto por dilato tempo, não logrou ver fruto do seu trabalho, pois lhe roubavam os índios bravos e as onças que eram em grande número, mas como se lhe foram agregando alguns casos de índios domésticos e teve com que comprar alguns escravos; hoje tem no rancho mais de 60 pessoas e vivem sossegados das primeiras perturbações e rodeados das fazendas de gado com que fornecem os açougues da Vila de Jaguaripe, povoação de Nazareth e Aldeia, tendo a fazer dilatado caminho para lhe introduzir os gados⁷. (Ivo, 2017, p. 70).

Após a morte de João Gonçalves da Costa, por volta de 1819, suas conquistas foram repartidas e seus herdeiros continuaram a obra de seu pai como bandeirante expandindo a agropecuária pelo sertão da Bahia (Araújo, 2017, p.59):

Para divisão dos territórios conquistados, utilizou-se como criterio o parentesco com o conquistador. Alguns dos territórios podem ser visualizados no mapa 2. Do seu casamento com Josefa Gonçalves da Costa,⁸ João Gonçalves da Costa teve os seguintes filhos: Antônio Dias de Miranda, João Dias de Miranda, Lourença Gonçalves da Costa, Joana Gonçalves da Costa, Manuel Gonçalves da Costa, Faustina Gonçalves da Costa, Manuel Gonçalves da Costa e Maria Gonçalves da Costa. Confirma-se que o costume da época não exigia nenhum método lógico e coerente para nomear descendetes. A Antônio Dias de Miranda coube a localidade denominada Uruba, no atual Município de Poções, localidade próxima ao Arraial da Conquista,

⁷ Anais da Biblioteca Nacional. VOL XXXII. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existente no Arquivo de Marinha e Ultramar, feito por ALMEIDA, E. De C. P. 472. Ofício do ex-governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a Capitania dos Ilheos. Lisboa. 12 de agosto de 1780. IVO, Isnara. O anjo da Morte contra o Santo Lenho: Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. 2017, p. 70).

⁸ AFJM. Arquivo 1º Vara Cível. Caixa Inventários: 1801-1832/1834-1839. Inventário de Josefa Gonçalves da Costa. IVO, Isnara. O anjo da Morte contra o Santo Lenho: Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. 2017, p. 68).

onde também se desenvolveram cruéis batalhas contra os índios Mongoiós, Imborés e Pataxós. Foi casado com Lucinda Gonçalves da Costa que, por suas grandes e ricas propriedades, era conhecida, após a morte de seu marido em 3 de Julho de 1831, como Lucinda de Uruba. Pode-se medir sua riqueza pelo Auto da Partilha do inventário de seu esposo, que totalizou, possivelmente no mesmo ano de sua morte, um Monte Mor de 26.732\$328 ⁹(vinte e seis contos, setecentos e trinta e dois mil, trezentos e vinte e oito réis)¹⁰, quantia considerável para a época (Ivo, 2017, p. 68-69).

Antônio Dias de Miranda, herdou também propriedade [...] em Itambé e João dias de Miranda, estabeleceu-se em Boa Nova e Preguiça. (Araújo, 2017, p. 61).

Com a amante, João Gonçalves teve Raimundo Gonçalves da Costa, a quem deixou terras que foram posteriormente transmitidas aos seus herdeiros:¹¹

Foi destinada a região de Morrinhos, localidade que dista oito quilômetros de Poções, Fazenda de Sant'Anna e fazendas das caatingas do Ribeirão. Foi também proprietário de grande parte de terra na Fazenda Ressaca e na Fazenda Tamboril. João Dias de Miranda estabeleceu-se na Fazenda Manga, em terra do atual Município de Vitória da Conquista, Manoel Gonçalves da Costa, sargento-mor, ¹² registrou, em seu inventário¹³, terras na Fazenda da Conquista, Fazenda do Espírito Santo e no lugar denominado Ribeirão do Martinho. A consequente subdivisão das terras da região, após o processo de conquista e povoamento, operou nova divisão eclesiástica, civil e militar dentro dos limites das antigas freguesias e vilas. (Ivo, 2017, p. 69).

É indiscutível que toda a ação de João Gonçalves da Costa no Sertão da Ressaca produziu frutos até os dias atuais. O banditismo, as oligarquias, currais eleitorais, a falta da presença indígena e grandes referências de sua cultura nos dias atuais e etc., são característica de nosso sertão e do seu processo colonizador:

A incorporação de territórios indígenas aos bens do colonizador foi confirmada no processo de conquista implementada por João Gonçalves da Costa e sua família que dividiram entre si as terras conquistadas dos autóctones. Mesmo depois da conquista da região e da consolidação das grandes fazendas de criação permaneceu a política local dos novos colonos para com os índios. Foram constantes a ininterruptos os ataques às demais tribos indígenas, ocorrendo novas baralhas em Panela, Porcos, Sucesso – localidades próximas ao Arraial da Conquista. As investidas dos conquistadores não se limitavam apenas à submissão dos naturais da terra, os

⁹ O valor atual seria de R\$ 16.659.785,63, segundo especialista em moedas Antônio Carlos Martins, Membro da Sociedade Numismática Brasileira – 3882.

¹⁰ AFJM. Arquivo 1º Vara Cível. Caixa Diversos: 1839-1841. Partilha de Lucinda Gonçalves da Costa. IVO, Isnara. O anjo da Morte contra o Santo Lenho: Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. 2017, p. 69).

¹¹ AFJM. Arquivo 1º Vara Cível. Caixa Diversos: 1801-1832/ 1834-1839. Partilha de Raimundo Gonçalves da Costa. IVO, Isnara. O anjo da Morte contra o Santo Lenho: Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. 2017, p. 69).

¹² APEBA. Seção: Colonial e Provincial. Série: Patentes e Alvarás do Governo. 1738-1745. Recebeu patente de Sargento-mor, também em 1744, como o seu pai. IVO, Isnara. O anjo da Morte contra o Santo Lenho: Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. 2017, p. 69).

¹³ AFJM. Arquivo 1º Vara Cível. Caixa Diversos: 1850-1859. Inventário de Manoel Gonçalves da Costa. IVO, Isnara. O anjo da Morte contra o Santo Lenho: Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. 2017, p. 69).

quilombos existente na região também se tornaram alvo dos novos donos da terra (Ivo, 2017, p. 66).

Sobre João Gonçalves da Costa, as opiniões são diversas e não há uma unanimidade. Baltazar da Silva Lisboa, a exemplo de outros tantos desafetos, não reconheciam o sucesso de Gonçalves da Costa na ocupação dos sertões e não hesitou em atribuir o malogro da iniciativa ao fato da tarefa ter sido entregue “a um criminoso, truculento, escravizador, explorador e martirizador de índios, mesmo domesticados que, vítimas de maus tratos, abandonaram a aldeia” (Lisboa *apud* Araújo 1997, p. 23). Já o Conde da Ponte enaltecia sua empreitada. Em correspondência de 1807 ao Visconde de Anadia, diz que “não produz um século um homem com o gênio desde capitão-mor, tem 80 e tantos anos, e todas as suas paixões tendem a essas aberturas e descobertas, em que tem gasto o que é seu, e arrisca frequentemente a própria vida¹⁴” (Ivo, 2017, p. 62).

Seja como for, como aponta Araújo (2017, p. 61), “João Gonçalves da Costa uniu definitivamente seu nome à região conquistada, onde se inclui Jequié, a qual, por uma dessas coincidências” [...] “é tão áspera e tão rude quanto ele próprio”.

1.3 José de Sá Bittencourt: de inconfidente a fazendeiro no sertão

Maxwell (2002) menciona que muitos dos envolvidos na Inconfidência Mineira, após o fracasso do movimento, seguiram caminhos diversos, alguns tentando reconstruir suas vidas longe das áreas de maior controle colonial. José de Sá Bittencourt é um exemplo desse processo de reintegração e adaptação. Depois de envolvido na conspiração, ele se afastou da atividade revolucionária e se estabeleceu como fazendeiro no sertão, refletindo a resiliência e capacidade de reinvenção dos inconfidentes.

Maxwell (2002) enfatiza como essas trajetórias individuais ajudam a entender a complexidade e as múltiplas camadas da Inconfidência Mineira, que não foi apenas um movimento de revolta, mas também um momento de profunda transformação pessoal e social para seus participantes.

¹⁴ Anais da Biblioteca Nacional. Vol XXXVIII, Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar feito por Almeida, Ed. De C. p. 455. Ofício do governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a exploração das margens do Rio Pardo, pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa. 31.03.1807. IVO, Isnara. O anjo da Morte contra o Santo Lenho: Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. 2017, p. 62).

Um personagem bastante interessante na história das origens de Jequié é o inconfidente¹⁵ José de Sá Bittencourt, nascido em 1755, em Nova da Rainha, ou Caeté de Minas Gerais. Bittencourt era filho do tenente Bernardino Rodrigues Cardoso e de Francisca Antônio Xavier de Bethancourt e Sá e tinha como avós paternos Domingos Rodrigues e Luzia Maria, naturais de Lisboa, e maternos o capitão João Ferreira dos Santos, de Chãos de Ferreira, e Maria Isabel Bethencourt, de Lisboa” (Araújo, 2017, p. 63).

A aventura como inconfidente se passou na cidade de Sabará, fundada por Leonardo Nardez, distante poucas léguas de Caeté, hoje equivalente a 27,1 km. Sabará era rica em ouro, atraindo homens audazes que migravam o tempo inteiro em busca de riqueza e ascensão social. Por conta disso, era também um território de conflitos entre os quais se destaca a conhecida guerra dos Emboabas.

O conflito se deu entre reinos (paulistanos proprietários de terra e descobridores das minas) contra os forasteiros (comerciantes) por causa do direito exclusivo de exploração que os paulistanos queriam ter das minas. O conflito teve vários episódios entre os anos de 1707 e 1709, e impactou profundamente os que ali viviam.

Vejamos o que Araújo descreve do conflito e seus desdobramentos:

Os dois incidentes que serviram de pretexto para provocar o movimento nativista surgiram em Caeté: o primeiro, quando os paulistas Júlio César Moreira e Jerônimo Pedroso de Barros, num domingo pela manhã, à porta da igreja, agrediram um forasteiro que ostentava acintosamente uma arma a tiracolo; o segundo, quando outro paulista, José Pardo, foi assassinado por homiziar um mameluco¹⁶ em sua casa. Como consequências, Manuel Nunes Viana, senhor de imensas propriedades às margens do Rio São Francisco, foi aclamado governador das minas estabelecendo seu quartel-general em Caeté, enquanto os paulistas, por sua vez, se concentravam em Sabará. O conflito, como é sabido, terminou com a vitória dos emboabas, servindo, entretanto, para que, em 1709 fosse criada a Capitania de Minas do Ouro e São Paulo, desmembrada da do Rio de Janeiro, seguindo-se em 1711, a elevação da Vila de São Paulo à categoria de cidade. Quando a Caeté, em 1714 passou à condição de cidade. Quando a Caeté, em 1714 passou à condição de vila, por concessão de D. Braz da Silveira, governador da Capitania. Tais eventos foram vividos pelos genitores de José de Sá Bittencourt e outros familiares, contribuindo para plasmar seu posicionamento futuro em favor da descolonização do Brasil. (Araújo, 2017, p. 63-64).

De acordo com Araújo (2017, p. 64), após esses eventos, e influenciados pelos altos impostos em Caeté, Bernardino Rodrigues Cardoso e Francisca Antônio Xavier de Bethancourt

¹⁵ Segundo o dicionário Oxford Languages, são pessoas que prática inconfidência, vaza informações, divulga segredos; indiscreto; que não tem fidelidade, que é desleal, traiçoeiro; infiel, falso, traidor. Para a Coroa Portuguesa, eram todas essas pessoas que participaram da Conjuração Mineira, uma revolta republicana e de caráter separatista ocorrida entre 1789 após a ordem da derrama pelo Babacena e terminando em 21 de abril de 1792 sobre influência da Revolução Francesa. Ficou mais conhecido com o inconfidente Tiradentes.

¹⁶ Indivíduo mestiço, ou seja, uma mistura de sangue branco com índio.

vão morar em Minas do Rio de Contas. Contudo, o próprio autor Araújo reconhece que não existem documentos que comprovem a veracidade dessa informação. Fato é que,

Em 1781, pela quantia de dez contos (2.500 cruzados)¹⁷, Bernardino Rodrigues Cardoso adquiriu um engenho Acaraí, na Vila de Camamu, incluindo todos os acessórios de terra, escravos, alambiques e abegoaria, desembolsando um conto ¹⁸de réis por ano, num total de dez pagamentos (Araújo, 2017, p. 64).

Apesar de sua família residir na capitania da Bahia, o pai de José de Sá Bittencourt resolve enviá-lo para estudar humanidades na capitania de Minas Gerais, ficando sob a responsabilidade de seu tio, Ferreira Câmara, que era capitão-mor. Porém, seu tio, que possuía considerável fortuna, morreu e a viúva, Isabel de Sá Bittencourt, sem filhos e sem herdeiros, atribuiu-lhe o papel de filho e homem da casa. Assumindo-o sobre seus cuidados, enviou-o para Europa, e é na Universidade de Coimbra, Portugal, que concluiu seus estudos de bacharel em ciências naturais em 1787 (Araújo, 2017, p. 65).

Nessa jornada na Europa ele esteve em outros lugares, afirma Araújo (2017, p. 65):

No mesmo ano [1787] visita França e a Inglaterra, onde fervilhavam os ideais de liberdade e igualdade. A Revolução Francesa¹⁹ impactou e mudou a história. Sendo assim, não seria de admirar que um jovem como José de Sá Bittencourt, não seria contagiado pelas ideias presentes na revolução. Ele não foi apenas enviado, mas compartilhou das ideologias que agora faziam parte de sua atmosfera intelectual. É natural que o ser humano, quando encontra algo sensacional ou fora do comum de seu cotidiano compartilhe com outros.

José de Sá Bittencourt não se contentou apenas em ficar no campo de conhecimento da Revolução Francesa, emergiu em movimentos que buscavam a independência da colônia:

Por influência de Álvares Maciel, de quem foi colega em Coimbra, ingressou na organização dos pedreiros livres, tendo participado em Londres das sessões “Loja grande Reunião Americana”, em Grafton Street, fundada por Francisco Miranda, cuja finalidade principal era a libertação dos povos panamericanos, haja vista o fato de terem integrado seus quadros nomes ilustres como Simon Bolívar, Bernardo

¹⁷ R\$ 6.730.389,37 segundo especialista em moedas Antônio Carlos Martins, Membro da Sociedade Numismática Brasileira – 3882

¹⁸ R\$ 561.273,05 segundo especialista em moedas Antônio Carlos Martins, Membro da Sociedade Numismática Brasileira – 3882.

¹⁹ Movimento que deu fim ao Antigo Regime (governos de monarquias absolutistas) entre os anos de 1789 e 1799, foi ocasionado por diversos fatores: crise econômica gerada por uma guerra contra a Inglaterra que durou 7 anos, onde a França além de perder a guerra, perdeu partes de suas colônias para a Inglaterra; condições climáticas adversas que levou a uma inflação de preços na cidade e no campo, e ainda assim, mesmo com fome apenas o 3º estado (composto por um grupo heterogêneo de pessoas) era obrigado a pagar altos impostos, isentando o 1º estado (clero) e 2º estado (nobreza), tudo gerou revolta ao terceiro estado que buscando mudanças, pediu ao Rei Luís XVI que convocasse a Assembleia Geral em 1789, não vendo mudanças para esses problemas e influenciados pelo iluminismo, idealizaram a queda da Bastilha em 14 de Julho de 1789 marco do início da Revolução.

O'Higgins, Antonio Nariño, San Martin, Domingos José Martins e Hipólito José Pereira (Araújo, 2017, p. 65).

Depois de obter as informações necessárias para um levante, retorna ao Brasil e, após visitar seus pais em Camamu, vai ao Rio de Janeiro onde fica por um tempo.

Araújo descreve:

Ao pedido de sua tia e protetora, retorna a Caeté, dedicando-se à fundição de ferro e à fabricação da porcelana. Continua, todavia, ao lado daqueles outros maçons de Coimbra e Montpellier, participando, à sorrelfa, do movimento emancipacionista que se tramava no interior das lojas maçônicas, funcionando sob rótulo de academias, arcádias e areópagos, a fim de burlar a vigilância das autoridades lusitanas. (Araújo, 2017, p. 66).

É dada como certa a sua participação e seu envolvimento, em algum nível, na Conjuração Mineira, conforme infere Araújo:

Antes que fosse determinado a prisão dos envolvidos na Conjuração Mineira, José de Sá Bittencourt, para ludibriar a Coroa Portuguesa toma a alcunha de Acirole e deixa Caeté, rumo à fazenda do seu genitor em Camamu, acompanhado de um séquito formado de parentes, amigos e escravos. Para alguns autores, planejava levar a conjuração aos baianos e pernambucanos, ou mesmo seguir para os Estados Unidos, onde reencetaria os entendimentos mantidos entre Silva Maia, Álvares Maciel e Thomas Jefferson, visando à independência do Brasil. (Araújo, 2017, p. 66).

As memórias e registros escritos de Araújo em “A nova história de Jequié, não trazem referência documentais e bibliográficas. Ele próprio justifica tal feito como uma espécie de transgressão às normas acadêmicas e defesa da livre narrativa memorialística:

Certamente haverá críticas, o que é natural, mormente de referência à falta de anotações ao pé da página, enumeração detalhada das fontes e informações outras tão ao gosto do academicismo. A esses possíveis questionamentos, prefiro responder parafraseando Manuel Bandeira: Estou farto das anotações comedidas, das anotações bem comportadas, das anotações tipo “funcionário público, com livros de ponto, expediente, protocolo e manifestações que” “para e vai averiguar no dicionário o outro vernáculo de um vocábulo”. Não quero mais saber de anotações ao pé da página, segundo as normas do academicismo. E chega... (Araújo, 2017, p. 512).

Entretanto, uma rápida análise das fontes relativas aos movimentos e conjuntura que culminaram na Conjuração Mineira indicam certa veracidade dos relatos de Araújo, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de José de Sá Bittencourt, enquanto estudante em Coimbra, ter de fato se envolvido definitivamente naquela revolta, posto ter sido comum a participação desses estudantes, conforme registrado por Andrada na Introdução dos Autos de Devassa da Inconfidência:

Em 1786, estudantes de Coimbra iniciam contatos por correspondência com o embaixador dos Estados Unidos na França, Thomas Jefferson, ídolo daquele século, para obter o apoio americano ao levante que se pretendia fazer no Brasil. O encontro dos emissários “Vendek” com Jefferson se dá efetivamente em março de 1787, em Nimes e Montpellier. Em maio de 1787, Thomas Jefferson envia extenso relatório sobre as condições do Brasil que recebera de Vendek, contendo as linhas gerais do plano de guerra dos insurgentes e revelando o teor de toda conversa ao seu superior, o secretário de Estado John Jay. Jefferson responde, dando a entender que seguia as orientações de seu líder Washington, que uma nação não tem amigos, mas interesses. Em linhas gerais, esclarece que respondia como particular, pois não tinha autoridade e nem instruções do governo americano sobre o assunto. Afirma que uma revolução bem-sucedida interessava aos Estados Unidos, mas que os Estados Unidos não estavam em condições naquele momento de entrar em uma guerra, embora indivíduos movidos pelo desejo de lucro certamente ajudariam o Brasil, além de outros, incluindo oficiais excelentes movidos “por motivos mais puros”. Relata ainda que os Estados Unidos não embaraçariam ninguém que tivesse a intenção de ir lutar no Brasil. Um ano depois essa mensagem chega ao Brasil. Na prática, os Estados Unidos apoiariam o Brasil depois da independência, antes não, mediante algumas condições, entre elas a importação de bacalhau e trigo dos Estados Unidos (Autos da devassa da inconfidência mineira, 2016. p. 12-13)

Então a Inconfidência Mineira²⁰ estourou:

O plano elaborado pelo Cônego Luís Vieira da Silva contava com a ocorrência de um fato que abalasse profundamente o povo. A ocasião seria o lançamento da Derrama – cobrança imediata e única dos impostos sobre a extração do ouro, atrasados e acumulados por décadas. “Segundo os autos (devassa), como vemos na imagem abaixo, a Conjuração Mineira de 1789, foi delatada por Joaquim Silvério dos Reis “Judas”, que entregou todos os seus companheiros ao governador Barbacena no dia 15 de março (Auto da devassa, V. 01, 2016, p. 13).

Apenas como uma forma de compreensão dos fatos, o que ocorreu se assemelha, atualmente, ao que ocorre em um processo jurídico conhecido como delação premiada. Nesta, o réu colabora com as investigações, informando fatos ocorridos, autores e coautores, gerando provas que permitam o andamento do processo em troca de benefícios. No caso de Joaquim Silvério dos Reis, ele incriminou os participantes da inconfidência sem que houvesse um processo em curso, nem suspeitos ainda havia.

Entregou o plano, acreditando que conseguiria a proteção de seus direitos e quitação de suas dívidas por parte da Coroa. Araújo (2017, p.63-64) descreve os acontecimentos da seguinte maneira:

Tiradentes consegue abrigo numa casa, por intermédio do Padre Inácio Nogueira Lima, em 7 de maio. No dia 8, acuado e sem ponto de contato, pediu ao Padre Inácio que fosse procurar alguém para obter informações sobre a situação. Para isso, indicou

²⁰ Movimento de revolta ocorrido na Capitania de Minas Gerais, contra a Coroa Portuguesa, com o objetivo separatista, orquestrado por um grupo heterogêneo mais que em sua maioria era composto de uma elite mineira.

o amigo Silvério dos Reis. Padre Inácio desconfia de Silvério e não lhe dá o endereço onde estava Tiradentes. Em 10 de maio, o Padre Inácio foi preso e levado ao vice-rei. Nega conhecer o paradeiro de Tiradentes, mas violentamente torturado, indica então a casa onde ele se escondia. Tiradentes foi preso no dia 10 de maio de 1789, num quarto de sótão, com um bacamarte carregado de chumbo e com a escova pronta para o disparo. No dia seguinte sofreu o primeiro de 11 interrogatórios. Visivelmente surpreendido, foi acareado com seu colega de conspiração Silvério dos Reis e então soube o que tinha acontecido.

José Joaquim da Silva Xavier recebeu a maior parte da culpa, por aliciar os apoiadores da causa. Assumiu a total responsabilidade por tudo. Pouco tempo depois da sua prisão, outros foram também presos e levados ao Rio de Janeiro. No total, o processo judicial (devassa) acusou 34 pessoas. No decorrer do processo, foram muitos os interrogados, emergindo, aqui e ali, um suposto “moço de Sabará”, que parecia ser uma pessoa culta e bastante influente, além de participante da revolta. Embora alguns negassem o conhecimento de sua existência, tal estratégia não surtiu efeito e o “moco de Sabará” foi gradativamente sendo identificado como Dr. José de Sá Bittencourt.

O coronel de cavalaria, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, por exemplo, diante do interrogatório disse que havia um certo “doutor pequenino, cujo nome não sabia, das partes de Sabará, e outro doutor de Minas Novas, cujo nome também ignorava”, lembrou que estavam em uma reunião na casa do tenente coronel Francisco de Paula Freire de Andrade (Autos da devassa, vol. 5, p. 58).

Tomás Gonzaga, inquerido de ser participante da Conjuração, se defende afirmando que no Brasil não havia apenas ele como homem letrado, portanto ser letrado não o colocava no centro da revolta:

E sendo perguntado quais seriam os sujeitos nacionais do país com os mesmos préstimos de literatura. Respondeu, que conhecia em Vila Rica instruídos em jurisprudência ao Dr. Cláudio Manuel da Costa (1) e ao Doutor Manuel de Souza; em Mariana ao Doutor Barradas, (2) e ao Doutor José cujo sobrenome lhe não lembra, moderno, que que tirou como Escrivão, a Devassa de residência do antecedente Juiz de Fora da dita cidade; no Sabará a um doutor moderno cujo nome ignora, mas que tem talentos, e o Doutor José Corrêa (3), e que tendo os dos país a estes e a outros advogados e letrados, de que se pudessem servir, e estabelecidos na terra, não viriam buscar ao réu, estranho, e sem estabelecimento, caso já estivessem nossos termos de cogitarem de leis (Auto da devassa, vol. 5, p. 211).

No inquérito, o Padre Carlos Correia de Toledo, questionado se conhecia José de Sá Bittencourt, declarou, firmemente, que não o conhecia:

Foi perguntando, se conhecia alguma pessoa, com que tivesse trato, e amizade, assistente para as partes do Sabará? Respondeu, que se não lembrava, que tivesse amizade com alguém, assistente para as partes do Sabará. Foi perguntando, se sabia,

ou tinha notícia, que houvesse alguma pessoa, assistente para as partes do Sabará, a quem se tivesse falado ou de algum modo fosse sabedor do projeto do levante? Respondeu, que não sabia que houvesse para aquela parte, pessoa alguma, a quem se falasse, ou comunicasse aquele projeto. Foi perguntado, se conhecia o Doutor José de Sá Bittencourt, (1) assistente em Caeté, e se com ele tinha algum trato, ou amizade? Respondeu, que não conhece semelhante homem, nem nunca o viu, nem sabe que lá assiste. Foi perguntado se sabe, ou ouviu dizer, que o dito José de Sá estivesse em Vila Rica depois que se principiou a falar no levante? Respondeu, que desse homem não sabe nada. Foi instado, que dissesse a verdade; porquanto constava que para as partes do Sabará havia um doutor, que sabia, e se interessava no levante, de que ele respondente devia ser sabedor, como sócio, que sabia de tudo o que se praticava, e havia nesta matéria? Respondeu, que se não lembra, que para as partes do Sabará houvesse doutor algum, que fosse sabedor do projeto de levante; que poderia haver muito bem, quem falasse nesse doutor em casa de Francisco de Paulo, mas a ele respondente lhe não lembra (Auto da devassa, vol. 5, p. 166/167).

Por fim, a José Álvares Maciel, suposto amigo de José de Sá Bittencourt, foi feito vários questionamentos a seu respeito:

Foi mais perguntado, se conhece o Doutor José de Sá Bittencourt, se com ele tinha trato, amizade ou parentesco? Respondeu, que com o dito José de Sá Bittencourt teve amizade desde o seu tempo de Coimbra; que em Vila Rica o achou, quando ele respondente se recolheu, vindo de Lisboa, ainda tinha chegado da Inglaterra; e que em Vila Rica falou ao dito José de Sá, e o tratou; porém que com ele não tem parentesco algum. Foi mais perguntado se nessa ocasião, ou em outra qualquer, tocou ele respondente ao dito José de Sá na sublevação, ou independência da Minas, ou teve alguma outra prática sobre as riquezas, e vantagens da América com o mesmo José de Sá? Respondeu, que lhe não lembra, que tivesse com o dito José de Sá prática alguma, respectiva à independência da América, nem na ocasião em que o encontrou em Vila Rica, nem em nenhuma outra (Auto da devassa, vol. 5, p. 335).

Até aquele momento, José de Sá Bittencourt estava tranquilo em Minas Gerais com sua tia, afinal, até aí, os interrogados não apresentaram acusação alguma contra ele. De acordo com José Anacleto Ferreira (2013, p.01), Barbacena, governador da capitania, não estava muito satisfeito com os resultados do inquérito, pois “José de Sá Bittencourt e o seu colega, Dr. José Álvares Maciel, eram dos poucos, senão os únicos, na Capitania de Minas, com formação e conhecimento técnico para a fabricação de pólvora e de armas de fogo”.

Barbacena, com a certeza de seu envolvimento e de outros, escreve uma carta para Martinho de Melo e Castro, secretário da Marinha e Ultramar onde informar sua insatisfação quanto aos interpelados: “estas são as pessoas que figuram até agora neste negócio e se comprometiam nele; mas o número, principalmente dos convidados e espectadores, deve ser muito maior”. Cita, expressamente o nome de José de Sá Bittencourt, “um doutor da mesma Comarca”, referia-se a Sabará, comarca de outro suspeito, o pe. José Correia, Vigário geral. (Autos de devassa, vol. 8, p. 196).

Nisto, José de Sá Bittencourt tomou conhecimento que as suspeitas do governador estavam cada vez maiores, podendo recair sobre ele a responsabilidade e ser preso a qualquer momento. Ele decide, então, fugir para Camamu, para a fazenda de seus pais, buscando uma rota pouco usada. Segundo informa Ferreira (2013, p.02),

Ao invés de seguir o caminho normal, preferiu outro mais longo e difícil, porém menos vigiado. Dirigiu-se de Caeté ao Distrito Diamantino (Tejuco/Serro e Diamantina) e de lá pegou o “caminho do sertão”, ou seja, a trilha menos frequentada, usada para o transporte de gado e mercadorias da Bahia para Minas.

É quando, caçado, busca abrigo em Manoel Vitorino na fazenda Cachoeira, do famoso João Gonçalves da Costa. Salienta Araújo:

Ao atingir o Distrito Diamantino, nas proximidades de Serro Frio, José de Sá Bittencourt é informado que soldados de Vila Rica vasculham a estrada real em busca de um homem que deixa Minas. Tomando de um atalho pouco transitado, o que torna a viagem penosa e cheia de obstáculos, chega à Fazenda Cachoeiras, no atual município de Manoel Vitorino, onde é bem recebido pelos filhos do sertanista João Gonçalves da Costa, que deviam obséquio ao pai do inconfidente (Araújo, 2017, p. 66).

Segundo Araújo (2017, p.66), depois de um descanso prévio, segue pelo Rio de Contas até o Funil, pegando outra estrada até Camamu. Provavelmente, acreditava que conseguiria se esconder ou quem sabe manter-se longe da Coroa tempo o suficiente para que toda a situação fosse resolvida, a ponto de o esquecerem como apoiador da causa ao chegar no engenho de seu genitor. Porém, sua crença não se consolidou ao perceber que sua própria família não o apoiaria:

Seu tio, o desembargador João Ferreira de Bethencourt, o aconselharia a se entregar. O certo é que, no início de 1791, o capitão Alexandre Teotônio de Sousa, cumprindo determinação de Francisco Nunes da Costa, ouvidor da Comarca de Ilhéus, comandando trezentos soldados, tal a importância a Coroa dava à prisão de José de Sá Bittencourt, cercou o engenho Acaraí. Depois de recolhido à cadeia de Camamu e daí transferido para a Cidade de Salvador, o inconfidente foi transportado para o Rio de Janeiro, sob a vigilância do alferes Manuel Gonçalves da Cunha, onde foi encarcerado, permanecendo incomunicado (Araújo, 2017, p. 67).

A devassa durou três anos no total e havia processos em duas frentes, paralelamente: no Rio de Janeiro e em Minas. Entretanto, para o vice-rei, Luís de Vasconcelos, era um verdadeiro transtorno essa forma de proceder, tomando a decisão de então anexar um processo ao outro.

Em Minas Gerais, contudo, apesar das várias prisões mandadas efetuar pelo Visconde de Barbacena, somente a 12 do mês seguinte assinou o Governador a Portaria pela

qual ordenava a instalação de uma Devassa na Capitania. Para funcionar neste segundo processo, na qualidade de Juiz sindicante, foi nomeado o Ouvidor de Vila Rica, Desembargador Pedro José Araújo de Saldanha, que contou com o auxílio de seu colega de Sabará, Comarca do Rio das Velhas, o Ouvidor José Caetano César Manitti, nas funções de Escrivão (Autos de devassa da inconfidência mineira, 2016, p. 24, v. 1).

O Visconde de Barbacena fez questão de formalizar em processo as medidas que deveriam ser tomadas contra os revoltosos. Para isso, exigiu que os traidores de causa libertária lançassem em documento escrito as denúncias que verbalmente lhe tinham feito. De posse desses escritos, encaminhou-os ao vice-rei, Luís de Vasconcelos, seu tio, que governava no Rio de Janeiro.

O Dr. José de Sá Bittencourt foi inquirido em três ocasiões, em 09.09.1791, em 10.09.1791 e em 12.09.1791, pelos Desembargadores Conselheiro Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, Francisco Luís Álvares da Rocha juntamente com o Escrivão da comissão, José Caetano César Manitti. (citação indireta auto da devassa vol 5 p. 555).

Perguntas pessoais, como: nome, idade, profissão, residência e se ele sabia o motivo de sua prisão foram a ele designadas. Segundo Ferreira (2013, p.02), “As perguntas que lhe foram feitas, bem como as respostas que deu, constituem um instrutivo episódio de técnica processual, de jogo de inteligência, de espertezas e artimanhas de um e outro lado, tudo traduzido em saborosa e escorreita linguagem”:

Respondeu, que se chamava José de Sá Bittencourt, de idade de trinta e seis para trinta e sete anos, filho de Bernadino Rodrigues Cardoso, natural da Vila de Caeté de Minas Gerais, presentemente assistente na Bahia, em casa de seus pais, solteiro, que não tinha ordens algumas, formado em Filosofia e vivia da sustentação que lhe davam seus pais e seus parentes. [...] quando o prenderam em Camamu, no engenho de seu pai, totalmente ignorava a causa da sua prisão [...] depois que o Desembargador Francisco Nunes da Costa, que foi quem prendeu [...] lhe fez perguntas, então ficou entendendo que a causa da sua prisão era por conta da retirada que fez de Minas Gerais, da vila, de Caeté, onde assistia em casa de uma sua tia (Auto da devassa, vol 5. P. 557/558)

Segundo Araújo (2017, p. 67), o interrogatório demonstrou “a sagacidade do inconfidente[...], conseguindo safar-se com maestria de todas as acusações que lhe foram feitas, sem se deixar trair, sem que isso fosse notado pelos juízes”.

Para Ferreira (2013, p.02), sua postura no interrogatório logrou frutos positivos: foi solto por ordem do próprio desembargador presidente do processo, que recomendou ao vice-rei a sua liberação. A decisão foi enviada para o Governador Barbacena pelo conde de Resende no dia 8.10.1790.

Ilmo. E Exmo. Senhor. Darei a providência competente quando a esta cidade venha o bacharel José de Sá Bitencourt (sic); e como V. Ex^a. a seu respeito tem fundamentos justíssimos para rezear a sua conduta, não só pelos antecedentes, mas também pela precipitada resolução com que o referido bacharel abandonou uma terra em que se achava estabelecido, para buscar outra em distância de uma viagem feita pelo sertão. Imagino que V. Ex^a. terá já capacitado da força deste negócio ao general da Bahia. Devo dizer a V. Ex^a que ouvindo neste particular ao desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, veio a sua resposta com tanta indiferença na presença das mesmas reflexões, que tem dado causa à suspeita de V. Ex^a. que fico persuadido que a prova não é suficiente para constituir delinquente o mesmo bacharel. Porém ao mesmo tempo se assentou que sendo este caso de sua gravidade e de consequências funestas não se deve perder de vista um homem que talvez pudesse contribuir para um fim tão abominável [...] (Autos de devassa v. 11, p. 66)

Porém, a outra versão dos fatos é a de que sua tia, Isabel de Sá Bittencourt, comprou sua liberdade por duas arrobas de ouro, informa Araújo:

Não falta quem afirme que sua absolvição foi comprada a peso de ouro pela sua tia Maria Isabel, subornando as autoridades com duas arrobas do referido metal. Na época, a crença popular, dando asas à imaginação, acreditou que a Virgem do Bom sucesso, padroeira de Caeté, vendo a aflição de Maria Isabel, indicou-lhe em sonho o local de suas lavras em que extrairia o ouro necessário a compra da liberdade do sobrinho. De qualquer sorte, vale lembrar que Maria Isabel era detentora de uma das maiores fortunas da região (Araújo, 2017, p. 67-68).

Esse episódio na vida de José de Sá Bittencourt, sem dúvida, mudou completamente o rumo de sua vida. Ao enviar relatório a José Bonifácio demonstra o seu sentimento de repulsa por Barbacena:

Ilmo. e Exmo. Senhor: Nem sempre os acontecimentos filosóficos, neste país havia de ser criminosos; nem sempre os amantes da razão e da verdade sufocariam em seu seio sentimentos úteis e liberais. O tirano despotismo que, neste país, oprimiu, devastou e destruiu os primeiros alunos desta útil faculdade, embaraçou por muito tempo o seu exercício aos que escaparam das suas fúrias; fez o retardamento do seu progresso e sufocou no berço planos de melhoramentos bem premeditados. Com que mágoa, Exmo. Senhor, me não recordo do infernal governo do déspota Barbacena; [...] (Auto da Devassa, vol 9, pg. 401).

Em outro momento da carta ele se vangloria pelas respostas que deu no interrogatório com as seguintes palavras:

[...] E por ordem da Alçada, lá fui recolhido 60 dias em um segredo; e conduzido, como réu da lesa-majestade, para ser sentenciado pelo Tribunal da Alçada, onde a força da inocência e a presença de meu espírito pôde tringar dos sofismas, sarcasmos e círculos viciosos do presidente que me fazia perguntas. E saindo a salvo, temendo novas perseguições do déspota meu denunciante, voltei para a Bahia – onde residi muitos anos não dando exercício algum à minha faculdade, nem querendo mesmo ser por ela conhecido, uma vez que era um crime o apelido de naturalista. (Auto da Devassa, vol 9 pg. 402)

Em síntese, o único condenado à morte provavelmente por não possuir fortuna ou parentes afortunados, foi levado à injúria. Comenta Andrada:

Três anos durou o processo e a prisão dos inconfidentes. No dia 19 de abril de 1792 foi lida para eles a sentença condenando à forca Tiradentes, Freire de Andrada, Álvares Maciel, Alvarenga Peixoto, Abreu Vieira, Oliveira Lopes e Luiz Vaz, que deveriam ser esquartejados após o enforcamento. A Amaral Gurgel, os Rezende Costa, pai e filho, e Domingos Vidal seria dada apenas à forca, permitido o sepultamento. Aos demais, o degredo. Vitoriano Veloso, além do degredo perpétuo, ganhou a pena adicional de dar três voltas ao redor da forca porque era mulato. Todos tiveram declarados infames filhos e netos, incluindo Cláudio Manoel, que já morrerá. Contra os religiosos nada se leu, pois a ordem era manter secretas suas penas. Após horas de desespero e tristeza, de repente o escrivão leu a ordem régia de comutação da pena de morte por degredo perpétuo, já lavrada meses antes. Houve um início de júbilo. Ao final da leitura todos estavam degredados, à exceção do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o único a ser enforcado (Autos de devassa. vol 5, p. 16-17).

Tiradentes, condenado à forca no dia 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro, foi caminhando até o local da execução e depois degolad. Sua cabeça foi levada a Minas e fixada em uma parte alta para que todos vissem o ultraje, o resto do seu corpo foi dividido em quatro parte e exposto por caminhos até Minas para servir de exemplo para qualquer um que tentasse se levantar contra a Coroa.

1.3.1 A nova vida de José de Sá Bittencourt

Após o ocorrido, José de Sá Bittencourt se responsabiliza a nunca mais ir a Minas Gerais sem permissão das autoridades portuguesas, através de uma assinatura em documento na Câmara de Salvador. Abandona a profissão e decide, então, firmar residência na Bahia, segundo Araújo (2017, p.68), “próximo à Vila de São Jorge dos Ilhéus, iniciando uma plantação de algodão. Todavia, apesar de todo o seu envolvimento na Conjuração Mineira, Portugal reconhece seus atributos acadêmicos e lhe concede a patente de coronel, responsável por chefiar a Inspeção de Minas da Bahia.

Logo em seguida ele recebe ordens para abrir uma estrada entre Camamu e Palmas de Monte Alto que, segundo Araújo (2017, p. 68) “serviria de escoadouro das minas de salitre existentes naquele sertão, facilitando ainda o transporte de gado, madeira e outros produtos para o litoral”.

Importante salientar, informa Araújo (2017, p. 68) que “por muito tempo o governo português proibiu a exploração das minas de salitre, substância necessária para a fabricação da

pólvora, temendo que os partidários da independência fabricassem explosivos contra o colonizador.”

De fato, nos Autos de Devassa (v.9, p. 402) há referência a um relatório em que se diz que “homens inocentes, nada temiam, mas porque uns diziam que sabia fundir o ferro; outros, que era da sua arte a manipulação do salitre e o fabrico da pólvora, operações das suas faculdades; foram logo suspeitos de Inconfidência”.

No mesmo período de construção da estrada de Camamu, José de Sá Bittencourt constrói uma fábrica para refinar salitre. Para Araújo (2017, p. 68) Bittencourt “sempre foi movido por aquele espírito empreendedor que o fez importar a primeira máquina de serrar madeira, da qual o Príncipe Regente solicitou cópia”.

O caminho construído entre Camamu e Monte Alto o fará conhecer as terras que, futuramente, seriam Jequié, custando à Fazenda Pública 23 contos de Réis.²¹ Esse conhecimento do território despertou-lhe o interesse, alguns não davam tanto crédito à localidade por causa dos riscos de assaltos, enquanto outros a usavam como rota de fuga, ou meios de fugir das estradas reais para não pagar tributos. “Foi na construção [desse caminho] que José de Sá Bittencourt conheceu as terras jequieenses, por ele escolhidas para sede do grande latifúndio que se chamou Borda da Mata” (Araújo, 2017, p. 69).

Com um interesse latente e vendo a potencialidade daquele território, José de Sá Bittencourt, em sociedade com seu irmão, compram-no do capitão-mor João Gonçalves da Costa pela quantia de dez mil cruzados²². Paga a metade no ato da compra e o restante seria pago segundo o acerto, assinando então, uma letra onde se responsabilizava a assumir a palavra que deu no ato da compra.

Entretanto, devido aos seus esforços na Inspeção de Minas da Bahia,

O governo lusitano, em carta-régia do príncipe de Queluz, datada de 1779, assinada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Fernando José de Portugal, concedeu-lhe uma sesmaria em continuação às terras que por compra já possuía. Surgiu assim o grande latifúndio Borda da Mata com uma área de dezesseis léguas, abrangendo territórios que hoje pertencem aos municípios de Jequié, Camamu, Ipiaú, Jaguaquara, Maracás, Boa Nova, Itagi, Aiquara e Jitaúna. Segundo Antônio Amaral, a grande propriedade tinha os seguintes limites: “Na estrada velha que segue para Vitória da Conquista, no lugar denominado Castanhão, pelo lado do sul e pelo lado do norte com a Serra da Casca, seguindo para a serra que divide as águas do Rio de Contas (que é Serra Geral, terminando na barra do ribeirão chamada Preto, que é hoje conhecido por Oricó e tem suas nascentes fronteiras às nascentes do rio Cariri” (Araújo, 2017, p. 70).

²¹ O valor atualizado é de R\$ 5.847.807,50

²² Valor atualizado é de aproximadamente R\$ 6.730.389,37

Na Bahia, José de Sá Bittencourt adquiriu família. Sua esposa chamava-se Maria Vitória de Sá, com ela teve alguns filhos e, com outros familiares, construíram a sede da fazenda Borda da Mata, um sobrado a 3 léguas de Jequié, abaixo da fazenda Provisão, informa Araújo (2017, p. 70):

Ajudado por índios domesticados que vivem numa aldeia próxima, remanescentes da tribo dos cotoxós que conseguiram sobreviver aos massacres sertanistas” [...] “na fazenda investiu na agropecuária e na plantação de algodão e, foi quem principiou a escravidão negreira em Jequié, em sua fazenda borda da mata.

Entretanto, estabelecido na Borda da Mata entre 1808 e 1813, é convocado por sua tia, Isabel, na ocasião com 112 anos - temerosa de ser lesada e interdita por parentes -, a retornar permanentemente a Minas Gerais. Pouco tempo depois sua tia morre em Caeté, deixando-lhe toda a sua fortuna. Com a fortuna da tia em mãos, e um prestígio que havia conquistado, aos poucos, com a Coroa - lembrando que lhe fora conferido o título de coronel dos Úteis na Bahia, em Minas, “passou a comandar o Segundo Regimento de Infantaria da Comarca de Sabará” (Araújo, 2017, p. 71).

Dentre seus feitos, encontra-se a fundação de uma instituição que objetivava evitar que o Brasil perdesse a condição de Reino Unido de Portugal e Algarves, denominada Sociedade Pedro e Caroline. Ademais, durante o processo de Independência, quando D. Pedro I deu o grito do Ipiranga, Bittencourt “dispunha-se até a conduzir as tropas sob o seu comando até Vila Rica, enfrentando o Governo Provisório de Minas Gerias, presidido por D. Manoel Portugal e Costa, que se opunha às aspirações dos brasileiros” (Araújo, 2017, p. 72-73).

Com a resistência das tropas aquarteladas na Bahia sob o comando do General Inácio Madeira de Melo, que só obedecia à Coroa, José de Sá Bittencourt ofereceu seu auxílio ao príncipe, que agradeceu e o orientou a não agir até segunda ordem. Entretanto, segundo Araújo (2017, p. 73), vendo que não havia interesse da parte das tropas em obedecer ao príncipe, descreve Araújo (2017, p. 73), “o velho inconfidente, sem perda de tempo, preparou um batalhão de 585 praças despachando-o em ajuda aos baianos, sob o comando do seu filho mais velho, tenente-coronel José de Sá Bittencourt e Câmara”.²³ Seus outros três filhos, Cristiano

²³ Nasceu na Vila de Camamu, Bahia em 23.01.1797, filho do coronel José de Sá Bittencourt Câmara e Maria Vitória de Sá, teve a carreira militar como profissão, que exerceu durante toda a vida. Começou como oficial do Exército. Em 16.06.1818, com seu pai em Minas Gerais, assentou praça como capitão no 2.º regimento de infantaria da 2.ª linha da comarca de Sabará. Saltando os postos intermediários, foi nomeado, por decreto de 12.10.1818, tenente-coronel agregado ao mesmo regimento. Como já foi inferido no texto acima em 23.04.1823 marchou por terra a fim de reunir-se ao “Exército Pacificador” na província da Bahia, e com ele tomou parte nas lutas pela independência. Promovido a Coronel em um decreto de 02.07.1825. Já em 28.02.1826 teve nova praça, sendo por decreto de 19.04, transferido da 2ª linha para o estado maior do Exército, no posto de Coronel.

Manoel de Sá, Egídio Luís de Sá e Guilherme Frederico de Sá, também acompanharam o Batalhão, porém o último sucumbiu na Batalha de Pirajá. Em eloquente discurso, José de Sá Bittencourt conclamava seus subordinados a defender o Brasil, lutando ao lado do povo da Bahia:

Camaradas! É chegado o momento de marchardes em socorro dos valentes baianos que se esforçam para alcançar a liberdade oferecida aos brasileiros pelo melhor dos príncipes. Minhas forças abatidas pela idade não permitem que eu siga à vossa frente para nos campos da honra firmarmos a independência da nossa pátria, ou morrermos com a glória. Se o tempo me roubou o que hoje mais precisava para combater os inimigos da nossa liberdade, quis a Providência Divina dar-me um filho, parte integrante do meu coração, que saberá imitar-me. Vós conheceis: é o vosso tenente-coronel sobre recaiu a escolha do governo para vos comandar. Segui, camaradas, na certeza de que tendes nele o vosso coronel e um amigo que vos conduzirá pela estrada da honra ao templo da glória. Caeté, 3 de abril de 1823, a José de Sá Bittencourt". (Araújo, 2017, p. 73-74).

José de Sá Bittencourt, que teve seus escritos reimpressos pela Academia Real de Ciências de Lisboa, morreu em Caeté, em 28 de fevereiro de 1828, então com 73 anos. Deixou sua fazenda Borda da Mata para seus herdeiros, sendo que as principais terras do que é hoje o município de Jequié ficaram para seu filho José de Sá Bittencourt e Câmara, que optou por ficar em Ilhéus, no Engenho de Santana. É provável que suas intensas e variadas atividades tenham dificultado a sua fixação em Borda da Mata. Entretanto, mesmo não permanecendo nas terras, ergueu a sede da fazenda sete anos depois da morte de seu pai, em 1835.

1.4 De Fazenda Borda da Mata a cidade de Jequié

De acordo com estudos históricos e linguísticos, o nome "Jequié" tem origem no tupi-guarani. Conforme o filólogo e lexicógrafo brasileiro Navarro estudioso das línguas do tupi antigo e nheengatu, em seu livro *Dicionário de Tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*

Governador das armas da província da Bahia por decreto de 18.08.1827, exercendo esse cargo até 06.04.1829. Marchou com 200 praças a pacificar as comarcas do sul da Bahia por ocasião da revolução denominada Sabinada. Promovido a Brigadeiro graduado do Estado Maior por decreto de 20.08.1838. Nomeado por decreto de 02.12.1839 a comandantes das armas da província da Bahia. Brigadeiro efetivo por decreto de 07.09.1842. Deputado à Assembleia Geral Legislativa por Sergipe, na 6ª legislatura, de 01.01.1845 a 18.09.1847, sendo substituído entre 22.06.1846 e 30.06.1847. 17º Presidente da província de Sergipe, nomeado em 23.05.1844, empossado em 15.07.1844, deixando o cargo em 13.12.1844. Por aviso de 15.01.1846, teve permissão para residir na Bahia, onde permaneceu interinamente no comando das armas desta província, de 19 a 25.11.1848 e de 16.06. a 16.08.1851. Em 11.1856 foi eleito presidente da Câmara Municipal da vila de Ilhéus, onde exercia o cargo de diretor dos terrenos diamantinos. Cavaleiro da Ordem de Cristo por decreto de 19.05.1818. Oficial da Ordem do Cruzeiro por decreto de 12.10.1823. Comendador da Ordem de São Bento de Aviz, por decreto de 18.07.1841. Agraciado com a Medalha de Guerra da Independência, em 02.07.1825. Veio a óbito no dia 18 de outubro de 1861. Dados retirados de um site especializado em genealogia. Disponível em: https://web.archive.org/web/20070629230300/http://www.cbg.org.br/arquivos_g_enealogicos_s_04.html.

Navarro (2013, p. 581) "Jequié" deriva de "îeky", significa "corvo, cistena" e "é" (diferente): cistena diferente. À, porém, outra explicação que é mais propagada na cultura jequeese, inclusive estando tal informação no Museu de Jequié o João Carlos Borges, vejamos:

Na região do rio de contas os índios confeccionavam artefatos conhecidos como *Jequí* (armadilha para apanhar peixes) e *ié* (rio que corre), do dialeto dezebucuí falado pela etnia Kariri. Juntos formam a palavra Jequí-ié (armadilha no rio que corre). Esse nome deu origem ao nome da Fazenda Barra de Jequí, com o nome utilizado na pronúncia antiga tendo evoluído finalmente para Jequié. (Museu João Carlos Borges, Jequié, BA, 2024).

A região onde se encontra a cidade de Jequié foi elevada à condição de vila em 1897. Antes disso, era referida apenas como um povoado sem uma denominação oficial consolidada. A oficialização do nome "Jequié" ocorreu quando a vila foi criada, refletindo a transição administrativa e política do local (Araújo, 2017).

O arrolamento do inventário de José de Sá Bittencourt, no dia 08 de março de 1832, em Caeté, em Minas Gerais, dividiu Borda da Mata entre seus descendentes, gerando novos domínios: Ipoeira, Lagoa do Junco, Fazenda Jacaré, Boca da Peça, Jibóia, Estreito, Sobrado, Torta, Curral Novo (atual bairro do município de Jequié) e Jequié ou Barra de Jequié.

Araújo (2017, p. 77) faz referências à fazenda Borda da Mata e a outros bens, ressaltando o quanto a mercadoria “escravos” era a mais valiosa:

Valor das terras seis contos e seiscentos mil réis²⁴; 200 cabeças de gado, entre grandes e pequenos – um conto e quatrocentos mil²⁵; 84 escravos – dezessete contos e trezentos e dez mil réis²⁶. Como se vê 84 escravos valiam mais do que o duplo das benfeitorias, do gado e das terras de Borda da Mata, com uma área de dezesseis léguas, abrangendo territórios que hoje pertencem aos municípios de Jequié, Camamu, Ipiaú, Jaquaquara, Maracás, Boa Nova, Itagi, Aiquara e Jitaúna.

Coube a José de Sá Bittencourt e Câmara a administração da fazenda Borda da Mata, como mencionado, todavia, preferiu estabelecer-se em Ilhéus. Conheceu as terras segundo Araújo (2017, p. 79), “quando comandou os reforços mineiros que vieram ajudar os baianos na luta contra Madeira de Melo”. Na localidade, por sua vez, buscou descanso para animais e tropas se hospedando no sobrado construído por seu pai.

Além de uma vida intensa de atividades políticas e militares, que dificultava a direção da Borda da Mata, José de Sá Bittencourt e Câmara tinha certo apego ao Engenho de Santana

²⁴ Atualmente a quantia seria de R\$ 3.697.031,25

²⁵ Atualmente a quantia seria de R\$ 784.218,75 pois à razão de 1\$600 Réis a oitava de ouro 22 quilates

²⁶ Atualmente R\$ 6.352.731,00 À razão de 1\$600 Réis a oitava de ouro 22 quilates

devido ao histórico de sua aquisição. Foi estabelecido por Mem de Sá, que seria o terceiro governador Geral do Brasil, em terras que lhe haviam sido doadas pelo donatário Jorge de Figueiredo Correia, depois foi doado aos Jesuítas do Colégio Santo Antônio de Lisboa pela Condessa de Linhares, filha de Mem de Sá. Com as reformas pombalinas, os jesuítas perderam o engenho que passou a ser da Coroa, a seguir teve dois donos Manoel da Silva Pereira e o Marechal Felisberto Caldeira Brant, futuro Marquês de Barbacena. Ficou sob a ocupação de escravos rebeldes de 1821 a 1824. Finalmente, a 2 de março de 1834, o Engenho de Santana passou a pertencer ao brigadeiro José de Sá Bittencourt e Câmara” e possuía as seguintes instalações: instalações “capela ampla, casa de noviciado, lojas, oficinas e cinquenta escravos” (Araújo, 2017, p. 80).

Além disso, Borda da Mata estava lhe trazendo muitos problemas: as enchentes destruíram, por duas vezes, a sede da fazenda. A de 1834, destruiu quase todo o sobrado, o que restou, próximo a Itajuru, foi arruinado com o tempo. A de 1854 destruiu novamente a sede que havia sido reedificada, só que desta vez na confluência dos rios Jequiezinho e das Contas. Cansado, José de Sá Bitencourt e Câmara decide entregar o comando das terras ao genro, Felipe Nery de Souza, marido de sua filha Leonora Sá. Após seu falecimento, em 18 de outubro de 1861, os outros herdeiros doaram as terras, definitivamente, para Leonora Sá, o restante foi vendido ao genro dela, Joaquim Fernandes de Sousa. Começa então a formar um povoado que serviria de núcleo à futura Jequié (Araújo, 2017, p. 81).

A cidade de Jequié, localizada no interior da Bahia, tem suas raízes profundamente conectadas às diversas influências culturais que moldaram sua formação. O povoado original, que hoje se tornou Jequié, foi inicialmente habitado por tribos indígenas, particularmente os Mongoió e Pataxó. Esses povos indígenas deixaram um legado significativo em técnicas de pesca, caça e cultivo que influenciaram os primeiros assentamentos na região (Navarro, 2013).

Com a chegada dos colonizadores portugueses e dos bandeirantes no século XVIII, liderados por figuras como João Gonçalves da Costa, houve um intenso processo de conquista e ocupação. Gonçalves da Costa, mencionado por Ivo (2009), foi uma figura central na integração da região às políticas coloniais portuguesas, participando de incursões e administrações que subjugarão os indígenas e expandiram a ocupação territorial. Essas ações eram motivadas não apenas pela exploração de recursos, mas também pela consolidação do controle político e militar da área (Ivo, 2009; Maxwell, 2001).

A contribuição da população negra, trazida à força como escravizada para trabalhar nas fazendas e plantações, foi fundamental para o desenvolvimento econômico e cultural de Jequié. A presença afro-brasileira é marcante na música, culinária, danças e festas populares da cidade.

As senzalas e as práticas culturais afro-brasileiras, como o candomblé, deixaram uma marca indelével na cultura local (Araújo, 2017).

No final do século XIX e início do século XX, Jequié também recebeu imigrantes italianos que vieram em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Esses imigrantes contribuíram significativamente para o desenvolvimento industrial e comercial da cidade. Eles introduziram novas técnicas agrícolas, formas de organização do trabalho e ajudaram a diversificar a cultura da região (Araújo, 2017).

Os vestígios históricos e patrimoniais presentes hoje em Jequié são múltiplos e revelam essa rica tapeçaria cultural. A arquitetura colonial é um dos marcos mais visíveis dessa herança, com igrejas e construções do período colonial, como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, exemplificando a influência portuguesa. Além disso, sítios arqueológicos na região revelam artefatos indígenas, como cerâmicas e ferramentas, que atestam a presença e a cultura dos primeiros habitantes (Navarro, 2013).

A herança afro-brasileira continua viva nas tradições culturais locais, incluindo o samba de roda, as festas religiosas e os terreiros de candomblé, que são evidências da resistência e da preservação cultural dos descendentes de africanos escravizados. Da mesma forma, a influência italiana é preservada na arquitetura, gastronomia e celebrações típicas, como festas comunitárias e práticas agrícolas, mantidas pelos descendentes dos imigrantes (Araújo, 2017).

Instituições como o Museu Histórico de Jequié desempenham um papel crucial na preservação e exibição de artefatos, documentos e exposições sobre a história multifacetada da cidade. Essas instituições ajudam a contar a história da contribuição dos povos indígenas, negros, portugueses e italianos para a formação de Jequié (Araújo, 2017).

Em conclusão, Jequié é uma cidade que carrega um rico patrimônio cultural resultante da interação entre diversos grupos étnicos ao longo dos séculos. A influência indígena, negra, portuguesa e italiana é evidente nos vestígios arquitetônicos, nas práticas culturais e nas tradições que ainda se mantêm vivas. Esses elementos formam a identidade única de Jequié, refletindo uma história complexa de ocupação, resistência e integração.

1.4.1 O berrante e sua prosperidade

Pode-se dizer que, do ponto de vista territorial, Jequié começa quando o Sertão da Ressaca é desbravado definitivamente pelo bandeirante João Gonçalves da Costa, o que faz surgir uma série de trilhas e caminhos que permitem aos viajantes cruzar a região sem ser acometidos pelos perigos de outrora, relacionados não apenas a indígenas e quilombolas, mas,

também, a criminosos de natureza diversa e foragidos da justiça que perambulavam por aquelas paragens (Araújo, 2017, p. 82).

Assim, novos caminhos foram traçados, se aproveitando, inclusive, de trilhas ou dos também conhecidos como carreiros dos índios, para a construção principalmente de estradas reais que nortearão, sobretudo, o comércio e o trânsito de pessoas, entre Bahia e Minas, em um fluxo frenético que os metais e boiadas possibilitaram. A esses indivíduos, em sua dinâmica comercial e circulação pelo território, Ivo (2009) usou o termo encontrado na documentação da época “Homens de Caminho”. Segundo Araújo (2017, p. 82),

Novas picadas, novas estradas, novos acessos embora rudimentares e incipientes, começaram a rasgar o Sertão da Ressaca em várias direções, abrindo espaço para a formação de povoados que passaram a servir de pouso para as tropas e boiadas, e até mesmo entreposto comercial, como aconteceu com Jequié.

A maioria dessas estradas eram em torno de rios e afluentes, ou os próprios rios eram a própria rota, principalmente para aqueles que buscavam no comércio, especialmente no do ouro e na conquista de determinadas regiões, uma oportunidade de enriquecer, como descreve Ivo (2017, p. 155):

Os cursos da maior parte dos rios orientavam e serviam de referências para as expedições e viagens de aventureiros e oficiais régios. Os registros dos pequenos córregos, sítios e fazenda, durante o percurso, facilitavam a reconstituição baseada na cartografia atual, mas é muito provável que alguns trechos dos rios tenham sofrido alterações no seu curso por um processo natural de assoreamento ou desvio. Também é certo que muitos deles não guardem mais a fluidez e a extensão que encantaram os viajantes. O estilo “belo e grande do rio das Contas” conseguia se impor em território da Bahia a força do rio São Francisco.

Fica claro, a importância do papel do rio de Contas no florescimento do município, bem como a geografia da fazenda Borda da Mata que fica exatamente na zona de transição entre o sertão da ressaca e o litoral: fazenda Borda da Mata - sertão (catinga) / mata de transição – litoral, com os principais locais Ilhéus, Vila de Camamu e Barra do Rio das Contas (Itacaré).

De acordo com Araújo (2017, p. 82), “a circulação de tropas e boiadas pelas vias de comunicação do Sertão da Ressaca e adjacências contribuiu para redistribuição das terras, formando novos municípios”.

As estradas reais eram utilizadas por todos, exceto por aqueles que estavam fugindo por alguma questão legal. Havia também as conhecidas estradas de sal:

As estradas de sal, quando abriram caminho para interiorização da pecuária, são anteriores às estradas boiadeiras, muito embora, com o passar do tempo, passassem a ser utilizadas por tropas e boiadas. O sal é imprescindível à vida do gado. Por isso mesmo, a pecuária alcançou seu desenvolvimento pleno graças às salinas existentes no sertão. Como é sabido, pecuária e cana-de açúcar não podem conviver lado a lado. O gado, na busca de alimento, invade plantações, terminando por destruí-las. Para solucionar o impasse, a Coroa Portuguesa, em carta-régia datada de 1701, proibiu o criatório de bovinos a uma distância inferior a dez léguas do litoral. Resultado: os rebanhos foram se deslocando para Sergipe, Vale do São Francisco, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Ilha de Marajó, onde encontraram terras salobas e amplas pastagens (Araújo, 2017, p. 84).

Toda essa sociedade do couro, que floresceu graças às boiadas, levou ao aparecimento das chamadas estradas boiadeiras, como vimos, e vários povoados e vilas foram surgindo como desdobramento dessas estradas. Curral de Bois foi o primeiro vilarejo em Jequié, conforme indica Araújo (2017, p.85): “a partir de 1832 algumas boiadas, vindas de Minas Gerais, percorriam terras jequieenses, buscando Curral de Bois, onde permaneciam por dois ou três dias”. Depois de alguns anos um novo curral surgiu, o Curral Novo, hoje bairro de Jequié. Ainda que houvesse a sede da fazenda Borda da Mata, que algumas tropas buscavam para repouso, preferiam deixar a boiada no curral, cruzando o rio de Contas mais acima para se recuperar da longa caminhada.

Segundo Araújo (2017, p. 85), “Curral Novo experimentou, assim, um período de relativa prosperidade. Negociantes como Firmino Bonfim, Abílio Caetano, Joaquim Pereira, Manoel Alexandre e José Batista de Araújo chegaram a exercer alguma influência política durante a formação do distrito de Jequié”.

A dinâmica da condução, circulação e comércio de gado e sua relação com os pequenos aglomerados urbanos levou à “formação do núcleo populacional que deu origem ao município de Jequié, robustecendo o comércio incipiente da nova sede da fazenda desdobrada de Borda da Mata” (Araújo, 2017, p. 88).

Devido a isso, muitos foram se fixando na vila e fazendo edificações:

Joaquim Fernandes da Silva, os filhos de Felipe Nery de Sousa, seu genro Manoel João e outros parentes construíram suas residências e terras foram doadas ou vendidas por preços acessíveis aos que ali pretendessem se fixar. Era o arraial que se formava, cheio de esperança no futuro (Araújo, 2017, p. 89).

E o povoado foi se ampliando cada vez mais:

Como de costume, a iniciativa particular antecipava-se ao poder público, sem nenhum planejamento, porém livre e espontânea. O alinhamento das vias públicas, a técnica, a disciplina, o urbanismo que viessem depois... As casas se amontoavam, embora em sentido linear, acompanhando o curso do Rio das Contas e o desnível do terreno, mas,

que era importante, a localidade crescia, apesar de contar com um pequeno comércio, constituído na maior parte de casas de pasto, rancharias e pequenas vendas e quitandas que serviam aguardente e atendiam tropeiros e viajantes. Muitas décadas após, os vendedores ambulantes, muitos deles de origem árabe, sempre prontos para mascatear suas mercadorias, seriam substituídos pelos caixeiros-viajantes, conhecidos como “cometas” (Araújo, 2017, p. 89).

É de se pensar que Jequié ganhou rapidamente sua emancipação e tornou-se uma cidade próspera, devido à efervescência que as tropas traziam para a vila, mas, na verdade, havia outra vila, a de Maracás, que se destacava muito mais que Borda da Mata e que conquistou a autonomia bem antes de Jequié, a ponto de conseguir anexar Borda da Mata à sua jurisdição.

Para se compreender todo esse processo é necessário fazer uma certa incursão pela história de Maracás. O território que dá origem a Maracás era, também, habitado por indígenas, os cariris, que, em suas festividades, manipulavam a maracá,²⁷ originando daí a nomenclatura da cidade, e foi submetido, assim como toda a região, aos ataques de bandeirantes, conforme narra Araújo (2017, p.89-90)

Baião Parente, Brás Rodrigues Arzão, Pedro Gomes, Gaspar Rodrigues, queimaram suas tabas roubaram suas terras, escravizaram seus varões e violentaram suas mulheres, dois anos depois ainda em nome da civilização, frei Antônio Piedade, vigário de Cristo, iniciou a catequese daquele povo tido como selvagem.

Da mesma forma, que as boiadas favoreceram Jequié, também beneficiaram Maracás, terra boa, clima excelente e boas pastagens fizeram com que aquelas bandas desenvolvessem. Em 19 de abril de 1855, pela lei provincial nº 518, depois de desmembrar-se de Mucugê, Maracás conseguiu sua emancipação política. A instalação do município efetivou-se a 5 de janeiro do ano seguinte (Araújo, 2017, p. 90).

A partir daí, Jequié passa à jurisdição de Maracás. É, porém, um fenômeno climático que vai aumentar a população do povoado de Jequié, uma seca no semiárido, entre os anos de 1859 e 1860:

O rio de Contas não secou, embora diminuísse sua vazão. Foi o suficiente para que muitos retirantes se abrigassem na Fazenda Jequié, aumentando a população flutuante e vivendo de biscates. Passada a catástrofe, muitos deles, por falta de perspectivas, preferira se estabelecer nas cercanias de Jequié, estregando-se a uma lavoura de subsistência (Araújo, 2017, p. 90/91).

O Rio de Contas, sem dúvidas vai desempenhar papel fundamental para os alicerces de formação da cidade, o rio que colaborou para o aumento demográfico, é o mesmo que destruiu

²⁷ Espécie de cilindro de madeira, oco, leve e fino, cheio de pedrinhas e fechado nas extremidades.

a sede da fazenda por duas vezes, e mesmo a população tendo esse conhecimento, ainda assim, decidiram construir em suas margens e afluentes, onde obteriam prejuízos imensos futuros com outras enchentes que ocorreriam ainda maiores.

Emerson Pinto de Araújo (2017), em sua obra, aborda a história de Jequié com uma perspectiva que valoriza o papel dos desbravadores e a importância das vias de acesso e recursos naturais, como o Rio de Contas, para o desenvolvimento da região.

Isnara Pereira Ivo (2009), por outro lado, em “Homens de Caminho”, foca nos trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa no século XVIII. Ela explora as dinâmicas de movimento e as relações comerciais que se estabeleceram entre diferentes regiões, incluindo a área do Rio de Contas. Ivo (2009) destaca como o rio serviu como uma rota comercial vital e um ponto de encontro cultural, contribuindo para a formação de Jequié como um espaço de intercâmbio e integração cultural.

Não tão rica e diversificada quanto a produção historiográfica para Minas Gerais, as pesquisas sobre os mercados baianos ainda são incipientes e acompanham muito do que foi feito por Kátia Mattoso para Salvador e seu entorno, com exceção das pesquisas desenvolvidas por Neves sobre o Alto Sertão da Bahia, que revelou para a área de influência da Vila do Rio de Contas, no século XVIII, uma estrutura fundiária escravista alicerçada em várias culturas de produtos alimentícios de caráter autossuficiente e com capacidade de fornecimento de vários gêneros e de gado para diversas localidades. No século XVIII, não só as Capitânicas da Bahia e de Minas Gerais foram alimentadas pelos produtos do sertão; na centúria seguinte, o Alto Sertão, além de abastecer o recôncavo baiano, enviou gêneros alimentícios e gado para as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, passando por Minas Gerais. Para fins do século XVIII e para o XIX, Neves apontou os latifúndios pecuaristas e os minifúndios policultores como as bases de sustentação do que chama “economia sertaneja”. Suas pesquisas têm sido fontes de orientação para uma série de estudos, ainda incipientes e voltados para compreensão das dinâmicas econômicas dos sertões da Bahia (Ivo, 2009, p. 305).

Apesar disso, a água é a base para a existência da vida e como na época ainda não havia acesso à água potável com facilidade, principalmente no semiárido, era natural assentar-se próximo aos rios e seus afluentes. Isso ficou conhecido como “civilizações hidráulicas” termo criado pelo escritor e pensador teuto-americano Karl Wittfogel para se referir às sociedades em que a necessidade de controlar a água requeria uma ação coletiva (Kriwaczek, 2018, p. 16). Todavia, essa ação coletiva não era suficiente para conter a fúria das águas, principalmente porque a ação coletiva do homem no espaço geográfico alterou o leito do rio, contribuindo para sua vazão: “Jequié, no início de sua formação, teria que sofrer, como realmente sofreu, a influência do Rio de Contas” (Araújo, 2017, p. 92).

Salienta Araújo:

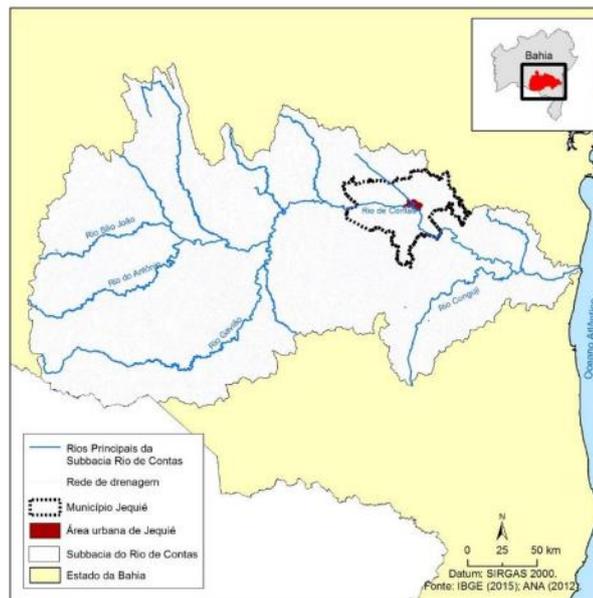
Não possuindo a função dinâmica dos grandes cursos d'água que, à semelhança de imensas estradas líquidas, transportam cargas e contingentes humanos aos pontos mais longínquos, o Rio das Contas, sem condições de navegabilidade em todo seu percurso salvo em pequenos trechos e no lago artificial da barragem de Pedra, passou a desempenhar um papel em estático, fixando uma população heterogênea no núcleo da futura sede do município de Jequié. Sem os requisitos imprescindíveis para se converter num porto fluvial de Jequié acabou se transformando num porto-de-terra, funcionando como entreposto ou centro de recepção distribuição dos produtos oriundos das mais variadas áreas geográficas, inclusive Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo Europa (Araújo, 2017, p. 92).

Figura 4– Mapa da Bacia hidrografia do Rio de Contas.



Fonte: IBGE (2021).

Figura 5– Mapa da Bacia hidrografia do Rio de Contas.



Fonte: Retirado da dissertação de Dourado do Geógrafo Valter Luiz dos Santos Marcelo cujo tema foi: Jequié: dinâmicas e retrações urbanas (2020).

Araújo (2017) cita duas grandes secas, a de 1877-79, bem catastrófica, e a de 1859-60, e como essas tragédias aumentaram o povoamento em torno do Rio de Contas, por causa dos filetes d'água que minavam do seu curso. Segundo Secreto (2020, p. 34):

A grande seca de 1876-1879 teve uma magnitude verdadeiramente planetária: Java, Filipinas, Nova Caledônia, Coreia, Brasil, África do Sul e o Magreb. Essa dimensão

global, que passou despercebida por mais de um século para nós historiadores, não o foi para muitos dos viajantes, cronistas, economistas, políticos que, no final da década de 1870, analisaram, escreveram, fotografaram, relataram a “calamidade da seca.

A despeito de todas as adversidades, o arraial da fazenda de Jequié conseguiu se reerguer segundo Araújo (2017) devido ao Rio de Contas, como já comentado, que não secou totalmente e a suas outras funcionalidades de boca-da-mata e porto-de-terra. Tudo isso foi o “suficiente para que Jequié, com sua população aumentada, fosse elevada à condição de distrito de Maracás, em 13 de agosto de 1880, pela Resolução nº 2.078, firmada pelo Presidente da Província da Bahia Antônio Araújo de Aragão Bulcão” (Araújo, 2017, p. 93).

CAPÍTULO II

2 JEQUIÉ, UM PEDAÇO DA ITÁLIA

O memorialista Emerson Pinto de Araújo destaca a chegada dos italianos a Jequié, em um momento de grande expansão econômica e agrícola no interior da Bahia. Eles foram atraídos pelo potencial da região para a agricultura e pelo desenvolvimento do comércio, que começou a se fortalecer como uma importante atividade econômica local. Desde cedo, os italianos demonstraram-se empreendedores, estabelecendo negócios e aplicando as suas habilidades e conhecimentos em diferentes áreas do produto.

A contribuição dos italianos em Jequié, segundo Araújo, foi particularmente significativa no campo da agricultura e agropecuária ainda que no princípio essa última iniciou-se com pouca expressão. Na agricultura se destacaram pelo cultivo de culturas como o café, o cacau e as frutas tropicais. Eles introduziram novas técnicas de cultivo e práticas agrícolas que ajudaram a aumentar a produtividade da região, fortalecendo a economia local e gerando empregos para muitos moradores

Além do setor do agronegócio os imigrantes italianos também foram essenciais no desenvolvimento do comércio em Jequié. Eles abriram o primeiro banco, armazéns, lojas e estabelecimentos comerciais que se tornaram pontos de referência na cidade, contribuindo para o crescimento do setor mercantil. Essa atuação dinâmica dos italianos impulsionou a economia local e consolidou Jequié como um importante polo comercial da boca da mata.

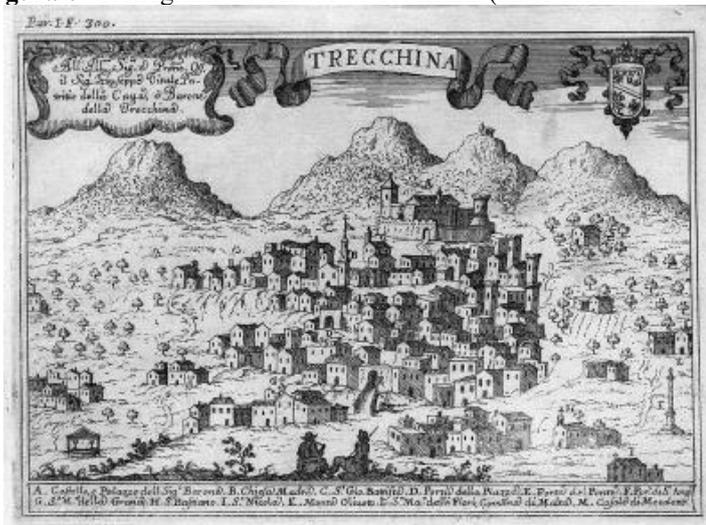
Árabes e italianos contribuíram para a formação do povoado, entretanto, a sua participação, na formação da localidade e da cultura vigente, foi distinta em ambos os grupos:

A participação do imigrante italiano na organização do comércio e no desenvolvimento da localidade foi, sob todos os pontos de vista, realmente marcante. Já o mesmo não pode ser dito quanto ao imigrante árabe. Ao contrário dos italianos, os árabes aqui chegados mascatearam suas mercadorias, ganharam dinheiro, constituíram família, mas não deixaram nenhuma obra de vulto. Sua contribuição se restringiu aos impostos e taxas recolhidos ao erário público (Araújo, 2017, p. 95).

Em relação a população negra na obra de Araújo (2017) há uma lacuna referente à escravidão negra, não obstante haja registro da existência e das atividades de mulheres escravas como Catarina e Quintiliana.

A chegada dos italianos a Jequié (1878-1910) se deu devido aos conflitos na Europa, principalmente o risorgimento,²⁸. A maioria desses italianos optou pela região Sul do Brasil, por possuir um clima semelhante ao de sua terra natal. Contudo, boa parte dos migrantes da cidade italiana de Trecchina²⁹ decidiu estabelecer-se na fazenda Jequié. Alguns deles, como João Rotondano (1866), José Rotondano (1868), José Niella (1869) e Antonio Lomanto, mais conhecido como Tote Lomanto, avô do ex-governador da Bahia Antônio Lomanto Júnior, como os pioneiros da colônia italiana, já haviam passado por outros países em busca de uma vida melhor. Por diversos motivos essas migrações não deram certo, fixaram-se, então, em mais uma tentativa, no povoado de Jequié. O seu lugar de origem, Trecchina, tinha como principal fonte de renda as oliveiras, o vinho e o trigo (Araújo, 2017, p. 98).

Figura 6– Iconografia da Cidade de Trecchina (autor desconhecido)



Fonte: Site sarapegbe.net.

No Brasil, e sem muito capital, percebem que a concorrência do Sul seria muito desleal, então decidem pela Bahia e seu interior:

Os pioneiros da imigração italiana fixada em Jequié, acostumados aos reveses da vida, às invasões, às epidemias, às incertezas e a toda espécie de infortúnios estavam aptos para enfrentar os desafios e as agruras de uma região desprovida da mais mínima espécie de conforto. Ao atravessarem o Atlântico na busca do desconhecido, suportando os desalentos de uma péssima viagem em navios de cabotagem, eles deixam naufragar na espuma do mar as amarguras de um passado, na esperança de viver numa terra-criança, sem os vícios do Velho Mundo. Venceram, mas tiveram que enfrentar antes toda sorte de vicissitudes e desconfianças. Valeu a pena para eles, não

²⁸ Movimento entre os anos de 1848 e 1871, que buscou unificar os reinos que ficavam na península Itálica sob uma única bandeira a Itália.

²⁹ Comuna ao Sul da Itália, na região da Basilicata, província de Potenza.

obstante os sacrifícios iniciais, para seus descendentes e para Jequié, unindo pelo casamento filhos de dois continentes (Araújo, 2017, p. 99).

Figura 7- Fotografia de Emigrantes italianos em Jequié



Fonte: Site casaconfianca.org.

Figura 08- Fotografia de Trecchinesis em Jequié (1915).



Fonte: Site casaconfianca.org.

2.1 José Rotondano homem de visão

José Rotondano vai mudar a história de Jequié, desempenhando papel singular na sua elevação de povoado a município, pois foi através do pujante comércio desenvolvido por meio da instalação de uma firma antes chamada de Casa de Confiança depois passando a ser conhecida como Rotodano e Niella, dessa propriedade, que o vilarejo pode alçar a tal condição.

Tudo começa quando, ao realizar as suas primeiras viagens de Salvador a Jequié, como tropeiro, percebe os desafios desse trabalho e como a vila era escassa de todo tipo de negócios e materiais. Observando, assim, tais necessidades, percebe que uma firma seria um comércio de alto rendimento. Passou, então, a adquirir “ferragens aos ingleses senhores absolutos do ramo na Cidade de Salvador, e partia para o interior, onde vendia a mercadoria com lucro, compensando assim as cansadas das longas viagens” (Araújo, 2017, p. 102).

Segundo Araújo (2017, p. 102-103):

Por volta de 1878 visitou Jequié, um arraial em formação, com cinco ou seis casas cobertas de telhas, sendo as demais com cobertura de palha. O acesso mais fácil, ou menos difícil, partindo da capital do Estado era feito em oito horas de navio até Cachoeira, gastando-se mais um dia de viagem de trem até Tamburi. De Tamburi a Maracás, o viajante enfrentava uma estrada de dois dias em lombo de burro. Dali para Jequié mais dois dias de viagem, sempre em lombo de burro. Os trilhos da Estrada de ferro de Nazaré somente a Sete de Setembro de 1880 chegaram a Santo Antônio de Jesus. Apesar disso, José Rotondano pôde vislumbrar que o pequeno povoado, cercado de morros como a sua Trecchina, estaria fadado a atingir um grande desenvolvimento, como entroncamento natural de várias estradas, servindo à mata e à caatinga, palmilhada por tropas e boiadas, as quais o escolheram como ponto de pousada obrigatória [...] resgatando em curto espaço de tempo o capital aplicado.

José Rotondano fixou-se no povoado dois anos após a “elevação de Jequié à categoria de distrito de Maracás”. (Araújo, 2017, p.103). Rotondano, vislumbrava em Jequié a sua oportunidade de vida e começou a granjear seus clientes oferecendo e disponibilizando a maior diversidade possível de produtos de toda natureza. Para os padrões da época, um mascate não poderia se dar ao luxo de ofertar apenas um produto. De vila em vila, de cidade em cidade, buscava na atividade comercial itinerante meio de enriquecimento, conforme descreve Araújo (2017, p. 110-111):

Por volta de 1875, partindo de Areia, acompanhado de um criado e duas cavalgaduras, ele saía a mascatear pelas fazendas e lugarejos. Nas suas andanças vendia tecidos e miudezas, trocava santos e adquiria antiguidades que, mais tarde, eram passadas adiante. Curral Novo, Castanhão, Piabanha, Boca da Peça, Sapucaia, Sobrado, Jacaré e Jequié faziam parte do seu roteiro. Em Jequié, onde se demorava mais do que o necessário, Rotondano tinha como principais fregueses as famílias Gonçalves Fernandes, Frederico Sá, Sabino Barbosa e Manuel Caboclo, que o incumbiam de transacionar produtos em Salvador. Espírito Lúdico e objetivo, dotado de um faro incomum nos encaminhamentos dos negócios, Rotondano, que já conhecia as manhãs e artimanhas do comércio ambulante, ao constatar o grande número de tropas que, vinda de todas as direções, convergiam para Jequié, certificou-se de que estava diante de uma futura Meca sertaneja. Valendo-se da sua experiência na terra-natal, com passagem em Portugal, e das perambulações pelo interior baiano, soube tirar proveito da situação. E sua intuição não falhou ao fundar com um conterrâneo a firma Rotondano e Niella.

Com capital em mãos, a primeira importante decisão de Rotondano foi associar-se a Niella, também italiano de Trecchina, que entrou na sociedade com a “quantia de dois contos de réis ³⁰em dinheiros, [...] [e] 394 mil réis ³¹em gêneros” (Araújo, 2017, p.103).

O local escolhido para a criação da firma Rotondano e Niella foi a praça que atualmente é conhecida como Luiz Viana, tendo como ponto de referência atual a livraria Sol e o banco

³⁰ O tostão neste período é equivalente a 100 Réis, total nos dias atuais de

³¹ R\$ 248.987,73

Santander. Abaixo, podemos ver três imagens da praça, uma de 1920, outra da década de 1960 e uma atual, de 2016.

figura 09- fotografia da praça Luiz Viana, década de 1920 (foto de autor desconhecido).



Fonte: Site researchgate.net.

Figura 10- Fotografia da Praça Luiz Viana, década de 1960 (foto de autor desconhecido).



Fonte: Memórias de Jequié.

Figura 11- Fotografia da Praça Luiz Viana em 2016.



Fonte: Site Jequié Repórter.

É nítido o contraste entre o passado e o presente e como a modernidade tirou do paisagismo e das árvores o direito de estar lado a lado com o homem. Para o homem moderno o passado necessita ser apagado, de todas as formas.

A arquitetura atual da praça é decorrente de uma reforma que começou em 2013. A praça só foi inaugurada no dia 28 de dezembro de 2016. O verde deu lugar para o concreto e a memória, talvez, só na mente daqueles que, um dia, lá se sentaram para confabular.

A firma dispunha de crediário, em uma época em que toda essa facilidade encontrada em nossos dias para compra e venda ainda não existia, agências bancárias na região ainda não havia, isso aqueceu o comércio e o impulsionou ao mesmo tempo. Segundo informa Araújo (2017) tudo isso “foi a precursora da grande colônia italiana, oriunda de Trecchina, que durante muitas décadas dinamizou Jequié, deixando traços indelévels de sua presença e atuação.

Lilli (2018) chama Jequié de “Filha adotiva de Trecchina”. Em artigo intitulado *Boa sorte: storie di emigrante italian in Brasile*, justifica tal denominação:

Foi assim que nasceu Casa Grande, o primeiro e verdadeiro centro comercial de Jequié, o único em centenas de quilômetros. A empresa Josè Rotondano e Josè Niella acertou, teve sucesso, cresceu, expandiu-se; até que, após vinte anos, foi necessário adicionar um ajudante, que pudesse dar aos dois fundadores um forte apoio nas atividades da empresa. O padre de Trècchina, encomendado por Giuseppe Rotondano para procurar pessoas de boa vontade, encontrou em Carmine Marotta um menino alfabetizado e motivado. [...]. Em 15 de novembro de 1889, foi proclamada a República. No mesmo ano, a nossa empresa mudou de nome, de Casa Grande tornou-se Casa Confiança e o volume de negócios aumentou, expandindo-se para agricultura (café, cacau, algodão, tabaco) e gado. Juntou-se aos três parceiros um quarto trecchinese, Angelo Grisi. Foi criado um sistema de crédito, com o primeiro banco de Jequié. Foi construída a ferrovia, que a conectou por 400 quilômetros até a capital Salvador, onde se carregava a mercancia nos navios, para depois ser exportada para a Europa. O país já tinha cerca de 20 mil habitantes, que frequentavam cinema, bares e associações culturais criados pelos Trecchinesi. Jequié já tinha vinte anos, e podemos

dizer que a "filha adotiva" de Trecchina cresceu logo. Graças ao guia empresarial da Lucania (assim era chamada também a região italiana Basilicata), ela cresceu e virou adulta. Entre o século XIX e o início do século XX, Trecchina enviou para Jequié muitas centenas de emigrantes, cheios de esperança, graças ao sucesso dos pioneiros. Assim da cidade de Jequié, começaram a chegar grandes remessas económicas para o bem-estar das famílias que ficavam na Lucania. (Lilli, 2018).

A firma criada por Rotondano e Niella inicialmente chamava-se Casa Grande e, em 1889, mudou para Casa Confiança. Aos dois sócios juntou um ajudante de nome Carmine Marotta. Um outro ponto a ser observado diz respeito ao ano de estabelecimento da loja. Para Araújo (2017), foi no ano de 1882. Entretanto, o site de preservação da memória dos emigrantes de Trecchina para Jequié dá como certa a data de 1881. Araújo apresenta com detalhes os materiais de construção para a casa, vejamos:

As pedras, a madeiras e outros materiais necessários à construção foram retirados das proximidades, enquanto as telhas foram fabricadas por Guilherme Fernandes de Sousa. Já a madeira destinada às carteiras, mesas, cadeiras, armários e outros móveis procedeu de árvores abatidas em Piabanha por Manuel Vitorino. Os toros foram transportados numa imensa canoa de quatro remos que, posteriormente, serviria para conduzir mercadorias e animais no Rio das Contas por um prático de remo conhecido como Manuel Joaquim. A ferragem foi encomendada em Salvador (Araújo, 2017, p. 112-113).

A firma terá um papel de extrema importância para a economia, desenvolvimento e emancipação da cidade. Havia um dinamismo no local, longe de cometer um anacronismo, mas a casa possuía o mesmo impacto que um Shopping em nossos dias, a imponência do edifício, alimentação disponível, o glamour, a euforia econômica e da população em transitar pelo espaço, o fluxo de pessoas diferentes que se reuniam no local para diferentes objetivos, claro que havia muitas diferenças, como exemplo: não havia salas para aluguel, no lugar, quartos alugados serviam como paragem para os viajantes cansados.

O dinamismo da Casa Confiança foi descrito por Araújo (2017, p.113-114), que menciona até mesmo as relações escravistas:

Como era natural, vivia sempre repleta de hóspedes, não faltando camas e comida para quem chegasse. Três cozinheiros se revezavam, a partir das primeiras horas da manhã, preparando caldeirões de feijão, arroz e carne que eram postos no fogo até o anoitecer. Galinha e bacalhau completavam o cardápio, sob os cuidados das famosas quituteiras Catarina e Quintiliana. E isso se prolongava até às 23 horas. Em matéria de glotonaria, Catarina e Quintiliana, apesar de escravas, eram orgulho dos primeiros italianos que aportaram em Jequié. Sua fama, cantada em prosa e verso, alcançava as localidades mais longínquas, espalhada pelo viajante sedente e faminto que pernoitava em rincões de jequieenses antes de prosseguir viagem sertão adentro. Catarina e Quintiliana estava em todas as bocas, fazendo jus à reputação de melhores cozinheiras das circunvizinhanças. Mãos negras, mãos escravas, mãos de fadas, faziam a alegria dos que saciavam a fome nas dependências da firma Rotondano e Niella. Orgulho da

colônia italiana, era ao mesmo tempo uma espécie de patrimônio da localidade. Não sei porque cargas d'água não apareceu alguém capaz de baixar um ato considerando-as de utilidade pública... O que se diga de passagem, além de justo, seria bem merecido... As duas foram as escravas mais ilustres e queridas de Jequié (Araújo, 2017, p. 113-114).

Na obra do memorialista Araújo (2017) das poucas referências que existem acerca da escravidão, está o dom que as escravas Catarina e Quintiliana tinham:

A cada momento, propostas tentadoras de toda a Bahia chegava a Rotondano, sócio principal da firma, objetivando comprá-las. A todas as ofertas por mais milionárias que fossem, Rotondano respondia sempre com um não, afirmando que enquanto vida tivesse as duas jamais seriam postas à venda. Afinal de contas, na infância de Jequié, Catarina e Quintiliana foram as melhores relações-públicas do passado. Como as coisas boas têm suas compensações, mesmo depois da abolição da Escravatura, as duas quituteiras, embora livres, preferiram permanecer com os seus patrões. (Araújo, 2017, p. 114).

Importante destacar iconografias e fotos relacionadas à Casa de Confiança:

Figura 12- Desenho da Casa Confiança (autor desconhecido).



Fonte: Site.casaconfianca.org.

No livro “Testemunha Ocular: História e Imagem”, Peter Burke (2017) explora a complexa relação entre a visualidade e a narrativa histórica. Ele argumenta que a fotografia, desde a sua invenção, desempenhou um papel crucial como testemunha da história, oferecendo uma representação visual que muitas vezes é percebida como uma forma de prova ‘objetiva’. No entanto, Burke também adverte que as fotografias são produtos de seu tempo e contexto, sujeitas às interpretações e intenções do fotógrafo. Assim, enquanto as fotografias podem capturar momentos históricos com uma imediatez que as palavras podem não conseguir, elas também requerem uma análise crítica para entender completamente o seu significado e o papel que desempenham na construção da história.

Comparada com fotos da época, a iconografia é bem fiel à original, observemos as imagens abaixo:

Figura 13- Fotografia de um dia de feira na praça de Jequié (ao fundo Casa Confiança).



Fonte: Site.casaconfianca.org.

figura 14- fotografia dos danos causados pelas cheias de 1914 (ao fundo casa confiança).



Fonte: Site.casaconfianca.org.

Na figura 16, a Praça Luís Viana aparece destruída. Poucas estruturas continuaram de pé após a enchente de 1914 e a Casa Confiança foi uma delas. Na figura 17 têm-se uma das poucas imagens de José Rotondano. Nas figuras 18 e 19, as imagens de um dos sócios da Casa Confiança, Carmine Marotta³², também conhecido como Carlos Marotta, e sua família.

³² Carmine Marotta (avô) nasceu em Trecchina em 1871. Ainda jovem, em 1885, emigra junto com outros trequineses para o Brasil. Chegando a Salvador (Bahia) a convite de José Rotondano, transfere-se para o interior do Estado, em Jequié, onde trabalha como empregado na loja Rotondano & Niella. Depois de alguns anos, em 1889, graças aos seus dotes comerciais, torna-se sócio na loja denominada "Casa Confiança". Carmine Marotta casa-se em Trecchina com Angelina Rotondano e do matrimônio nasce duas filhas: Caterina e Berardina. Fica, entretanto, viúvo, retorna à Itália por alguns anos e, depois de ter encontrado uma adequada assistência para o acompanhamento de suas duas pequenas filhas, retorna para o Brasil. Em seguida casa-se com Angelina Lamberti e deste matrimônio nasce Francisco (também ele, muito jovem, irá ao Brasil onde fica por toda a vida em Salvador) e os gêmeos Filippo (também ele morou no Brasil como representante da Casa Confiança junto à filial de Nazaré, e pai de Carmine Marotta -neto) e Angela. Quando nasceu os dois gêmeos (em 1917) transfere-se para Nápoles com a família e abre uma loja (Martta & Calcagno) para a importação e o comércio de produtos da agricultura brasileira: café, cacau, etc. Mais uma vez fica viúvo, e então retorna ao Brasil mais uma vez para retomar seu posto de sócio da loja Casa Confiança. Somente em 1947 retorna definitivamente à Itália, depois de haver permanecido, no total, 52 anos no Brasil. Em 1963, em Trecchina, tem a oportunidade de abraçar novamente o Governador da Bahia, o doutor Antonio Lomanto, seu grande amigo. Em janeiro do ano seguinte, com 93 anos, falece em sua residência em Trecchina. Informações retiradas do site de memória dos emigrantes italianos de Trecchina para

Figura 15- Fotografia de José Rotondano pioneiro da colônia italiana em Jequié.



Fonte: Livro A Nova História de Jequié de Emerson Araújo.

Figura 16- Fotografia de Carlos Marotta com sua esposa Angela Lamberti, filhas Caterina, Berardina, Angela e filhos Francesco e Filippo (1923).



Fonte: Site.casaconfianca.org.

Figura 17- Fotografia de Carlos Marotta (ano desconhecido).



Fonte: Site. Casa Confianca.org.

Com o declínio da economia açucareira, a cidade de Jequié, com seu dinamismo econômico, era vista como um local promissor para se recomeçar a vida. Para lá acorreram muitos dos remanescentes da produção do açúcar, além de emigrantes italianos que chegavam cada vez mais, conferindo-lhe características cosmopolitas. Jequié, passará então, a ser conhecida como a “Meca do Sudoeste devido ao seu comércio emergente” (Araújo, 2017, p.108).

É nesse contexto que as terras da fazenda Jequié, onde estava localizado o povoado, passaram a ser loteadas e vendidas, dando origem a vários logradouros públicos. Ademais, o avanço da estrada de ferro de Nazaré trouxe mais desenvolvimento para o comércio e a comunidade, trazendo benefícios para todo o vilarejo e, sobretudo, para a firma de Rotodano e Niella (Araújo, 2017).

Todavia, as demandas da região eram muitas, sendo necessário a divisão do trabalho para a captação de cliente e um atendimento mais eficaz. Niella mascateava nas margens do Rio de Contas, Serra talhada, Pau-ferro, Porto Alegre e Poções, enquanto Rotondano ficava com regiões já conhecidas por ele, Marotta, por sua vez, permanecia na Casa, atendendo aos locais, conforme descreve Araújo (2017, p. 111): “No início, as vendagens raramente eram feitas em dinheiro. Permutavam-se couros e peles, carne-de-sol, artefatos de algodão, facões, enxadas, material de caça de pesca, alguns medicamentos, miudezas e outras utilidades”.

O transporte era feito em tropas até Aratuípe e, se, porventura, houvesse prejuízo na viagem saíria por conta dos tropeiros. Com uma visão apurada para os negócios, Rotondano decidiu organizar sua própria tropa, que chegou a contar com cento e vinte animais. Se cada

animal tivesse a capacidade de carregar, pelo menos, cinquenta quilos, a tropa de Rotondano conseguia transportar cerca de seis mil quilos. Segundo Araújo (2017, p. 116), “cada volume carregado de cinquenta quilos, valia entre três e quatro mil réis³³”. Não à toa, seu capital foi crescendo absurdamente, levando a uma expansão exponencial dos negócios: adquiriu terras, explorou o que a mata poderia lhe dar de benefício tanto para a agricultura, com o plantio de fumo, cacau e café, como para a agropecuária. A diversificação da produção foi fundamental para Rotondano: “Naquela época a arroba do café ficava por quatro mil réis³⁴, a de cacau por três mil e oitocentos réis³⁵ e a de fumo por mil e quinhentos réis³⁶. Uma garrafa de aguardente fabricada em Santo Amaro não custava menos de setenta réis³⁷.” (Araújo, 2017, p. 116)

Com a agropecuária, inicialmente, não se obtinha muito lucro:

Segundo [...] Carlos Marota, um bezerro de um ano custava três mil réis³⁸, podendo atingir, quando de boa raça e com peso de doze arrobas, a importância de vinte e oito mil réis. ³⁹O preço das éguas e jumentos variava de oito a doze mil réis⁴⁰, enquanto o das cabras e carneiros variava de quinhentos réis a um mil réis por unidade⁴¹. A diárias de um vaqueiro ficava em uma pataca, correspondente a 20 réis⁴². (Araújo, 2017, p. 117).

Ainda assim, Rotondano insistiu na criação de bovinos, seguindo os passos de Martiniano de Sousa Meira, maior criador de bovinos da região, cuja sede da fazenda ficava em Serra Talhada, município de Poções. Martiniano construiu o primeiro sobrado de Jequié, e o segundo da circunvizinhança. Não podemos esquecer que, antes dele, o inconfidente José de Sá Bittencourt havia construído um sobrado na sede da fazenda Borda da Mata, que foi destruído na enchente, um dos núcleos de formação da atual cidade de Jequié (Araújo, 2017).

Todo esse crescimento econômico permitiu que Rotondano comprasse terrenos e os revendesse para seus conterrâneos de Trecchina, “conforme o dinheiro que cada um possuía”. Homens como, Inocêncio Orrico, Ângelo Andrea, os Lomantos, Bartilotti e Scaldaferrri não mediram esforços para deixar Ubaíra e Amargosa para fixar residência em Jequié (Araújo (2017, p. 117).

³³ Atualmente a quantia de três mil réis seria de R\$ 763,18 à R\$ 1.017,10 usando à razão de 4\$000 Réis a oitava de ouro 22 quilates.

³⁴ R\$ 1.017,10

³⁵ R\$ 966,25

³⁶ R\$ 457,70

³⁷ R\$ 17,80

³⁸ R\$ 763,18

³⁹ R\$ 17.695,18

⁴⁰ R\$ 2.034,2 à R\$ 3,051,30

⁴¹ R\$ 127,13 à R\$ 254,27

⁴² R\$ 5,08

Com isso, o povoado passou a atrair gente de diferentes ofícios e profissões:

Miguel Conte, além de fabricar tachos de cobres, consertava armas e utensílios caseiros. Manuel Jose de Marques veio de Ubaíra para abrir uma padaria, estabelecendo-se na Rua da Esperança (Mota Coelho) [...] ferreiro, fixando-se à Rua Félix Gaspar, então conhecida como Rua da Areia. De Ubaíra veio também o alfaiate Honorato, que disputava a freguesia com Josino, este último vindo de Vitória da Conquista. Manuel da Silva Ramos, egresso não se sabe de onde, acumulava a profissão de fotógrafo com a de clarinetista. Outras atividades de menor porte preenchidas por elementos que abandonaram suas plagas em troca de Jequié, caindo seus nomes no esquecimento (Araújo, 2017, p.115).

De acordo com Araújo (2017, p. 118-119), Durval de Aguiar Vieira, no livro “Descrição Prática da Província da Bahia”, publicado em 1888, traz algumas informações relevantes para se compreender a história Jequié. Refere-se a Maracás e à sua redução demográfica: “antes possuía 12 mil pessoas agora estava reduzida a 9.135 habitantes distribuídos em uma área de setenta léguas abrangendo Jequié, Caldeirão, Porto Alegre, Morro, Alto da ladeira e Queimadinha”. Sobre Jequié, Araújo reproduz as afirmações de Durval:

O arraial tinha cerca de cem casas, uma feira semanal e nenhuma escola. Achou o terreno fértil e a estrada para Vitória da Conquista quase intransitável. Acrescentou que o povoado estava ligado a Maracás por doze léguas, a Vitória da Conquista por trinta e quatro e a Areia por dez. Mais adiante acrescenta que a estrada real, por onde passava tropas e boiadas, tem uma extensão de vinte e quatro léguas, fazendo grandes voltas, quando poderia ter apenas doze. Por último, observa que Jequié possuía plantações de cana, frutas e cereais, exportando para Nazaré uma safra de cento e cinquenta mil arrobas de café e trinta mil de fumo, além de cacau (Araújo, 2017, p.118-119).

Jequié foi crescendo e Maracás desaparecendo no cenário econômico e populacional da região. As pessoas, cada vez mais, migravam para o povoado da fazenda Borda da Mata e as localidades que compunham o seu entorno, dentre elas a Barra de Jequié, em busca de novas oportunidades, principalmente após a formação da Casa Confiança e a presença, cada vez mais ativa na economia, por parte dos Italianos: “por volta de 1892, dez anos após a chegada de Rotondano, já existiam em Jequié nada menos de cento e cinquenta italianos” (Araújo, 2017, p. 119).

Os lugares mais povoados, hoje ruas consolidadas em Jequié, eram: Porto Alegre, Vitória (Lindolfo Rocha), do Boi, da Esperança (Mota Coelho, popularmente chamada de Quebra-bunda, pelos escorregões nos dias de chuva), da Areia (Félix Gaspar), do Cochicho (Damião Vieira), da Palha (Costa Brito), das Pedrinhas (15 de novembro), do Frogodó (7 de setembro) e pelas praças do Comércio (Luiz Viana) e São João (João Borges) A feira só se tornou sólida quando a firma Rotondano e Niella assumiu a responsabilidade de adquirir e

escoar todo o excedente que nela não fosse vendido. Com isso, os feirantes que se deslocavam de regiões distantes não corriam o risco de voltar para casa com sobras de produtos perecíveis não comercializados (Araújo, 2017, p. 119).

2.2 Um advogado, patrono de Jequié

A elevação do povoado de Jequié à condição de vila tem relação direta com as ações de Lindolfo Rocha que, ao contrário do que muitos pensam, não nasceu na cidade e sim em Grão Mongol, em Minas Gerais. Era filho do minerador Manoel Jacinto Rocha, e da dona de casa Irene Gomes Costa, que insistiu em permanecer em sua região quando a migração para a Chapada Diamantina, na Bahia, causada pelo esgotamento da atividade mineradora, foi generalizada. Sem grandes recursos econômicos, Manuel não pode dar a Lindolfo uma educação de qualidade. Entretanto, isso não o impediu de trilhar seu próprio caminho e buscar melhores oportunidades (Araújo, 2017, p. 129).

Lindolfo aprendeu a tocar dois instrumentos por conta própria, o piston e a tocata. Na adolescência, e já musicista, decide sair de vila em vila tocando, em troca de algumas moedas. Deixou definitivamente Minas Gerais e se fixa em Bom Jesus dos Meiras, atual Brumado, formando um pequeno conjunto musical ao lado de dois companheiros. Ao contrário de muitos jovens de sua época, como não precisou mais viajar tanto, dedicou-se a passar as manhãs e as tardes estudando, “devorando todos os livros que lhe caíam nas mãos” (Araújo, 2017, p. 129).

Aplicado aos estudos e com uma rotina intensa só lhe sobrava a noite para tocar, sendo “contratado para reger a banda do município de Maracás, onde achou por bem abrir uma escola primária”. Não tendo grandes oportunidades de estudo, entendia a importância da educação e passou a oferecê-la para outros. A ânsia pelo conhecimento crescia cada vez mais e mais, “no final de cada ano partia para Salvador, hospedando-se de graça no convento de São Francisco, prestando exames no Liceu Provincial, aprovado sempre com as melhores notas”. (Araújo, 2017, p. 130).

Tomando gosto pela educação e desejoso de ampliar os negócios, vai até “Areia (Ubaíra), [e funda] o Colégio São Vicente Ferrer” (Araújo, 2017, p. 130). Ao mesmo tempo, segue em busca de aperfeiçoamento na cidade de Recife, onde prestou exames de admissão e começou a cursar Direito. Em relação a esse momento da vida de Lindolfo, escreve Araújo (2017, p. 130):

Aproveitando as férias de início de ano, em 1890, seguiu para Recife, prestando exames de admissão ao primeiro ano na Faculdade de Direito, logrando aprovação. A sua ânsia de saber era tal que, no ano subseqüente, prestou exames das matérias do 2º e 3º anos, sendo aprovado em todas elas. No ano seguinte repetiu a dose e foi igualmente aprovado nas disciplinas do 4º e 5º anos de Direito, colando grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 09 de junho de 1892.

Depois de concluir o curso em dois anos, passou a se envolver com a mídia da época (os jornais) em Salvador; vendeu seu estabelecimento de ensino em Areia e passou a se dedicar a diversas áreas, e a integrar instituições importante como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e A Sociedade Astronômica de Paris.

De acordo com Araújo (2017, p. 131), a produção literária de Lindolfo Rocha foi significativa para os padrões da época. Publicou:

“Bromélias”, reunindo versos da mocidade, e dois volumes de “O pequeno Lavrador”, destinados às crianças. Antes de morrer, publicou, ainda, dentre outros, “Iacina”, uma narrativa dos costumes e rudimentos de instituições sociais entre os indígenas do sertão da Bahia, e “Maria Dusá”, romance dos costumes sertanejos da Chapada Diamantina, mais tarde convertido em novela de grande audiência na Tv Globo, com o nome de “Maria, Maria”, [uma telenovela de Manuel Carlos, exibida no horário das 18h, entre os dias 30 de janeiro a 24 de junho de 1978, possuindo 119 capítulos, com a direção de Herval Rossano]. [...] Sobre suas atividades profissionais publicou “Dote e regime total” (1899), e “A nova lei da sucessão” (1911), deixando inéditos “Lições de Direito Civil” e “Direito e Ações”. Pena que outros romances, contos e estudos ainda inéditos desapareceram após a sua morte (Araújo, 2017, p. 131-132).

Com todo esse “Currículo Lattes”, e muita influência na política e imprensa foi nomeado “Juiz Preparador do Termo de Correntina, a 3 de agosto de 1892, juntamente com o Luiz Viana, futuro governador da Bahia, este último para as funções de desembargador do Tribunal da justiça” (Araújo, 2017, p. 131).

Figura 18 - Fotografia de Lindolfo Rocha (ano desconhecido)



Fonte: Wikipedia.org

Com poucos processos tramitando, fixa-se em Jequié, com sua mãe agora viúva, na Rua Vitória, depois em homenagem a ele passa a nomeada como Rua Lindolfo Rocha (ponto de referência), ali abre seu escritório de Advocacia no “primeiro semestre de 1894, aos 32 anos” (Araújo, 2017, p. 129). A partir de então, consolida-se suas inquietações acerca dos conflitos que marcavam Jequié e seu processo de emancipação, marcadamente recortado por um fenômeno social típico do nordeste brasileiro: o banditismo.

Jequié foi palco de tal conflito, choque esse que não se inicia na localidade, mas em Brejo Grande (Ituaçu) devido à ação de duas famílias os Gondins e os Silvas que alternavam o poder e usavam da força de uma contra a outra para se manterem nessa governança. “Aos Silvas chamavam pejorativamente de “rabudos” (ratos), dado ao fato de viverem na baixada de Brejo Grande, enquanto Gondins, que nos momentos de perigo buscavam refúgio nos morros das Lavras Diamantinas, tinham o apelido de “mocós” (Araújo, 2017, p. 137).

Essa guerra ficou então conhecida como Rabudos X Mocós. O embate se torna tão intenso que vai angariando partidários, principalmente coronéis, políticos, fazendeiros e jagunços, por várias regiões, buscando pessoas que estivessem dispostas a lutar sua causa, se possível até a morte.

Muitas pessoas, todavia, não aderem ao movimento por vontade própria, mas por causa da pressão causada pelo embate, passando a ser prejudicadas pela hostilidade, não havendo outra opção, a não ser, tomar um partido, pois a neutralidade muitas vezes, levava à vulnerabilidade, em uma época que a segurança era ainda mais precária.

Tudo isso fica muito claro nas observações de Araújo (2017, p. 138-139):

Pedro Gonçalves do Nascimento Ribeiro, seguindo a mesma tática do Barão do Sincorá em Brejo Grande, procedia de forma idêntica em Maracás, mantendo uma cadeira cativa de deputado estadual. Para tanto ora contava com o apoio dos “rabudos”, ora com ajuda dos “mocós”, ora com a colaboração de ambos. Mantinha, praticamente, o monopólio dos votos de Maracás para a Assembleia Legislativa. Na Câmara Estadual, apoiava todas as proposições do governo, exigindo em troca que a polícia não interviesse nos conflitos entre “rabudos” e “mocós”. “O acerto das contas fica a cargo deles mesmo” – costumava repetir. Com isso conseguia viver em harmonia com os dois /grupos rivais, deixando-os impunes nas suas arbitrariedades.

Por causa desse posicionamento, Pedro Gonçalves do Nascimento Ribeiro passou a ser conhecido como Pedro Cortiça. Em um determinado momento, seu apoio total aos “mocós” levou Zezinho dos Laços, líder dos “rabudos” a estender a atuação agora de Brejo até Jequié. Tomou as fazendas “bonitas” e “Salgado”. Apoiado pelo familiar Marcionílio Sousa, que

morava em Maracás, comete uma série de assaltos e arbitrariedades. Como um verdadeiro memorialista Araújo (2017, p. 139) descreve:

Conta-se, que influenciado por Timóteo Alves Pereira, em 1895 cercou a fazenda “Larga Nova”, de propriedade de Joaquim Romão, figura bastante estimada, exigindo do mesmo para retirar-se, duas letras que foram assinadas pelo fazendeiro, face a insistência da esposa deste, Maria Augusta Oliveira Borges, receosa de que algo pior pudesse acontecer. Felizmente, graças à interferência de Tiburtino Ribeiro Novais, amigo e compadre de Joaquim Romão, junto a Marcionílio de Sousa, que era casado com a irmã de Zezinho, as letras, por serem fictícias, foram devolvidas.

Com a Questão do Protocolo⁴³, os ataques eram ainda mais constantes e tinham agora um grupo específico, os italianos. A situação ficou tão séria que o único médico, no período, de Jequié, “José Alves Pereira, que mais tarde lideraria a política local, preparou-se para abandonar o povoado, só não o fazendo porque foi impossibilitado pela população exigindo sua permanência” (Araújo, 2017, p. 140).

Apesar de todos os ânimos aflorados no Brasil, Jequié, contudo, possuía relações bastante amistosas com os italianos. Começou, então a reação popular “com Lindolfo Rocha aglutinando em torno de si os homens de bem da localidade” (Araújo, 2017, p. 140).

Os “rabudos”, na pessoa de Zezinho do Laço, trouxe desespero e pavor devido à onda de violência na região - juntamente com Estevão mãozinha, Augusto, Olímpio, Lucas, Trasíbulo, Tadeu e outros jagunços -, ocasionando uma diminuição do fluxo de pessoas que temendo por suas vidas evitavam circular pelas ruas causando, assim, um estrangulamento no comércio. Por conta disso, “a população jequieenses, desejosa de dar um basta na situação gerada, apoiou integralmente a colônia italiana, responsável pelo desenvolvimento econômico do distrito, fazendo com que Jequié suplantasse Maracás e outros povoados e municípios vizinhos” (Araújo, 2017, p. 140).

Os homens que estiveram com Lindolfo na luta contra o banditismo em Jequié eram “integrantes da Guarda Nacional⁴⁴ e maçons, iniciados na capital e no Recôncavo Baiano”

⁴³Atrito que ocorreu entre Brasil e Itália ocasionando por diversos fatores, mas que se iniciou por questões diplomática, por causa de marinheiros italianos e a política paulistana tendo como objeto o porto de Santos o que levou a protestos, onde a Embaixada italiana passou a espalhar notícias que não condiziam com os fatos ocorridos. As coisas se intensificam com revolta da armada, em 1893 e a revolução federalista no Rio Grande, culminando na exigência da Monarquia Italiana em uma indenização aos italianos residentes no Brasil. O Brasil que não aceitou, criou um protocolo para reclamar das ações da Monarquia Italiana tendo o Estados Unidos como juiz no conflito. A situação chegou ao ápice quando um brasileiro foi morto por um italiano, isso gerou um massacre em São Paulo, abalando as relações entre Itália e Brasil por um longo período.

⁴⁴O padre Diogo Antônio Feijó, quando Ministro da Justiça da Regência Trina (1831-1835), organizou a Guarda Nacional composta pela elite provinciais e grandes latifundiários de terra podendo receber patentes de coronéis, tenentes-coronéis, majores, capitães e tenentes da milícia. A renda para participar deveria ser nas menores cidades o valor de cem mil réis (R\$ 63.568,77) e nas grandes cidades o valor duzentos mil réis (R\$ 127.137,54).

(Araújo, 2017, p. 143). O objetivo de Lindolfo Rocha era preservar o arraial e, na medida do possível, restabelecer a paz na região. Para tanto, passou a reunir-se frequentemente com determinados indivíduos, influentes no povoado, como Nestor Ribeiro, João Emílio Rodrigues da Costa, Urbano de Sousa Brito Gondim, José dos Santos Silveira, José Curcino e Antonio de Sousa Brito Gondim, dentre outros (Araújo, 2017, p. 146).

Com a ajuda financeira de doações anônimas, porque muitos não queria se envolver diretamente no conflito, principalmente os italianos por medo de represálias ainda maiores, juntamente com as economias entregues do recém-criado “Clube União”, pioneira da “Loja Maçônica União Beneficente”, em Jequié, Lindolfo vai a Salvador usar de sua influência na política e nos jornais para conseguir apoiadores na causa contra Zezinho e seus partidários.

Lindolfo busca conquistar o apoio da população através de campanhas feitas no “Jornal de Notícias”. A ideia deu tão certo que uma audiência foi marcada com Félix Gaspar, Chefe da polícia do Estado, e com o governador Luiz Viana. Ao fim da reunião, foi decidido conceder a Jequié “um volante policial com setenta praças convenientemente disfarçados sob o comando dos capitães Ivo Pinheiro de Matos e Aprígio Chaves”. No dia 29 de outubro de 1896, uma emboscada foi armada na rua Vitória, ficando assim chamada em homenagem ao ato de bravura realizada nela para conter a jagunçada dos “rabudos”, tempos depois a rua passou a ser chamada de Lindolfo Rocha em homenagem ao benfeitor do ato (Araújo, 2017, p. 147).

A emboscada consistia em uma suposta reunião para reestruturar o diretório do partido governista. Zezinho, o convidado “especial”, deveria assinar a lista de presença por último, depois que todos assinassem o livro de presença conforme iam sendo chamados. Ao chegar a vez de Zezinho ele é preso. Contudo, seus aliados não se conformaram e iniciaram uma troca de tiros no local, conforme descreve Araújo (2017, p. 148):

Tenentes de Zezinho foram igualmente presos. Outros debandaram ou buscaram refúgio no norte de Minas, como Antônio Bodeiro. Escortado até a capital do Estado, Zezinho foi recolhido ao Forte de São Marcelo, enquanto seus advogados providenciavam o habeas-corpus, medida combatida por Lindolfo Rocha na imprensa, argumentando que “bandido não é concidadão, porque representa a desorganização de tudo, encarnando o crime de ação”. Julgado em Areia, comarca que integrava o município de Maracás, Zezinho foi absorvido, tal o medo de que inspiravam seus jagunços. Novamente em liberdade, Zezinho dos laços reorganizou seu bando em Porto Alegre, voltando a fazer novas incursões após a conclusão do mandato governamental do conselheiro Luiz Viana, até ser assassinado pelos Cauçus na Fazenda Rochedo.

Enquanto isso, em Maracás, os ataques entre “rabudos” e “mocós” ainda continuavam intensos. Com receio de Jequié voltar a sofrer as consequências, Lindolfo escreve “uma nova carta endereçada ao “Clube União”: [...] expendeu com tanta veemência seu ponto de vista que

seus integrantes não titubearam em apoiá-lo integralmente, providenciando novos recursos para que na capital prosseguisse advogando os interesses de Jequié” (Araújo, 2017, p. 148-149).

Usando da mesma estratégia para combater os “rabudos” consegue, por meio de sua amizade com Lélis Piedade, a seguinte decisão: Jequié seria emancipada. Esclarece Araújo:

A tramitação foi rápida no legislativo, possibilitando ao governador Luiz Viana, já 10 de julho de 1897, sancionar a Lei número 180, que ficou com a seguinte redação: “O Conselheiro Luiz Viana, Governador do Estado da Bahia etc.: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1º - Fica elevada à categoria de vila e povoação de Jequié. Art 2º - O novo termo e município de Jequié terá os seguintes limites: da foz do Ribeiro da Pedra Branca, conhecido hoje como Córrego de Pedra, à margem esquerda do Rio das Contas, ao cume da Serra Geral, continuando por esta e pela Serra da Casca até a Serra do Pelado desta, rumo direito ao lugar denominado Girau de Pedra; daqui às vertentes do Riacho de Santa Rita e por este até sua foz, atravessando o Rio das Contas, m rumo à Cachoeira de Manuel Roque, desta às vertentes do Riachão da Preguiça e por este até sua foz, margem direita do Rio das Contas. Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da referida lei pertencer, que cumpram e a faça cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Dr. Sátiro de Oliveira Dias, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Estado da Bahia, a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Governo do Estado da Bahia, 10 de julho de 1897, 9º da República. (Araújo, 2017, p. 149/150).

Uma “caneta de ouro, presente do “Clube União”, (Araújo, 2017, p. 151), foi entregue para que fosse usada no ato da assinatura da lei. Mas não foi só isso que a caneta assinou, como também a nomeação de Lindolfo Rocha como juiz preparador do novo termo, “publicada a 27 de julho de 1897. No dia 2 de agosto foi empossado nas suas funções e, a 19 daquele mesmo mês, já em Jequié, às 10 horas, depois de ser alvo da grande manifestação popular, instalou o Termo da Comarca de Areias” (Araújo, 2017, p. 152).

A festa em Salvador se deu com um “bonde alugado pelo “Clube União”: “[...] jornalistas, autoridades e pessoas gradas se dirigiram ao Hotel Paris, onde foi servido champagne, acompanhado de brindes e salgadinhos” (Araújo, 2017, p. 152).

A primeira eleição ficou sob a responsabilidade de Lindolfo Rocha. Ocorreu no dia 03 de outubro de 1897, com uma chapa única, ficando os resultados da seguinte maneira:

Eleito intendente [prefeito] Urbano de Sousa Brito Gondim. Para conselheiro municipal foram igualmente eleitos Nestor Ribeiro, João Emílio Rodrigues da Costa, Antônio Magalhães Caetité, Antônio Ribeiro Filho, Agapito Fernandes de Sousa, Galdino Pereira da Rocha e Manuel Santos Ribeiro, ficando como suplentes Juvêncio da Silva Cristal, Manuel Marciano Bonfim, Joaquim Romão Ferreira Borges, José Cursino de Miranda, Elias Francisco Gondim, Abílio Caetano de Sousa, José Batista de Araújo (Araújo, 2017, p. 152/153).

Apesar da criação do distrito administrativo de Jequié e a sua instauração de fato ter demorado dez anos, uma nova era se apresentava aos jequeenses. Até aquele momento o

povoado já era um local privilegiado, cheio de narrativas que iam e viam em tropas que buscavam repouso na casa de Confiança. Agora, independente, buscava um folego a mais para continuar a reescrever sua história (Araújo, 2017).

2.3 Os vetores da expansão econômica

A economia desempenha um papel crucial na formação e desenvolvimento de uma cidade. Braudel (1902-1985) por exemplo, historiador francês ficou conhecido por sua abordagem de longa duração à história e suas relações com a economia, enfatizando as estruturas econômicas como determinantes fundamentais na evolução das civilizações. Seu trabalho "A Civilização Material, Economia e Capitalismo" destaca a influência das atividades econômicas na configuração do mundo. Com isso, fazendo um paralelismo com as ideias centrais deste capítulo, podemos vislumbrar que não ocorreu diferente para com a cidade de Jequié – BA, corroborando com as ideias Braudel

Bem verdade que quando analisamos a história presente de Jequié e seu passado “as raízes do município se perdem no alvorecer da humanidade” (Araújo, 2017, p. 155). Dessa forma, moradores atuais da cidade de Jequié – BA, “como resultante de agrupamento de famílias entrelaçadas pelos mesmos hábitos, sentimentos e costumes” (Araújo, 2017, p. 155), desconhecem a importância que a colônia italiana, principalmente a originária de Trecchina, desenvolveram um papel memorável na economia jequieense, colaborando assim, para um desenvolvimento urbano organizado do município.

Sem contar que as colaborações efetuadas pela comunidade italiana em destaque, introduzidas na metade do século XIX, e mesmo com o passar dos anos, as ações desenvolvidas, principalmente na pessoa de Vicente Grillo, continuam a beneficiar a população deste município, com construções arquitetônicas extremamente funcionais para a urbanização como o Hospital Geral Prado Valadares, o Aeroporto etc..; geração de empregos, ou seja, indicativo de uma economia robusta que criou oportunidades, atraindo trabalhadores de diversas áreas, contribuindo para o crescimento populacional da cidade, fornecendo uma base ativa para ela. Isso pode ser claramente observado na citação de Araújo:

Quando caíram os últimos bastiões da resistência indígena no Sertão da Ressaca, integrando definitivamente à civilização, novas rotas e caminhos se abriram como por encanto, convertendo a sede da Fazenda Jequié no principal entreposto de toda a região. Diariamente, tropas e mais tropas, numa quantidade jamais vista naquelas paragens, se arranchavam nas terras de Joaquim Fernandes [...] Homens oriundos de lugares distantes e diferentes se amontoavam na confluência dos rios Jequiezinho e

das Contas, trocando impressões, permutando usos e costumes, numa aculturação que mais tarde se evidenciaria de forma democrática e tolerante no seio da população jequeense (Araújo, 2017, p. 165).

Fato é que as boiadas e os italianos em Jequié moldaram o cenário da cultura e economia da região, informa Araújo:

O período de repouso dos tropeiros e boiadeiros em Jequié era entrecortado com o som da viola, com a competição dos repentistas, com as aventuras imaginárias de Pedro Malazarte, com as histórias fasceninas injustamente atribuídas a Bocage, com as fábulas de animais, frutos da nossa herança indígena, com o jogo de cartas ou de dados, e com a as rodadas de aguardente, jé que no início, não existiam meretrizes para tanta gente. Só com o passar dos anos e o crescimento do arraís, os cabarés e as casas de tolerância foram se localizando nas ruas da Areia (Félix Gaspar), do Cochicho (Damião Vieira) e do Maracujá (Manuel Vitorino), atualmente, com a expansão urbana, transformadas em ruas comerciais e familiares. Naquela época, para se ter uma ideia, a população flutuante de Jequié era maior, bem maior do que a população fixa (Araújo, 2017, p. 166).

Quando se tornou município, a economia de Jequié já era bastante expressiva para toda a Bahia. A cidade tornou-se um entreposto comercial muito importante e passou a ser reconhecida como a nova “Meca” do interior. Sem tecer maiores análises acerca dessa nova conformação demográfica e socioeconômica da cidade, declara Araújo:

O processo de aculturação não parou ali. Com o florescimento do povoado, levas de família de melhor nível social e intelectual convergiram para a nova Meca do interior. Umias vieram atraídas pelo potencial econômico da localidade, outras abandonando os lugares assoladores pela seca 45 e sem perspectivas futuras, muitas para fugirem à onda de violência provocada pela rivalidade e as lutas entre clãs, como as que envolveram “rabudos” e “mocós”. Isso sem levar em conta a vinda de homens de hábitos refinados, como João Emílio Rodrigues da Costa, que depois de perder suas propriedades com o endividamento resultante da Abolição da Escravatura, abandonou o Recôncavo para recomeçar a vida em Jequié (Araújo, 2017, p. 167).

Além das [1] boiadas e dos [2] italianos, outros fatores contribuíram para a expansão do comércio de Jequié, dentre eles podemos citar: [3] a guerra de Secessão ⁴⁶contribuiu para a expansão do comércio de Jequié, pois “a destruição das fazendas de algodão no sul dos Estados Unidos [...] valorizou o preço do produto em outros países. Em todo o Médio Rio de Contas surgiram algodoeiros, beneficiando por algum tempo o comércio do curral novo [...]” (Araújo, 2017, p. 186).

⁴⁵ Houve duas grandes secas que destruíram o Nordeste nos períodos de 1859/60 e 1879/80 fazendo com que famílias buscassem provisão próximas ao rio de Contas segundo informa Araújo (2018) e

⁴⁶ Guerra que ocorreu entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos entre os anos 1861 a 1865, também conhecida como Guerra Civil Americana, desencadeada por diversos fatores.

Jequié não apenas floresceu economicamente com o comércio do algodão durante a Guerra de Secessão, mas também é rica em cultura e patrimônio, legados pelos seus fundadores e preservados ao longo dos anos. O Obelisco de Jequié, situado na Praça Ademar Nunes Vieira, é um marco que simboliza a história da cidade. Este monumento tem sido alvo de debates sobre sua conservação, refletindo a importância da preservação cultural em meio ao desenvolvimento urbano (Museu, 2019).

O Museu Histórico João Carlos Borges é outro ponto crucial para entender a identidade de Jequié. Com um acervo que inclui documentos, fotos e objetos de famílias pioneiras, o museu oferece uma janela para o passado da cidade, permitindo que as gerações atuais e futuras compreendam as raízes de sua comunidade (Museu, 2019).

O São João é uma das festas mais emblemáticas e aguardadas no calendário cultural brasileiro, especialmente no Nordeste. Em Jequié, essa celebração ganha um contorno ainda mais especial por coincidir com as homenagens ao padroeiro da cidade, Santo Antônio. A festa junina não é apenas uma ocasião de alegria e dança ao som do forró, mas também um momento de reflexão sobre a identidade e a história local.

O Museu Histórico João Carlos Borges desempenha um papel fundamental nesse contexto. Ao preservar documentos, fotografias e objetos das famílias pioneiras de Jequié, o museu não só protege a memória da cidade como também celebra suas tradições. Durante o São João, essa herança cultural é vivenciada intensamente, com a comunidade se reunindo para honrar tanto o santo padroeiro quanto as raízes que moldaram a cidade.

A festa de São João, portanto, vai além do aspecto religioso, sendo uma expressão viva da cultura e do orgulho local. É uma época em que a cidade se enfeita de bandeirinhas, as quadrilhas juninas tomam as praças, e o cheiro de milho cozido e amendoim torrado enche o ar. O museu, com seu rico acervo, reforça essa conexão com o passado, permitindo que cada festa de São João seja também uma celebração da história e da identidade de Jequié.

A inexistência de rodovias, levou a aceleração, diversificação e expansão do comércio ao que Araújo chama de “condição privilegiada de Jequié como porto-de-terra e boca-do-sertão, funcionando como centro receptor e distribuidor de mercadorias” (Araújo, 2017, p. 190). Jequié passava agora a ser uma cidade cosmopolita do sertão:

Muitos dos produtos industrializados oriundos do exterior e do sul do país que desembarcavam na capital do Estado chegavam a Jequié e iam abastecer o sudoeste baiano e o norte de Minas Gerais. Em contrapartida, a produção agrícola e demais gêneros da região em telam depois de armazenados em Jequié, tomavam o destino de Salvador. Até mesmo o cacau colhido há algumas distâncias de Jequié, ao invés de

buscar o porto de Ilhéus dava preferência ao transporte ferroviário, através da Estrada de Ferro de Nazaré (Araújo, 2017, p. 190).

A chegada dos trilhos a cidade de Jequié inaugura uma nova era, tornando-o vital para o desenvolvimento econômico e a estruturação do município, facilitando o fluxo de mercadorias, serviços e pessoas, influenciando a competitividade, a produtividade e a qualidade de vida.

A tentativa de tombamento da Ponte Newton em Jequié é um esforço significativo para preservar a história ferroviária da cidade. A ponte, que já foi uma estrutura vital na rede de trilhos, representa um marco histórico que simboliza a transformação econômica e social trazida pela chegada do trem. A ferrovia foi um fator chave para o desenvolvimento de Jequié, melhorando o transporte de mercadorias e pessoas, e contribuindo para a competitividade e qualidade de vida na região.

O tombamento da Ponte Newton como patrimônio histórico não só protegeria uma importante peça da infraestrutura antiga, mas também serviria como um lembrete físico da importância dos trilhos para a cidade. Este ato de preservação ajudaria a manter viva a memória da era em que os trilhos eram a artéria principal para o progresso e crescimento, reforçando a identidade cultural e histórica de Jequié para as gerações futuras.

É inegável que os modais de transportes desempenham um papel fundamental no funcionamento da economia e na configuração das cidades. Diversos autores desenvolveram a compreensão da importância dos sistemas de transporte. Jane Jacobs (1916-2006) urbanista e escritora norte-americana destacou a importância da acessibilidade e da conectividade na formação de cidades vibrantes. Em sua obra "Morte e Vida de Grandes Cidades", Jacobs ressaltou que sistemas de transporte eficientes são cruciais para promover a interação social, o comércio e o desenvolvimento urbano.

Entretanto, Jequié ainda não possuía toda essa rede, e ao longo de sua história política e cultural nunca obteve os cinco meios de transporte modais operando ao mesmo tempo (aéreo, dutoviário, rodoviário, aquaviário e ferroviário). Quando havia três funcionando lhe faltavam outros.

Atualmente por exemplo: o aéreo inaugurado no dia 19 de novembro de 1954, por doações de terra de Vicente Grillo funciona esporadicamente, o aeroporto que tinha voos comerciais para as cidades de Salvador e Bom Jesus da Lapa, hoje não possui infraestrutura necessária para voos comerciais, apenas particulares, mesmo que isso já tenha ocorrido no passado, jogo político entre estado e município dificulta atualmente a abertura e funcionamento dele.

Dutoviário, Jequié hoje segundo a Transpetro recebe produtos claros que de acordo com a Petrobras é o petróleo e a gasolina; GLP (conforme descreve a Petrobras é o tradicional gás de cozinha, podendo ser propano, butano ou uma mistura dos dois gases). Essa expansão ainda não foi concluída, segundo o governo após conclusão das obras a Bahia possuirá o segundo maior gasoduto do País.

A malha rodoviária de Jequié ganhou uma grande proporção quando a BR 116 cortou a cidade e isso gerou um desconforto para a população muito grande e acabou com o comércio do Curral Novo, que pensou que se beneficiaria com ela, descreve Araújo:

Na segunda metade do século passado, o Ministério da Viação e obras públicas, no propósito de encurtar distância e evitar congestionamento rodoviário na cidade de Jequié, pretendeu desviar o trajeto da BR-116, passando por Curral Novo. Foi bastante para que toda população jequeense, através dos poderes constituídos, entidades diversas e órgãos de classes se mobilizasse contra a medida, por considerá-la prejudicial ao comércio. Partiu-se então para uma solução intermediária, desviando-se a BR-116 para o local hoje conhecido como Cidade Nova. A decisão política prevaleceu sobre o traçado técnico elaborado pelos engenheiros do Ministério da Viação, evitando que os veículos motorizados se direcionassem na antiga trilha percorrida pelas boiadas. O que foi bom para a cidade, foi ruim para o Curral Novo, que almejava fazer nascer um pequeno comércio à beira da estrada, com lanchonetes, oficinas, casas de peças, pensões e atividade outras (Araújo, 2017, p. 186/187).

Quanto ao sistema aquaviário, abordado anteriormente, ficou claro que o rio das Contas não possui, atualmente, estrutura para navegação devido aos bancos de areia, assoreamento de rio, desmatamento e a própria barragem de pedra ⁴⁷ que modificou o ecossistema, alterou o curso do rio afetando a dinâmica fluvial, erosão, e a sedimentação. E quando já houve navegação em seu curso, não dava para percorrer todo o seu trajeto. Hoje em dia, algumas canoas e barcos privados ficam apenas acima da construção da barragem de pedras, servindo apenas como passeio e para pesca local.

Mas será a Ferrovia que vai modificar a dinâmica do comércio e expansão, informa Landim:

O fluxo de produtos e o acesso de pessoas àquela região por meio de estradas eram indispensáveis para o acesso e fluxo da produção regional. Neste sentido a estrada de Ferro de Nazaré, - E.F.N. viabilizou o processo de desenvolvimento regional principalmente para Jequié, onde escoava a produção de cidades circunvizinhas. Os trilhos E.F.N. alcançaram Jequié, sobre o rio de Contas, e um extensão de 268 km.

⁴⁷ Araújo (1997) Concluída em dezembro de 1969 e projetada pela firma Engenharia Gallioli Ltda, após um longo estudo de aproveitamento hidroelétrico do Vale do Rio das Contas e várias interrupções devido a falta de recursos. Construída em rocha sã, encontrada a cerca de dez metros sob o atual leito arenoso do rio, possuindo as seguintes características: 440 m no cercamento; 65 m de altura máxima; 300.000.000 metros cúbicos de concreto. Represa água até uma distância de 72 km, acumulando nada menos de 1 bilhão e 750 milhões de metros cúbicos de água, o que corresponde a quase duas Baías da Guanabara.

Tem pequeno ramal com 29 km que liga Amargosa a linha tronca em S. Miguel (Landim, 2012, p. 59).

Os italianos que passaram a viver em Jequié, investiram na agricultura e no comércio quando não atuavam nas duas áreas ao mesmo tempo:

Ao contrário dos seus patrícios que se fixaram no sul e no sudeste do Brasil, os italianos aportados no Nordeste eram homens de poucas letras, mas com tradição agrícola e comercial, oriundos de uma região subdesenvolvida da Itália e por isso mesmo afeito aos negócios, ao cultivo do solo, a prestação de serviços de sapateiro, alfaiate, mecânico, atuando também como mascates. A Brasicata, onde se localiza Trecchina, fora palco de invasões que datavam na Antiguidade, levando seus habitantes a conviverem com tipos de diferentes de cultura, sobrevivendo às custas do aproveitamento do solo, do artesanato e de um comércio incipiente. Era uma cidade pequena, apegada a uma tradição avoenga, com a autoridade paterna exercida com rigidez, quase de forma patriarcal (Araújo, 2017, p. 167).

Na agricultura as plantações mais investidas foram: o algodão, café e cacau. As tropas não deixaram de exercer sua funcionalidade mesmo após a abertura da estrada de ferro, o cacau que era produzido em Ipiaú por exemplo, antes “conduzido em tropas até Pancada e daí transportado em canoas para Camamu. Somente algum tempo depois, com o avanço dos trilhos da ferrovia, a produção de Ipiaú passou a dirigir-se diretamente para Jequié” (Araújo, 2017, p. 189)

A economia crescente trouxe mudanças significativas para a cidade, Araújo (2017) que passou de vila à cidade e depois de distrito de Maracás a sua concessão de autonomia política, ficando assim, duas datas importantes para esse marco “25 de outubro a mais importante, assinalando o aniversário da emancipação política; 13 de junho, aniversário da cidade, coincidindo com as festividades do padroeiro Santo Antônio” (Araújo, 2017, p. 207).

O crescimento populacional acompanhou a economia emergente da cidade, descreve Araújo:

Muitas mudanças já tinham ocorrido no traçado urbano, que não mais acompanhava linearmente a margem esquerda do Rio das Contas, com suas casas de paredes de taipa, quase sempre cobertas de palhas. O aumento da população urbana e a expansão comercial culminaram com a abertura de novas artérias. Para centralizar as atividades comerciais e as repartições públicas surgiu a Praça do Comércio (Luís Viana), abrigando em lugar de destaque a igreja-matriz. Para a Praça do Comércio, interligada à Praça São João (João Borges), convergiam as estreitas vias públicas onde se localizavam as casas residenciais, ocupando a Rua da Vitória (Lindolfo Rocha) lugar de destaque. Algumas daquelas ruas se alongavam até as estradas que davam acesso às entradas da cidade, utilizadas pelas tropas e boiadas num vaivém constante (Araújo, 2017, p. 207/208).

Isso mudou significativamente a vivência dos moradores locais, pois o “viajante pressentia a transição entre o meio rural e o urbano ao descortinar moradias humildes que iam diminuindo a distância que separava uma da outra” (Araújo, 2017, p. 208).

O traçado do município acompanhou a condição econômica de cada imigrante que chegava, italianos, árabes, ciganos, boiadeiros, sertanejo cada um ocupava um espaço de terra de acordo as suas necessidades, podendo ser econômicas ou não, como aponta Araújo:

Algumas quitandas e até mesmo um incipiente comércio artesanal vicejavam naquelas cercanias. As ruas estreitas que deixavam o centro urbano se estreitavam mais ainda aí se aproximarem da periferia, cedendo espaço aos casebres, ocupados pelos menos favorecidos, convivendo com mascates, alguns de origem árabe que ganharam dinheiro e se casaram com brasileiras. Novamente desapontavam as residências de taipas, de chão batido, cobertas de sapé, como no caso de Rua da Palha (Costa Brito) e Beco do Cochicho (Damião Vieira), este último com as casas tão juntas que os moradores cochichavam palavras, a fim de não serem ouvidos pelos vizinhos. (Araújo, 2017, p. 208).

A cercania era ocupada cada vez mais por aqueles que não possuíam recursos e buscavam novas oportunidades de vida “operários e desempregados preferiam ocupar a margem esquerda do Rio das Contas, por estarem perto da água” (Araújo, 2017, p. 208). Enquanto, grupos que sempre foram marginalizados pela sociedade, ocupavam a outra margem do rio “à margem direita, acampavam os ciganos, mantidos à distância pela autoridade policial, com o fito de serem evitados conflitos com a população fixa” (Araújo, 2017, p. 208).

Toda essa economia emergente segundo o professor Ratcliff (Ratcliff *apud* Jacobs, 2011, p. 117), “numa cidade próspera, há uma substituição constante de usos menos intensos por outros mais intensos”, dessa forma, haverá sempre uma necessidade de mudança que acompanhe a evolução econômica do local, em Jequié isso se deu inicialmente após a enchente de 1914 “que destruiu quase toda a cidade, a sede do município ganhou o traçado radioconcêntrico dos dias atuais, com ruas largas avenidas e praças amplas” (Araújo, 2017, p. 208).

Contudo, todo esse processo de transformação ainda assim, dividia a organização da cidade em dois setores: urbano, rural, até os dias atuais é notório observar que nas cidades brasileiras isso é uma premissa bastante notada. Dentro dessas proximidades havia ainda a típica divisão entre a zona nobre e a zona que Araújo chama de interiorana, que seria ocupada pela população pobre, vejamos:

A população interiorana era bem maior do que a urbana, motivo porque somente mais tarde começaram a surgir os bairros residências. As ruas não eram pavimentadas, não existiam esgoto nem água encanada. Os lampiões a gás só surgiram mais tarde,

ficando os logradouros públicos às escuras durante a noite. Excepcionalmente, durante a visita do arcebispo, a praça principal, onde se erguia a antiga igreja, foi iluminada a carboreto, fato que voltou a se repetir durante o Natal, a fim de que os fiéis pudessem assistir à missa campal, mais conhecida como a missa do galo (Araújo, 2017, p. 209).

Já na área nobre a situação arquitetônica era outra, se é que podemos chamar de uma arquitetura, pois não havia um planejamento prévio na construção das casas, entretanto, as edificações seguiam as necessidades das famílias abastadas, como também as necessidades dos humildes, e isso foi moldando inclusive a cultura popular de Jequié tanto para a classe nobre quanto para a classe mais humilde, descreve Araújo:

Na zona nobre – se é que assim poderia ser chamada-, as casas eram geminadas, apresentando na fachada, além da porta de entrada, uma a três janelas que se abriam para a rua. A cumeeira dividia o telhado em duas águas, não havendo forro. Piso atijolado, paredes de adobe, pintadas a cal. O comprimento da casa ficava a depender do número de ocupantes. Um longo corredor, ligando a sala de visitas à sala de refeições, dava acesso aos quartos. A copa, a cozinha e a despensa se intercomunicavam. Mais ao fundo, o quarto da empregada e o compartimento reservado às bagagens. Algumas casas possuíam varandas que davam para o quintal. Nas paredes eram fixados calendários, imagem do santo da devoção e, às vezes, uma moldura contendo a legenda “Deus esteja nesta casa”. Os mais supersticiosos colocavam uma ferradura na entrada para se protegerem contra as forças do mal. As cortinas, quando existiam, eram coloridas e confeccionadas com tecidos baratos. Mosquiteiros envolvendo as camas rústicas amenizavam o sono, evitando as picadas dos pernilongos. O mobiliário nem sempre primava por um bom acabamento. Na sala de visitas, além das cadeiras, do sofá e da mesa de centro com um jarro de flores, não faltava o cabide com espelho. Alguns proprietários reservavam um cômodo para o nicho ou oratório, com uma lamparina permanentemente acesa. Era o quarto dos santos, reservado para as orações. Na sala de refeições, os móveis necessários, o relógio de parede e, acima de um suporte de metal, a bacia, a jarra com água, toalha e sabão para limpeza das mãos. O fogão era à lenha e escarradeiras se espalhavam pelo interior da casa (Araújo, 2017, p. 209/210).

Mesmo com toda essa economia emergente, saneamento básico, água encanada e logradouros calçados era algo complexo de ser obter, ainda que algumas civilizações antigas como Mesopotâmia, Egito, China já possuíam, em Jequié contudo, até mesmo os bairros mais abastados, não detinham tais recursos, Araújo relata a rotina e as consequências pela falta de água:

Dada a inexistência de água encanada, as mulheres e crianças se banhavam em grandes bacias e os homens em banheiros improvisados no fundo do quintal. Já os operários aguardavam o pôr do sol para o banho no Rio das Contas. Em alguns quintais existiam árvores frutíferas, um galinheiro e um pequeno cercado para a leitoa a ser abatida numa data festiva. O que não poderia faltar era “casinha”, indispensável ao atendimento das necessidades fisiológicas. As mulheres, mais recatadas, serviam-se de urinóis, escondidos debaixo das camas. Fossa era uma raridade. A água, in natura, era transportada diretamente do rio em baldes, grandes latas e pequenos barris denominados “carotes”, enganchados nas cangalhas dos jumentos. Contavam-se a

dedo as residências que possuíam cisternas. Três ou quatro. A água era salobra, só servindo para asseio, motivo mais do que suficiente para desencorajar os demais moradores de cavarem suas cisternas. No interior das casas a água era conservada em moringas, filtros, calhas e grandes podes de barro conhecidos como “purrões”. Ao anoitecer, cadeiros, velas e fifões permaneciam acesos até a hora de dormir. (Araújo, 2017, p. 210/211).

A vida urbana e rural apresenta contraste marcantes, refletindo modos distintos de existência e a economia também exerce impacto único no modo de vida de ambos, moldando assim, as condições de vida, como aponta Araújo:

Na zona rural, como era de se esperar, as condições de vida eram mais rústicas e desprovidas do menos conforto, não obstante alguns fazendeiros lá passarem a maior parte do tempo, só retornando à cidade no final da semana ou nos dias festivos. Outros fazendeiros entregavam a administração da propriedade rural a algum parente ou pessoas de confiança assistido por um capataz, mantendo casa comercial na cidade, como um prolongamento das atividades rurais. Residia também no interior a quase totalidade dos lavradores, às voltas como o amanho da terra, só se locomovendo para a sede do município nos dias de feira, quando colocava à venda o fruto de seu trabalho e adquiria nas vendas o necessário à manutenção da família na roça. Quando necessário, comerciantes se ofereciam para intermediar as transações entre os moradores da cidade e a população rural (Araújo, 2017, p. 211).

O processo colonizador discutido no capítulo anterior alterou toda a dinâmica identitária, econômica principalmente em relação a formação das classes sociais no sertão recorde Araújo abaixo:

A maior parte da população rural era constituída de elementos descendentes de índio com branco, consequência da conquista e usurpação da terra pelos sertanistas. A mestiçagem com o elemento negro, quase sempre centralizado nos engenhos do Recôncavo, ocorreu num percentual bem menor. Antes da legitimação das posses, quando não doadas, adquiridas de maneira simbólica pelos “afilhados” dos governantes, o caboclo se dispersava pelos campos, vivendo da caça, da pesca e de uma agricultura de subsistência. Com a fixação dos novos “donos da terra”, para não ser expulso ou dizimado, passou a trabalhar para um senhor fazendeiro, morando em casa de taipa, de chão batido, com teto de sapé. Fechadura ou cadeado apenas na porta da frente. As janelas, a porta do fundo, esta última se abrindo para um pequeno quintal, quando fechadas ficavam protegidas por trancas ou tramelas. A maior parte dos casebres se aglomerava nas proximidades de algum riacho. A água ficava próxima e as margens podiam ser aproveitadas para o plantio de hortaliças e leguminosas. Algumas daquelas aglomerações evoluíram para pequenos arraiais (Araújo, 2017, p. 211/212).

A vida rural caracterizada pela serenidade, vínculos com a natureza traz um estilo de vida totalmente oposto ao da vida urbana é o que se contrasta, observa Araújo:

O feijão, a farinha e o arroz constituíam a base da alimentação campestre. Jaca, banana e outras frutas também serviam como alimento. Carne, mesmo de aves, só de raro em raro. A caça predatória e a criação de porcos pela população ribeirinha

diminuíram ou levaram para longe a quantidade de aves e animais silvestres e deixaram os riachos menos piscosos. A derrubada das matas, seguida da queima das árvores para a abertura de novas pastagens e renovação do capim, ia deixando sua marca, enfraquecendo o solo, com reflexo no meio físico. Mesmo assim, o rebanho bovino, a princípio constituído de gado rústico, melhorava de qualidade com a introdução de raças mais apuradas (Araújo, 2017, p. 211).

Há interação entre economia e a arquitetura é intrínseca, moldando a paisagem urbana e rural com projetos arquitetônicos profundos. A condição econômica de uma localidade influencia diretamente o tipo de edificações, os materiais utilizados e até mesmo o estilo arquitetônico adotado. A arquitetura rural desempenha um papel crucial na preservação e desenvolvimento sustentável das comunidades fora dos centros urbanos, é o que aponta Araújo:

As sedes das grandes fazendas naquelas primeiras décadas do século XX, embora maiores do que as acanhadas residências da cidade, mormente quando o proprietário e seus familiares ali passavam a maior parte do tempo, não distavam muito do curral. Quase sempre apresentavam na frente uma varanda ou alpendre, onde o fazendeiro armava a sua rede, servindo ainda para receber visitantes e acerto de contas com os peões. Não muito distante, um pequeno pomar ou chácara, cercado de pau-a-pique ou arame farpado. O mobiliário muito mais modesto do que o da cidade. Perto das sedes das grandes fazendas, casas modestas ocupadas pelo administrador, capataz ou meeiros. Já os posseiros ou foreiros passavam quase todo o tempo nas cidades, mantendo pequeno sítio para assegurar um pequeno destaque no seio da aristocracia rural (Araújo, 2017, p. 213).

Como foi visto, ao contrário da arquitetura urbana, cujo foco muitas vezes está na densidade populacional e na verticalização, a arquitetura rural se destaca pela integração com o ambiente natural e pelo respeito às tradições locais.

A arquitetura rural desempenha um papel multifacetado, contribuindo para a criação de espaços que atendem às necessidades específicas das comunidades rurais. Isso pode envolver a concepção de habitações adaptadas às condições climáticas locais, o uso eficiente de recursos naturais e a promoção de práticas arquitetônicas sustentáveis. Além disso, a arquitetura rural desempenha um papel fundamental na preservação do patrimônio arquitetônico e cultural das regiões rurais. Ao incorporar elementos tradicionais nas novas construções, ela ajuda a manter a identidade única de cada comunidade.

O trabalhador rural mesmo contribuindo significativamente para a economia agrícola, e por conseguinte, para o bem-estar econômico de um município, mesmo assim condições dignas para um trabalhador nunca foram exercidas declara Araújo:

Os grandes fazendeiros, mesmo não tendo jagunços à sua sombra, o que era comum naquela época, eram senhores absoluto, nos limites de sua propriedade, dada à falta de legislação trabalhista que amparasse o trabalhador, o qual, quando desempregado, vivia peregrinando de fazendo em fazenda, consumido pelas doenças, condenado a

uma velhice penosa. Poucos, pouquíssimos mesmo eram os proprietários rurais que naqueles anos buscavam assegurar um resto de vida condigna para os camponeses. Uma exceção se abria para o “camarada”, espécie de segurança, sempre bem armado, acompanhado as viagens do patrão em outra montaria, a fim de protegê-lo de possíveis ataques. Desfrutava do privilégio que faltava aos demais trabalhadores, participando da mesma comida que era servida ao seu senhor. Subnutrido, vivendo em casebre sem a mais mínima condição de conforto, o trabalhador rural, em estado de extrema penúria não antevia perspectivas futuras (Araújo, 2017, p. 213).

A importância de um trabalhador rural transcende a simples produção de alimentos, abrangendo diversos aspectos econômicos e sociais. Em primeiro lugar, por exemplo, o trabalhador rural é o alicerce da produção agrícola, fornecendo a mão de obra essencial para o cultivo de culturas, criação de animais e fustão de propriedades rurais. Sua dedicação diárias garante o abastecimento de alimentos para a população, contribuindo para segurança alimentar a nível de cidade, estado e nação, porém, apesar disso tudo, a maioria deles não tem comida nem para si e nem para os seus, mesmo em face de sua jornada diária árdua, moldada sempre pelas estações do ano e pelas demandas da agricultura, ele leva seus desafios a uma permeada solidariedade entre vizinhos frequentemente servindo-o como uma rede de apoio essencial para o seu dia a dia, é o que informa Araújo:

Abastecia-se no armazém do fazendeiro e, ao final da semana, o dinheiro ganho mal dava para saldar a conta. Em algumas propriedades era possível reunir-se com outros em uma vendinha, no final de tarde, para contar e ouvir coisas entre alguns goles de aguardente. Falavam de lobisomens, de almas penadas, de sacis, dos acontecimentos da semana e tudo mais do pequeno mundo de cada um. Quando doentes, usavam as garrafadas dos curandeiros, tomavam chás, passavam sebo de rins de carneiro nas partes doloridas, solicitavam ajuda das rezadeiras, preparavam ou encomendavam feitiços deixados na encruzilhas, gastando os últimos vinténs que sobravam. Quando o dinheiro era curto e não havia venda por perto, o peão, após as canseiras do trabalho diurno, se reunia com os vizinhos, parlando sobre as atividades da semana, enquanto consumia o cigarro de palha ou cheirava rapé. A companheira, conversando com as outras mulheres, ora mascava, ora pitava o cachimbo de barro, ora não fazia nada das duas coisas. Ambos se recolhiam cedo, pensando na dureza do trabalho do dia seguinte, já que nem sempre haviam um “assustado” por perto. A noite do peão, por falta de maiores opções, era mais longo do que a noite do patrão. E como maior a noite, maior o amor, a prole era sempre numerosa, Casamento era raridade. Os filhos, fruto da “amigação”, quando não morriam ao nascer ou em tenra idade, davam sinais de subnutrição e de verminose. Os pais se apresentavam com falhas na arcada dentária (Araújo, 2017, p. 213/214).

A sensação de realização ao ver os frutos do seu trabalho crescerem e alimentarem comunidades inteiras não demonstra muitas das vezes, os desafios a serem abordados, como a falta por exemplo de equipamento adequado para a realização de suas tarefas, mas em suas mãos calejadas, seus olhos fundos e desconfiados, sua coluna envergada sob o peso de uma vida como também “o trabalhador da caatinga era menos dócil, mais responsável no cumprimento da tarefa imposta e zeloso no cuidado dispensado à companheira. Quando sofria

desacato era capaz de reações imprevisíveis” (Araújo, 2017, p. 215). Araújo (2017) Talvez, por causa da agressividade da região, gerava inclusive com frequência recrutamento para jagunços.

Fica nítido os desafios de sua longa jornada no campo, como aponta Araújo:

Durante o trabalho, o peão fazia uso das botas fornecidas pelo patrão, do mesmo modo como o vaqueiro envergava o jaleco, o chapéu e outros acessórios confeccionados de couro. Afora isso, o trabalhador rural tinha que se contentar com a roupa de algodão barato, reservado os sapatos e as vestes menos sofríveis para a visita à cidade. A mulher também se vestia com tecidos ordinários que iam do pescoço até perto dos tornozelos. Nem sempre fazia uso das peças íntimas, deixando antevê as formas e as curvas da feminilidade. Não tinha pejo em amamentar o recém-nascido à frente de estranhos. Quando mais velha, não se preocupava em arrumar os cabelos, deixando-os caírem sobre os ombros. Ambos os sexos usavam chapéus de palha durante o dia, protegendo-se dos raios solares (Araújo, 2017, p. 214/215).

A busca por um equilíbrio econômico rural forte para Jequié trouxe mudanças na sua geografia, cultura, arquitetura e no seu cotidiano o que já vimos e Araújo ainda observa:

Afora as propriedades rurais, o interior do município era pontilhado de povoações, aldeias e pequenos núcleos populacionais. Alguns deles, com o passar do tempo, cresceram e se converteram em vilas e até mesmo cidades, como foi o caso de Itagi, Jitaúna e Aiquara. Via de regra, enquanto no núcleo populacional há predomínio das ocupações agrícolas, na cidade, ao lado da maior densidade demográfica, surgem as ocupações secundárias e terciárias, refletindo-se na diversificação das atividades econômicas, robustecendo ao mesmo tempo outras atividades nos setores político e social. Na prática, como não poderia deixar de ser, os arraiais, povoados e núcleos populacionais que vicejaram no interior do município permaneciam tributários da sede do município, funcionando como satélites urbanos da cidade (Araújo, 2017, p. 215).

Tudo isso contribuiu para a velha e típica divisão que conhecemos como pirâmide social:

Na cidade de Jequié, durante toda primeira década do século XX, a vida, por ser mais diversificada, já deixava bem delineadas e definidas as três classes ou camadas sociais. A classe alta ou dominante era constituída pelos que não dependiam de qualquer tipo de trabalho subordinado a alguém, dispendo dos meios de produção. Dela faziam parte a aristocracia rural, os comerciantes mais bem sucedidos, muitos deles italianos, os portadores de diploma universitário e as mais altas autoridades. A classe média era formada pela população que não dispunha dos meios de produção ou deles dispunham de forma insuficiente. Constituíam-na os pequenos negociantes, os funcionários públicos, os comerciantes, os artesões e artífices, dentre outros. A classe pobre abrigava os indivíduos que sobreviviam alugando o esforço do seu trabalho aos membros das outras duas classes. Dela faziam parte aos trabalhadores braçais, as empregadas domésticas, os trabalhadores de rua, os pedreiros e até mesmo desempregados (Araújo, 2017, p. 215/216).

A relação entre economia e política não podemos esquecer é uma linha tênue, sendo também uma característica central das sociedades modernas. A política molda as estruturas econômicas por meio de políticas fiscais, regulamentações e decisões governamentais que

impactam diretamente a distribuição de recursos. Por sua vez, as condições econômicas que, no caso de Jequié, se davam pela presença e ação dos italianos influenciaram as condições políticas, afetando a popularidade de líderes italianos, bem como a estabilidade social da cidade, conforme informa Araújo:

As lideranças políticas, a depender das circunstâncias, variam no tempo e no espaço. Os fatores que determinaram as lideranças emergentes dos primeiros tempos de Jequié foram diversos daqueles que alicerçaram as lideranças que vieram a posteriori. Para tanto, vale não esquecer que a rica colônia italiana, detentora do poder econômico, ciente e consciente da sua condução alienígena, se ocupou em ampliar mais e mais sua riqueza e patrimônio, mantendo um relacionamento equidistante com as facções políticas que se ternavam no poder. Além do mais, ao contrário do patricio que se estabeleceu no sul e no sudeste do Brasil, o imigrante que fixou na região de Jequié não tinha veleidade literária nem político-ideológica, motivo porque se manteve à margem dos conflitos que agitaram o final do Império e o início da República. Egresso de uma região da Península Itálica pouco desenvolvida, permanecia fiel às suas raízes voltadas para a agricultura e sobretudo para o comércio. Nesse particular, imensa foi a contribuição da colônia italiana ao desenvolvimento de Jequié. A 9 de Janeiro de 1911, por exemplo, o Conselho Municipal autorizou o intendente José Alves Pereira a contrair um empréstimo de seis contos de réis às firmas Miguel Grisi & Cia. E Batista Scaldaferrri Irmãos, com juros anuais de dez por cento, destinado à construção de uma estrada ligando a sede do município ao local conhecido como Tem-mão. E não foi a primeira nem a última vez que tal transação ocorreu. Tanto em Jequié quanto nas circunvizinhanças, o imigrante italiano, embora adquirisse propriedades rurais, dedicou a maior parte de suas atividades às transações comerciais. Nos primeiros anos que se seguiram à emancipação política do município, apenas José Conte, italiano naturalizado brasileiro, enveredou pela política partidária, elegendo-se conselheiro municipal. Afora isso, nenhum destaque da colônia italiana estabelecida em Jequié nos setores que não estivessem diretamente ligados à economia. Somente na segunda metade da década de 50, após a queda do chamado Estado Novo, descendentes de italianos casados com brasileiras, completamente assimilados pela nossa cultura, a ponto de ignorarem a língua dos seus ascendentes, começaram a pontificar nos demais setores culturais. Foram os casos de Lomanto Junior, que de vereador chegou a governador do Estado; de João Carrichio Filho, que exerceu o cargo de prefeito; de Sande Scaldaferrri, nome consagrado do mundo das artes. Para comprovas mais ainda o que vem de ser dito, vale lembrar que a secção local da “Associação Cultural Dante Alighieri”, ao ser criada, contou com menos de cinco por cento de descendentes de italianos em seu quadro social, tendo a duração das rosas de Malherbe. (Araújo, 2017, p. 216/218).

Convém lembrar que as informações memorialísticas de Emerson Pinto de Araújo, acerca das origens e formação de Jequié, embora importantes para o resgate de sua história, devem ser confrontadas e complementadas com acurada pesquisa documental ainda por ser feita, mas, certamente, possível se nos debruçarmos detidamente sobre os acervos e fontes disponíveis. A história de Jequié é, pois, uma história em construção. Eleger a obra de Emerson Pinto como base dos nossos relatos não foi apenas uma opção para tentar sintetizar a história de Jequié e torná-la acessível a professores e alunos do ensino fundamental e médio, foi, sobretudo, a única possibilidade diante das dificuldades de acesso às fontes e das nossas condições teórico-metodológicas naquele momento.

CAPÍTULO III

3 O ENSINO DA HISTÓRIA DE JEQUIÉ-BA EM UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

A utilização de uma sequência didática sobre a história de Jequié-Ba em sala de aula é uma estratégia essencial para o ensino de História, especialmente para turmas fazer 8º ano. Esse tipo de abordagem permite que os estudantes se conectem com a história local, entendam as dinâmicas de sua própria comunidade e valorizem o patrimônio cultural e social que faz parte de sua identidade. A partir de relatos memorialistas e documentos de historiadores, os alunos são incentivados a explorar a história de Jequié, desenvolvendo um olhar analítico, crítico e reflexivo sobre a evolução da cidade e suas transformações ao longo do tempo.

Os principais objetivos da sequência didática sobre a história de Jequié são: [1] Compreender a importância da história local: Mostrar aos alunos como os eventos e processos históricos ocorridos em Jequié influenciaram o desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade; [2] proporcionar aos alunos uma compreensão profunda da trajetória histórica e cultural da cidade. Por meio da análise de relatos memorialistas e documentos de historiadores; [3] desenvolver nos estudantes habilidades de interpretação crítica e reflexiva sobre o processo; [4] estimular nos alunos o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural de Jequié, promovendo um sentimento de pertencimento e orgulho em relação à sua comunidade; [5] fortalecer as competências investigativas, levando os estudantes a explorar fontes históricas e construir suas próprias narrativas sobre o desenvolvimento da cidade, estabelecendo conexões entre o passado e o presente e compreendendo a influência dessas na atualidade.

Ao final da sequência didática, espera-se que os seguintes resultados sejam realizados: Aprofundamento do Conhecimento Histórico; Capacidade de Trabalhar Colaborativamente : Os alunos serão estimulados a trabalhar em grupo, realizando atividades que reforcem a importância da cooperação para alcançar objetivos comuns; Desenvolvimento de Pensamento Crítico : Os alunos serão capazes de refletir criticamente sobre a importância de preservar a história e a memória local, acompanhando a influência do passado nas realidades atuais da cidade.

Essa sequência didática sobre a história de Jequié contém uma carga horária de 8 horas planejada ao 8º ano, disponibilizada em quadro expositivo a sequência para que o professor que obtiver acesso a dissertação facilite ainda mais a aplicabilidade dessa sequência didática em sala de aula que tem como foco não apenas o aprendizado dos conteúdos históricos, mas também o desenvolvimento de um sentimento valorização da cultura local. Ao explorar

relatos memorialistas, documentos históricos e realizar atividades de pesquisa em sala, os alunos se tornam agentes ativos na preservação e divulgação da história de sua cidade.

Essa abordagem permite que a história de Jequié seja compreendida de forma mais significativa, conectando os alunos à sua comunidade e ajudando-os a construir uma relação mais próxima com o lugar onde vivem. Além disso, os métodos adotados promovem uma educação histórica que é crítica, investigativa e centrada no envolvimento com o patrimônio cultural, trazendo resultados não apenas no conhecimento acadêmico, mas também na formação cidadã dos alunos.

3.1 Jequié, através de uma narrativa memorialística

Para desenvolvermos uma compreensão crítica da história de Jequié é necessário abordar diferentes perspectivas historiográficas. Emerson Pinto de Araújo, em "Nova História de Jequié" (2017), oferece uma narrativa detalhada sobre a cidade, baseada principalmente em memórias. Este trabalho é fundamental para preservar a memória da cidade e destaca o papel das elites locais na construção dessa história.

Contudo, as narrativas memorialísticas são insuficientes para dar conta da complexidade do processo histórico, sendo necessário que se busque fazer uma história que seja fundamentada em evidências documentais robustas e múltiplas fontes. Kenneth Maxwell, em "A Devassa da Devassa" (2001), exemplifica essa abordagem ao reexaminar a Inconfidência Mineira com um rigor analítico que questiona narrativas estabelecidas e incorpora novas evidências documentais. Maxwell analisa os movimentos sociais e econômicos da época, mostrando como forças estruturais influenciaram esse evento histórico.

Além disso, pesquisas e estudos recentes evidenciam que a história não pode ser contada apenas do ponto de vista das elites, mas deve incluir as vozes dos marginalizados e oprimidos. Alguns autores trazem à tona histórias de grupos que nunca tiveram voz, como a dos povos indígenas, a dos escravizados, de mulheres, oferecendo uma visão mais inclusiva e diversificada da história regional. Demonstram que a história deve ser fundamentada em uma análise rigorosa e multifacetada, que considera diversas fontes e perspectivas. Ao fazer isso, eles contribuem para uma compreensão mais rica e precisa do passado, que reconhece a complexidade das experiências humanas e a pluralidade das sociedades.

Portanto, ao estudar a história de Jequié, é crucial utilizar uma abordagem historiográfica que vá além da memória e da narrativa elitista, incorporando evidências

documentais e diferentes perspectivas para construir uma compreensão mais completa e crítica da história.

Quadro 1 - Jequié: História e Memória

Título	Jequié: Uma História Memorialista
Competências gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a importância da história local e regional. - Desenvolver a capacidade crítica em relação às fontes históricas. - Promover o reconhecimento da diversidade cultural e histórica.
Objetivos de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a história de Jequié através de diferentes perspectivas historiográficas. - Identificar e analisar as contribuições de autores diversos sobre a história local. - Entender a importância de evidências documentais na construção da narrativa histórica.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar criticamente textos historiográficos. - Comparar diferentes abordagens e narrativas históricas. - Desenvolver pesquisas e trabalhos baseados em múltiplas fontes.
Conceitos	<ul style="list-style-type: none"> - Narrativa memorialística - Evidências documentais - Inclusão de narrativas marginalizadas
Estratégias e recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise de textos - Discussões em grupo - Apresentações de seminários - Pesquisas documentais - Visita guiada ao museu de Jequié
Atividades que serão desenvolvidas nas aulas	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura de capítulos selecionados das obras citadas - Discussões e debates sobre as diferentes abordagens historiográficas - Elaboração de resenhas críticas - Projetos de pesquisa sobre temas específicos da história de Jequié - Visita ao Museu de Jequié com foco na análise crítica das exposições.
Sequência do Desenvolvimento das Atividades nas Aulas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução ao tema e leitura inicial dos textos de Emerson Pinto de Araújo. 2. Discussão sobre a importância de outras vozes frente a uma narrativa europeia (das elites). 3. Análise crítica de "A Devassa da Devassa" de Kenneth Maxwell.

	<p>4. Leitura e discussão das contribuições de Vítor Felipe Almeida Lobo e Renata Ferreira de Oliveira.</p> <p>5. Visita guiada ao Museu de Jequié, onde os alunos aplicarão as habilidades de análise crítica adquiridas.</p> <p>6. Reflexão e discussão pós-visita, integrando as informações do museu com as leituras realizadas.</p> <p>7. Desenvolvimento de projetos de pesquisa baseados em múltiplas fontes.</p> <p>8. Apresentação dos projetos de pesquisa e discussão dos resultados.</p>
--	--

Fonte: autora (2024).

Para desenvolvermos uma compreensão crítica da história de Jequié em uma única aula, vamos integrar diferentes perspectivas historiográficas, demonstrando a importância de uma abordagem crítica e inclusiva.

Iniciamos a aula apresentando a importância da memória na construção da história, com base na "Nova História de Jequié" (2017) de Emerson Pinto de Araújo. Araújo enfatiza a preservação da memória local e o papel das elites na construção dessa história.

É fundamental destacar as vozes das minorias, como índios, negros e outros grupos, na construção da história. Emerson Pinto de Araújo, em sua obra "Nova História de Jequié" (2017), ressalta a importância da memória local e como as elites frequentemente moldam essa narrativa. Para uma compreensão mais inclusiva e representativa da história, é importante reconhecer e incorporar as perspectivas e experiências desses grupos, muitas vezes marginalizados, no relato histórico. Isso contribui para uma visão mais completa e diversificada do passado, permitindo que diferentes vozes sejam ouvidas e valorizadas.

Discutimos a tendência de narrativas históricas refletirem os interesses das elites. Introduzimos a obra "A Devassa da Devassa" (2001) de Kenneth Maxwell, que usa evidências documentais para revisitar a Inconfidência Mineira, mostrando como a história deve ser fundamentada em fontes verificáveis e análises críticas.

Lemos e discutimos trechos da dissertação de Renata Ferreira de Oliveira (2012) sobre os índios Paneleiros. Estes trabalhos revelam as histórias marginalizadas, como a dos povos indígenas, e a importância de incluir suas vozes na narrativa histórica.

Os alunos comparam as diferentes abordagens apresentadas, discutem suas vantagens e limitações, e elaboram pequenas resenhas críticas. Em seguida, desenvolvem breves projetos de pesquisa sobre temas específicos da história de Jequié, utilizando múltiplas fontes.

3.2 Índios passivos?

A implementação da sequência didática sobre o tema "Índios Passivos" será realizada em etapas, com o objetivo de proporcionar aos alunos uma compreensão crítica e multifacetada da representação dos povos indígenas na historiografia brasileira. Antes de iniciar a sequência didática, será feita uma preparação que inclui a organização dos materiais didáticos, a leitura prévia dos textos de referência pelos professores e a preparação do ambiente de sala de aula para as atividades de desenho.

A aula será dedicada à introdução do tema. O professor apresentará o conceito de "Índios Passivos" e discutirá como essa representação foi construída ao longo do tempo. Será feita uma breve contextualização histórica para situar os alunos no assunto.

Os alunos realizarão leituras dirigidas dos textos de Emerson Pinto de Araújo e Renata Ferreira de Oliveira. Após a leitura, haverá uma discussão em classe para identificar as diferenças nas representações dos povos indígenas por cada autor.

Após a compreensão das perspectivas dos autores, os alunos participarão de uma oficina de desenho. Eles serão incentivados a expressar, através de ilustrações, como cada autor apresenta os indígenas daquela época. Esta atividade visa desenvolver a habilidade de interpretar e representar visualmente informações históricas.

Os desenhos criados pelos alunos serão expostos na sala de aula. Cada aluno terá a oportunidade de explicar seu desenho e a visão que ele representa. O professor guiará uma análise crítica das ilustrações, relacionando-as com as leituras realizadas.

Será promovido um debate em sala de aula para refletir sobre a importância da diversidade de fontes e perspectivas na compreensão da história. Os alunos serão encorajados a compartilhar suas opiniões e a discutir como a inclusão de diferentes vozes pode enriquecer o entendimento do passado.

Como parte da avaliação, os alunos poderão escrever ensaios críticos ou realizar apresentações sobre o que aprenderam. Essas atividades permitirão que demonstrem sua capacidade de análise crítica e síntese das informações estudadas.

Posteriormente, haverá uma revisão dos conceitos abordados, uma discussão sobre as principais aprendizagens e uma reflexão coletiva sobre o impacto da sequência didática em sua visão sobre a história dos povos indígenas.

Essa sequência didática não só abordará a temática proposta de forma crítica e reflexiva, mas também engajará os alunos em um processo ativo de aprendizagem, onde poderão aplicar

habilidades de análise, interpretação e expressão criativa. Além disso, a sequência é flexível e pode ser adaptada conforme as necessidades e o contexto específico da turma.

A sequência didática que proponho para o tema "Índios Passivos" visa aprofundar o entendimento dos alunos sobre a representação dos povos indígenas na historiografia, contrastando a abordagem memorialista de Emerson Pinto de Araújo com a análise documental e crítica de Renata Ferreira de Oliveira. A atividade central será a criação de desenhos que representem as visões de cada autor sobre os indígenas da época.

Quadro 2 – Índios Passivos?

Título	Índios passivos?
Competências gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver o pensamento crítico sobre a representação dos povos indígenas na história. - Fomentar a capacidade de análise de diferentes fontes historiográficas.
Objetivos de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as diferentes perspectivas sobre os povos indígenas na historiografia. - Avaliar a importância das evidências documentais na construção da história.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Análise crítica de textos historiográficos. - Interpretação e representação artística de conceitos históricos.
Conceitos	<ul style="list-style-type: none"> - Historiografia - Relatos memorialistas - Evidências documentais
Estratégias e recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura comparativa dos textos de Araújo (2017) e Oliveira (2012). - Discussões em sala de aula sobre as diferentes abordagens historiográficas. - Oficinas de desenho para expressar visualmente as narrativas históricas.
Atividades que serão desenvolvidas nas aulas	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise dos textos selecionados. - Debates sobre a representação dos povos indígenas. - Criação de desenhos baseados nas descrições dos autores.
Sequência do Desenvolvimento das Atividades nas Aulas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução ao tema e explanação sobre a historiografia dos povos indígenas. 2. Leitura dirigida de "Nova história de Jequié" de Araújo e da dissertação de Oliveira. 3. Discussão em classe sobre as diferenças nas representações dos indígenas. 4. Oficina de desenho onde os alunos criam representações baseadas nos textos.

	<p>5. Exposição dos desenhos e discussão sobre as interpretações dos alunos.</p> <p>6. Reflexão sobre a importância da diversidade de fontes na compreensão histórica.</p>
Referências	<p>Araújo, Emerson Pinto de. "Nova História de Jequié". 2017.</p> <p>Oliveira, Renata Ferreira de. "Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais". Dissertação. 2012.</p>

Fonte: autora (2024).

Este quadro explicativo serve como um roteiro para a implementação da sequência didática, que pode ser adaptada conforme as necessidades e o contexto da turma. Através desta abordagem, os alunos poderão visualizar e compreender as nuances da representação dos povos indígenas na historiografia brasileira.

3.3 João Gonçalves da Costa, um bom bandeirante?

De acordo com Isnara Pereira Ivo (2009), João Gonçalves da Costa destacou-se como um bandeirante notável na história do Brasil. Nascido em Portugal, ele migrou para Minas Gerais ainda jovem e foi reconhecido como um preto-forro em 1744. Sua nomeação como capitão-mor do terço de Henrique Dias, uma posição de liderança entre os soldados de ascendência africana, foi um marco em sua carreira. A patente foi concedida pelo conde de Galveas, destacava sua função na conquista e exploração liderada por João da Silva Guimarães. Substituindo Guimarães, Gonçalves da Costa não se limitou às expedições em busca de riquezas naturais; ele também se tornou um grande proprietário de terras no Sertão da Ressaca. Sua influência e controle sobre a região e sua vida política estenderam-se por quase dois séculos, através de sua descendência, consolidando seu legado como um bandeirante de sucesso e figura proeminente na história colonial brasileira.

Para explorar o tema "João Gonçalves, um Bom Bandeirante?" de uma maneira dinâmica e interativa, proponho uma sequência didática que envolva dramatização, permitindo aos alunos vivenciar e refletir sobre as diferentes perspectivas históricas. A dramatização é uma estratégia poderosa para o ensino de história, pois permite que os alunos se envolvam emocionalmente e compreendam melhor as complexidades dos eventos e personagens históricos.

A implementação da sequência didática sobre "João Gonçalves, um Bom Bandeirante?" através de dramatizações envolverá várias etapas interativas e colaborativas. Aqui está como planejamos realizar essa sequência:

Inicialmente, o professor introduzirá o tema, contextualizando os bandeirantes na história do Brasil, propondo uma análise crítica do papel desses indivíduos no processo de colonização e explicando a importância de João Gonçalves. Será discutido como diferentes autores retratam Gonçalves, destacando a necessidade de compreender as múltiplas perspectivas históricas.

Os alunos serão divididos em grupos, e cada grupo receberá a tarefa de representar a visão de um autor específico sobre João Gonçalves. Os papéis serão distribuídos entre os alunos, que assumirão personagens históricos, narradores e até críticos contemporâneos.

Cada grupo realizará pesquisas para entender melhor a perspectiva do autor que representarão. Com base nessa pesquisa, os alunos escreverão roteiros para suas dramatizações, garantindo que reflitam as visões dos autores de forma precisa e respeitosa.

Os alunos trabalharão juntos para criar ou adquirir figurinos e preparar cenários que ajudem a ambientar suas dramatizações. Esta etapa é crucial para dar vida à história e tornar a experiência mais imersiva.

Os grupos ensaiarão suas dramatizações, com o professor fornecendo orientação e feedback. Os ensaios são momentos para os alunos praticarem a expressão, a dicção e a interação com seus colegas de cena.

Cada grupo apresentará sua dramatização para a turma. Essas apresentações serão gravadas para que possam ser compartilhadas e discutidas posteriormente.

Após as apresentações, haverá uma sessão de reflexão e discussão. Os alunos serão incentivados a compartilhar suas experiências, discutir as diferentes representações de João Gonçalves e refletir sobre o impacto dos bandeirantes na história e na sociedade contemporânea.

O professor avaliará as dramatizações com base em critérios previamente estabelecidos, como precisão histórica, criatividade e colaboração. O feedback será dado a cada grupo, destacando pontos fortes e áreas para melhoria.

Finalmente, a sequência didática será integrada ao currículo de história, relacionando as dramatizações com outros temas estudados e preparando os alunos para futuras atividades e discussões.

Essa abordagem prática e envolvente não só ajuda os alunos a entenderem melhor o conteúdo histórico, mas também desenvolve habilidades importantes como trabalho em equipe, pensamento crítico e expressão criativa. A dramatização permite que os alunos se coloquem no

lugar de figuras históricas, proporcionando uma compreensão mais profunda das complexidades do passado.

Quadro 3 – João Gonçalves, um Bom Bandeirante

Título	João Gonçalves, um Bom Bandeirante
Competências gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a capacidade de empatia e compreensão de diferentes pontos de vista históricos. - Estimular o pensamento crítico sobre a construção da história e o papel dos indivíduos nela.
Objetivos de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - Entender as diversas representações de João Gonçalves na historiografia. - Reconhecer a importância dos bandeirantes na história do Brasil e suas interações com os povos indígenas.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Interpretação de personagens históricos. - Análise crítica de representações históricas. - Colaboração e comunicação em atividades de grupo.
Conceitos	<ul style="list-style-type: none"> - Bandeirantes - Historiografia - Perspectiva e representação
Estratégias e recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Roteiros baseados nas obras dos autores mencionados. - Figurinos e cenários para as dramatizações. - Orientação e feedback do professor durante os ensaios.
Atividades que serão desenvolvidas nas aulas	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de roteiros para as dramatizações. - Ensaios e preparação dos figurinos e cenários. - Apresentações das dramatizações para a turma. - Discussão e reflexão após as apresentações.
Sequência do Desenvolvimento das Atividades nas Aulas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução ao tema e aos autores que serão abordados. 2. Divisão da turma em grupos e distribuição dos roteiros. 3. Pesquisa e preparação dos grupos para a criação dos figurinos e cenários. 4. Ensaios das dramatizações com orientação do professor. 5. Apresentação das dramatizações pelos grupos. 6. Debate em classe sobre as diferentes perspectivas de João Gonçalves

	apresentadas. 7. Reflexão coletiva sobre o impacto dos bandeirantes e a importância da análise crítica da história.
Referências	Araújo, Emerson Pinto de. "Nova História de Jequié". 2017. Oliveira, Renata Ferreira de. "Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais". Dissertação. 2012.

Fonte: autora (2024).

Essa sequência didática oferece uma abordagem envolvente e reflexiva, permitindo que os alunos não apenas aprendam sobre o passado, mas também desenvolvam habilidades importantes como empatia, colaboração e pensamento crítico. A dramatização serve como uma ponte entre o passado e o presente, incentivando os alunos a considerar como as histórias são contadas e lembradas.

3.4 O Rio de Contas e sua contribuição para a formação de Jequié

A implementação da sequência didática sobre "O Rio de Contas e sua contribuição para a formação de Jequié-BA" com a elaboração de cartazes em grupos será realizada em várias etapas, cada uma projetada para envolver os alunos ativamente no processo de aprendizagem. Aqui está um passo a passo detalhado:

A sequência começará com uma introdução ao tema pelo professor, que contextualizará o Rio de Contas e sua importância para o desenvolvimento de Jequié. Esta etapa incluirá uma breve descrição dos autores cujas obras serão referenciadas durante o projeto.

Os alunos serão divididos em grupos pequenos e cada grupo será responsável por representar a visão de um autor específico sobre o Rio de Contas e sua influência em Jequié. Isso incentivará a colaboração e permitirá que os alunos explorem diferentes perspectivas.

Cada grupo realizará pesquisas sobre o Rio de Contas, utilizando as obras dos autores mencionados como ponto de partida. Eles discutirão suas descobertas em grupo, identificando informações-chave que serão destacadas em seus cartazes.

Com base em suas pesquisas, os alunos planejarão seus cartazes. Eles decidirão quais informações e imagens usarão para representar visualmente a contribuição do rio para a cidade e como cada autor interpreta essa relação.

Os alunos trabalharão juntos para criar seus cartazes. Eles usarão materiais como papel, marcadores, revistas para recortes e, se disponível, software de edição de imagens. Esta etapa permitirá que expressem criativamente o que aprenderam.

Uma vez concluídos, os cartazes serão apresentados à turma. Cada grupo explicará o raciocínio por trás de seu design e as informações que escolheram incluir. Isso será seguido por uma análise e discussão em classe, onde os alunos poderão comparar e contrastar as diferentes perspectivas.

Após as apresentações, haverá uma reflexão final sobre o projeto. Os alunos serão incentivados a compartilhar o que aprenderam e como a atividade alterou ou reforçou sua compreensão do impacto do Rio de Contas em Jequié.

O professor avaliará os cartazes com base em critérios como precisão das informações, criatividade, colaboração e apresentação. O feedback será fornecido para ajudar os alunos a entenderem seus pontos fortes e áreas para melhoria.

Finalmente, a atividade será integrada ao currículo mais amplo, relacionando-a com outros temas estudados em história, geografia e ciências sociais, e preparando os alunos para futuras atividades de aprendizagem.

Esta sequência didática não só proporcionará aos alunos uma compreensão mais rica da história local e do papel do Rio de Contas, mas também desenvolverá habilidades valiosas como pesquisa, síntese de informações, trabalho em equipe e expressão criativa.

Quadro 4 – O Rio de Contas e sua contribuição para a formação de Jequié-BA

Título	O Rio de Contas e sua contribuição para a formação de Jequié-BA
Competências gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a capacidade de síntese e representação gráfica de informações. - Estimular o pensamento crítico sobre a influência geográfica na formação histórica de uma região.
Objetivos de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a importância do Rio de Contas na história e desenvolvimento de Jequié. - Analisar como diferentes autores interpretam o papel do rio e das figuras históricas na formação da cidade.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Colaboração e trabalho em equipe para a criação de cartazes. - Habilidade de pesquisa e seleção de informações relevantes. - Capacidade de expressão artística e visual.

Conceitos	<ul style="list-style-type: none"> - Geografia histórica - Desenvolvimento urbano - Historiografia
Estratégias e recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Plataformas de edição de imagens para o design dos cartazes. - Redes sociais ou plataformas educacionais para compartilhamento dos trabalhos finais.
Atividades que serão desenvolvidas nas aulas	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa sobre o Rio de Contas e sua influência em Jequié. - Discussões em grupo para comparar as visões dos autores. - Criação de cartazes que ilustrem essas visões e a história do rio.
Sequência do Desenvolvimento das Atividades nas Aulas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução ao tema e explicação da tarefa. 2. Formação dos grupos e distribuição dos autores para cada um. 3. Pesquisa e discussão em grupo sobre as informações coletadas. 4. Planejamento e esboço dos cartazes. 5. Confecção dos cartazes com informações históricas e geográficas. 6. Apresentação dos cartazes para a turma e discussão sobre as diferentes perspectivas. 7. Reflexão coletiva sobre o impacto do Rio de Contas na formação de Jequié.
Referências	Araújo, Emerson Pinto de. "Nova História de Jequié". 2017.

Fonte: autora (2024).

Esta sequência didática é uma forma dinâmica e interativa de envolver os alunos na história de Jequié, permitindo-lhes não apenas aprender sobre o passado, mas também desenvolver habilidades importantes como pesquisa, trabalho em equipe e expressão criativa. Os cartazes servirão como uma ferramenta visual para consolidar o conhecimento e facilitar a compreensão da influência do Rio de Contas na cidade.

CONCLUSÕES

Ao longo desta dissertação, buscou-se demonstrar a importância de uma abordagem histórica que vá além das narrativas tradicionais, frequentemente baseadas em memórias ou relatos de elites, e que se ancore através de uma historiografia especializada.

Emerson Pinto de Araújo, autor da obra "Nova História de Jequié" (2017), tem desempenhado um papel significativo na construção da narrativa histórica da cidade. No entanto, a dependência quase exclusiva dessa obra pela comunidade para entender a história de Jequié levanta questões sobre a natureza das perspectivas e métodos utilizados. A historiografia memorialista, que tende a valorizar relatos não oficiais, fontes documentais e oficiais, muitas vezes exclui vozes dissidentes. Neste sentido, o trabalho efetivamente fez uma síntese da História de Jequié a partir dos estudos de Emerson Pinto de Araújo, propondo um olhar crítico e questionador acerca de suas narrativas.

Para tanto, propomos a leitura e discussão de uma historiografia que oferece contrapontos significativos ao seu enfoque, a exemplo de Vítor Felipe Almeida Lobo, em sua dissertação "Paraty Patrimônio Mundial Misto: Povos e Comunidades Tradicionais e o Ensino de História na Rede Municipal" (2023), argumenta pela necessidade de incorporar as vozes das comunidades tradicionais na construção da narrativa histórica, destacando a pluralidade de experiências e memórias que enriquecem a compreensão do passado. Kenneth Maxwell, em "A Devassa da Devassa" (2001), demonstra a complexidade das interpretações históricas e como elas podem variar significativamente dependendo das fontes e das perspectivas adotadas. Renata Ferreira de Oliveira, em "Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: Do Massacre e o (Quase) Extermínio aos Dias Atuais" (2012), oferece uma análise detalhada dos episódios de violência e resistência que marcaram a história dos povos indígenas na região, sublinhando a importância de reconhecer esses eventos na construção de uma narrativa histórica justa e completa. Isnara Pereira Ivo, em "Homens de Caminho: Trânsitos, Comércio e Cores nos Sertões da América Portuguesa - Século XVIII" (2009), explora as dinâmicas sociais e econômicas dos sertões brasileiros, fornecendo um contexto mais amplo e crítico para a atuação dos bandeirantes, como João Gonçalves.

Ao longo deste trabalho, tornou-se evidente que a história de Jequié não pode ser compreendida plenamente através de uma única fonte ou perspectiva. A inclusão de múltiplas vozes e a análise crítica das fontes são essenciais para uma compreensão mais rica e completa do passado. As sequências didáticas desenvolvidas buscam precisamente isso: estimular nos

estudantes a capacidade de questionar, analisar e interpretar diferentes fontes e narrativas históricas, promovendo um pensamento crítico e uma aprendizagem mais aprofundada.

Além disso, a abordagem proposta neste trabalho reflete uma tendência crescente na historiografia contemporânea, que valoriza a inclusão de perspectivas diversas e o reconhecimento das múltiplas camadas e complexidades da história. A história não deve ser vista como um conjunto fixo de fatos, mas como um campo dinâmico de interpretações e debates, em que novas evidências e perspectivas podem constantemente enriquecer nossa compreensão do passado.

Em conclusão, este trabalho reafirma a importância de uma abordagem histórica crítica e inclusiva, que reconheça a diversidade de experiências e memórias que compõem a história de Jequié. As sequências didáticas propostas visam não apenas enriquecer o ensino de história, mas também preparar os estudantes para se tornarem pensadores críticos e informados, capazes de engajar-se com a história de maneira profunda e significativa.

REFERÊNCIAS

Assistência oncológica será ampliada na Bahia, informa Governo Jerônimo. Redação do Jornal Grande Bahia. 10 de Agos 2023. Disponível em: <<https://jornalgrandebahia.com.br/2023/08/assistencia-oncologica-sera-ampliada-na-bahia-informa-governo-jeronimo/>>. Acesso em: 11 de Jan de 2024.

AUTOS DE DEVISSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016. v. 1 Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/21494>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

AILTON, D. **Figuras típicas e religiosidade popular de Jequié.** Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 2004. 91 p.

ARAÚJO, E. P. **A nova história de Jequié.** Salvador: Assembleia Legislativa, 2017. 514 p 513.

ARAÚJO, E. P. **Capítulos da História de Jequié.** Salvador: EGB Editora, 1997. 514 p 262.

Bahia terá o 2º maior gasoduto do país. Petrobrás. Disponível em: <<https://conlicitacao.com.br/noticias/bahia-tera-o-2o-maior-gasoduto-do-pais/>>. Acesso em: 11 de Jan de 2024.

BAHIA, G. do E. da. Comitê do Rio das Contas já está formado na Bahia. [S.l.]: Governo do Estado da Bahia, 11 set 2008. Disponível em: <<https://www.bahia.ba.gov.br/2008/09/noticias/meio-ambiente/comite-do-rio-das-contas-ja-esta-formado-na-bahia/>>. Acesso em: 25 julho. 2023.

BARATA, C. E. de A. **Sergipe - Governadores e Presidentes da Província (1821 – 1889).** Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, 22 maio. 2007. Atualizado em 12 fev. 2021. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070629230300/http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_s_04.html>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BLOCH, Marc. “A história, os homens e o tempo”. In: Marc Bloch. *Apologia da história. Ou o ofício do historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BURKE, P. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica.** São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017. 318 p.

COMITÊ da bacia do rio de contas. **Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia,** 2007. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20101009154828/http://www.iesb.org.br/noticias/not0082.php>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CONJURAÇÃO Mineira: a reação da Coroa. História do Brasil. Disponível: <<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/8829-conjura%C3%A7%C3%A3o-mineira-a-rea%C3%A7%C3%A3o-da-coroa-certo>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CHARTIER, R. A História ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DECLARAÇÃO de Quebec. Princípios de base de uma nova museologia 1984. **Cadernos de sociomuseologia**, 1999, nº 15. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>>. Acesso em: 17 de jun. 2022.

DECLARAÇÃO de Santiago. Mesa-redonda de Santiago do Chile, ICOM, 1972. **Cadernos de sociomuseologia**, 1999, nº 15. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>>. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

DECLARAÇÃO de Caracas. ICOM, 1992. **Cadernos de sociomuseologia**, 1999, nº 15. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>>. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

FAZENDA Borda da Mata, Jequié - BA. Informações do Brasil. Disponível em: <<https://informacoedobrasil.com.br/rua/ba/jequie/fazenda-borda-da-mata+685>>. Acesso em: 11 de julho. 2023

FERREIRA, José Anacleto. O Inconfidente escapou da condenação na devassa artigo publicado pela magiscultura mineira, nº 9, abril de 2013. Instituto Histórico e Cultural de Arceburgo, jul. – ago. 2013, n. 41. Disponível em: <https://amagis.com.br/uploads/noticias/plusfiles/10806_0.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2023

FERRERAS, N. O. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo social na América Latina. **História (São Paulo)**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 211-226, 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-90742003000200012>.

FREITAS, I. **A pedagogia da história de Jonathas Serrano para o ensino secundário brasileiro (1913/1935)**. 2006. 389 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FUNARI, P. P. A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, v. 4, p. 23-32, 2001.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 171

GENEALOGIA, C. B. de. **Arquivos Genealógicos**. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, 05 jan. 2007. Atualizado em 12 fev. 2021. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070629225920/http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_o_01.html>. Acesso em: 18 de julho. 2023

GERMINARI, G. D. Reforma do Ensino Médio no Brasil: o caso da disciplina de história e as implicações para aprendizagem histórica. **Cadernos de Pesquisa: PENSAMENTO EDUCACIONAL**, [S.L.], v. 13, n. 33, p. 254-269, 16 abr. 2018. Sociedade Civil Educacional Tuiuti Limitada. <http://dx.doi.org/10.35168/2175-2613.utp.pens_ed.2018.vol13.n33.pp254-269>. Acesso em: 22 jun. 2022

GUIMARÃES, L. N. **Oficinas do Tempo**: elaboração e execução de uma sequência didática no ensino de História. 2002. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ensino em História) - Programa de PósGraduação em Ensino de História – ProfHistória – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Jequié (BA): História e Fotos**. IBGE, 2014. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jequie/historico>>. Acesso em: 11 julho. 2023

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Mapa das divisões hidrográficas do Brasil**. IBGE, 2021. Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/bacias_e_divisoes_hidrograficas_do_brasil/2021/Divisao_Hidrografica_Nacional_DHN250/mapas/mapa_das_divisoes_hidrograficas_do_brasil_2021.pdf>. Acesso em: 14 agos. 2023

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Geociências: downloads** IBGE, [2021?]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=informacoes_ambientais/estudos_ambientais/bacias_e_divisoes_hidrograficas_do_brasil/2021/Bacias_Hidrograficas_do_Brasil_BHB250/tabelas/>. Acesso em: 31 julho. 2023

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Jequié**. IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/jequie.html>>. Acesso em: 25 julho. 2023

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Jequié (BA): Panorama**. IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jequie/panorama>>. Acesso em: 25 julho. 2023

IVO, I. P. **Homens de caminho**: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa - século XVIII. 2009. 391 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal, Belo Horizonte, 2009.

IVO, I. P. **O Anjo da Morte Contra o Santo Lenho**: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017. 298 p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa ; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro ; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – 3 ed. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 270.

JEQUIÉ, Bahia: Guia Completo sobre a Cidade. Cidades do Meu Brasil, 2023. Disponível em: <<https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ba/jequie>>. Acesso em: 01 agos. 2023

JEQUIÉ, R. Praça Luís Viana da década de 1960. **Jequié Repórter**, 2014. Disponível em: <<https://memoriasdejequie.wordpress.com/2014/02/12/jequie-memoria-fotografica-a-praca-do-comercio/>>. Acesso em: 01 agos. 2023

JEQUIÉ, R. Praça Luiz Viana será devolvida à população nesta quarta, 28. **Jequié Repórter**, 2016. Disponível em: <<http://www.jequiereporter.com.br/blog/2016/12/28/praca-luiz-viana-sera-devolvida-a-populacao-nesta-quarta-28/>>. Acesso em: 01 agos. 2023

KRIWACKZEK, P. **Babilônia**: a mesopotâmia e o nascimento da civilização. Traduzido por Vera Ribeiro. Zahar, Rio de Janeiro, 2018. p. 380.

LANDIM, Maria Luzia Braga. **Marcas identitárias: presença italiana no sertão da Bahia (1878-1910)**. Tese (Doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Rio de Janeiro, 2012. p. 285.

LEE, P. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar**, Curitiba, Especial, p. 131-150, 2006.

LE GOFF, J. História e memória. Trad. Bernardo Leitão (et al). 3ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 535.

LILLI, Andrea. Boa Sorte: storie di emigranti italiani in Brasile. Jequié, filha de Trêchchina. Sarapegbe, 2018. Disponível em: <<https://www.sarapegbe.net/articulo.php?quale=208&tabella=articoli#portoghese>>. Acesso em: 01 agos. 2023

LINDOLFO Rocha. **Wikipédia**, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lindolfo_Rocha>. Acesso em: 10 agos. 2023.

Logística: cruzamos fronteiras e horizontes. Petrobrás. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/quem-somos/logistica>>. Acesso em: 11 de Jan de 2024.

LOBO, Vítor Felipe Almeida. "Paraty Patrimônio Mundial Misto: Povos e Comunidades Tradicionais e o Ensino de História na Rede Municipal". Dissertação de Mestrado (Pofhist). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

MARCELO, V. L. do S. **Jequié: dinâmicas e retrações urbanas**. 2020. p. 2009 Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2020.

MARIA. Direção: Manoel Carlos. Produção de Globo. Brasil. Globo, 1978. Disponível em: <<http://teledramaturgia.com.br/maria-maria/>>. Acesso em: 10 agos. 2023

MARROTA, C. Casa de Confiança. Casa de Confiança. Disponível em: <<http://www.casaconfianca.org/librobr.htm>>. Acesso em: 01 agos. 2023

MAXWELL, K. **A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MELO, L do N. M de. **O conceito de escravidão no processo de letramento histórico escolar**. 2023. 92 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo-RJ, 2023.

METRO1. **Historiador Emerson Pinto de Araújo morre aos 97 anos em Jequié**. 2023. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/bahia/133446,historiador-emerson-pinto-de-araujo-morre-aos-97-anos-em-jequie>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MIDDLEJ, W. **Anésia Cauaçu: lenda e História no sertão de Jequié**. Salvador: Assembleia Legislativa, 2017. p. 214

MIDDLEJ, W. **Crônicas da Bahia sob o sol de Jequié**. Salvador: Assembleia Legislativa, 2014. p. 270.

MOURA, G. **Há mais de 100 anos, 'treta' entre grupos políticos fez Jequié virar capital da Bahia**. Correio24Horas, 2024. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/colunistas/baianidades/ha-mais-de-100-anos-treta-entre-grupos-politicos-fez-jequie- virar-capital-da-bahia-0324>. Acesso em: 10 jun. 2024.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. 2013. **Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil**. São Paulo: Global.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. "Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais". Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2012

OSSOLA, L. **A Imigração Italiana**. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, 22 maio. 2007. Atualizado em 12 fev. 2021. Disponível em: https://web.archive.org/web/20070622115850/http://cbg.org.br/arquivos_genealogicos_i_01.html. Acesso em: 18 julho. 2023

PARREIRA, A. D. da S. **A Jornada dos Mártires**. 1928. Pintura, óleo sobre tela, 200 x 381. Disponível em: <https://mapro.inwebonline.net/ficha.aspx?t=o&id=10694#ad-image-0>. Acesso em: 08 junho. 2023

POLIDORO, Lurde de Fátima; Stigar, Robson. **A transposição didática: a passagem do saber científico para o saber escolar**. Ciberteologia – Revista de Teologia e Cultura – Ano VI, nº. 27, São Paulo- SP. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anaisimposios/pdf/201901/1548206368_c8a044e2425762412f45eaa621ea6c5a.pdf. Acesso em: 02 Nov. 2022.

PRAÇA Luís Viana na década de 1920. **Researchgate**, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Praca-Luis-Viana-atual-D-Eduardo-Decada-de-1920-Fonte-Acervo-Particular_fig1_277103590. Acesso em: 21 agos. 2023.

RIBEIRO, Pacífico. **O meu canto de amor a Jequié**. Arpoador. Salvador, Bahia, 2008. p. 135

RIOS, D. R. **Jequié: síntese histórica e informativa**. 2º Ed. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2011. p. 120

ROCHA, Altemar Amaral. **O papel de João Gonçalves da Costa na produção do espaço baiano – entre os séculos XVIII E XIX: as origens do território de Vitória da Conquista**. **Geopauta**, [S.L.], v. 2, n. 3, p. 83, 29 dez. 2018. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edicoes UESB. <http://dx.doi.org/10.22481/rg.v2i3.3732>.

ROCHA, Lindolfo. **Iacina :Dispersão dos Maracaiáras: narrativas de costumes e rudimentos de instituições sociais entre indígenas do sertão da bahia**. Salvador: Livraria dos Dois Mundos, 1907. p. 286

ROLIM, Eliana de Souza. Patrimônio histórico, memória, história e construção de saberes. **Ampuh**, Natal, v. 27, p. 1-14, 2013. Disponível em: <https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371265630_ARQUIVO_ArtigoXXVIISi mposioNacionalversaofinal.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.

RÚSSIO, W. L'interdisciplinarité em muséologie. *Museological Working Papers*, Icofom/SHM, Stockholm, n. 2, p. 58-59, 1981.

SADDI, R. O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada. **Acta Scientiarum. Education**, [S.L.], v. 34, n. 2, p. 212-220, 14 nov. 2012. Universidade Estadual de Maringa. <<http://dx.doi.org/10.4025/actascieduc.v34i2.16989>>.

SANTANA, A. O Inconfidente José Sá Bittencourt. **A história que move o mundo**, 2013. Disponível em <<http://reioraculo.blogspot.com/2013/01/joaomagno-chaves-reinaldosantos-souza.html>>. Acesso em: 08 jun. 2023

SANTOS, A. *Diagnóstico Municipal de Jequié*. Jequié: Instituto de Pesquisas Geográficas & Gasparetto Pesquisas e Estatísticas, 2013. Disponível em: <<https://comunicidades.files.wordpress.com/2018/03/diagnoc3b3stico-municipal-de-jequic3a9-ba.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2023

SANTOS, M. A cidade de Jequié e sua região. Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 1957, v. 1, n. 1, p. 71-112. Disponível em: <http://miltosantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/04/a-cidade-de-jequie_miltosantos.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2023.

SECRETO, M. V. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 34-51, mar. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702020000100003>.

SILVA, M. A. da; FONSECA, S. G.. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, [S.L.], v. 30, n. 60, p. 13-33, 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882010000200002>.

SOUSA, F. Rio de Contas: A maior bacia hidrográfica 100% baiana. **Água, Vida & Cia**, 12 nov 2020. Disponível em: <<https://ferdinandodesousa.com/2020/12/11/rio-de-contas-a-maior-bacia-hidrografica-100-baiana/>>. Acesso em: 31 jul. 2023

TOLKIEN. J. R. R. **O Senhor dos anéis**. Ilustrações de Alan Lee; Tradução Ronald Kyrnese. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2021. 705 p.

VIRGENS, B. C. das; SAMPAIO, S. A.; SILVA, E. R. M. O estudo do lugar por meio do trabalho de campo e da literatura de cordel: metodologias de aprendizado sobre a história e a evolução da paisagem da cidade de Jequié, Bahia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 25, n. 33, p. 1-33, 2021. DOI 10.5902/2236499453323. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/53323/45774>>. Acesso em: 11 jul. 2023

WIED; MAXIMILIANO; PRINZ, V. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817**. Brasil: Ed. Nacional, 1942. 557 p.

XAVIER, Y. M. de A.; BEZERRA, N. F. **Gestão Legal dos Recursos Hídricos dos Estados do Nordeste do Brasil**. Fortaleza:, 2004. 187 p.

XAVIER, Edson; Ubirajara F. Prestes Filhos. **História interativa: 7º ano: integrada/**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2019. (Coleção História interativa).

63 ANOS DO HOSPITAL PRADO VALADARES. Disponível em: <http://www2.saude.ba.gov.br/hgpv/noticia_015.2010-63ANOS_HGPV.htm>. Acesso em: 11 de Jan de 2024.

ZAMBONI, E. **Didática da história: Teoria e metodologia da pesquisa e ensino de história**. Editora Unesp. 2018.

ANEXO A

Figura 19 – Fotografia da Enchente de 1914



Fonte: Grupo do Facebook minha Jequié

ANEXO B

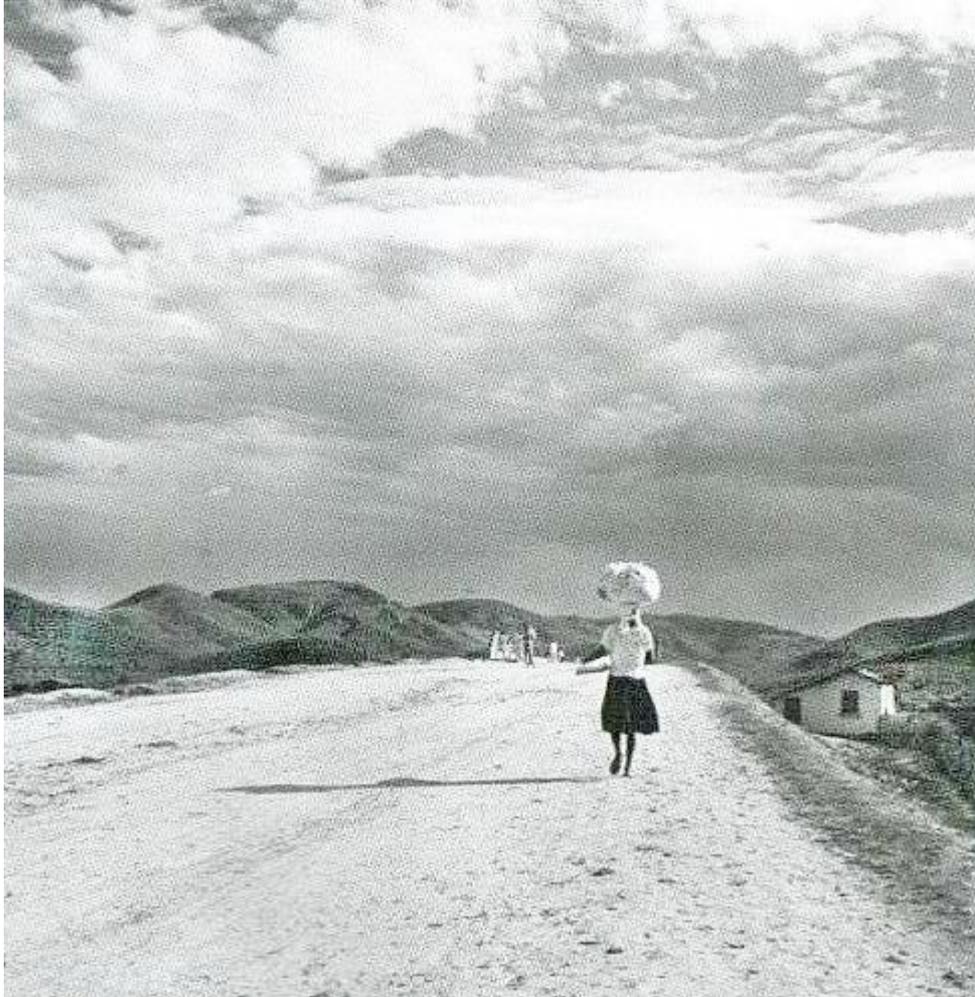
Figura 20 – Fotografia do Carnaval em Jequié-BA em 1928



Fonte: Grupo do Facebook minha Jequié

ANEXO C

Figura 21 – Fotografia: As vozes silencias de Jequié, registradas na lente do fotografo Pierre Verger em 1946.



Fonte: Grupo do Facebook minha Jequié

ANEXO D

Figura 22 – Fotografia de Pierre Verger em 1946 – Catedral de Santo Antônio, Padroeiro da cidade, estilo gótico – construída por André Saffrey



Fonte: Grupo do Facebook minha Jequié

ANEXO E

Figura 23 – Fotografia da locomotiva em Jequié obra feita com o apoio do arquiteto Francês André Saffrey, ano desconhecido



Fonte: Grupo do Facebook minha Jequié

ANEXO F

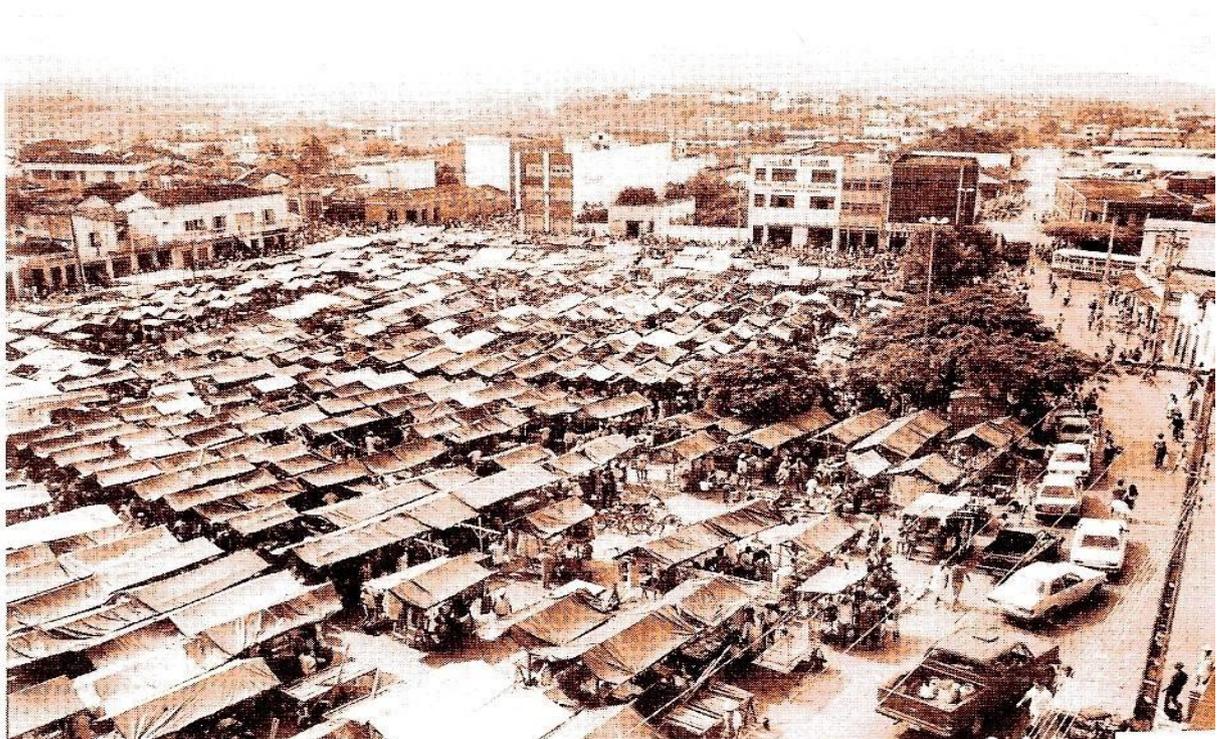
Figura 24 – Fotografia da Praianha em 1980, Rio de Contas Jequié, banhistas desconhecidos.



Fonte: Grupo do Facebook minha Jequié

ANEXO G

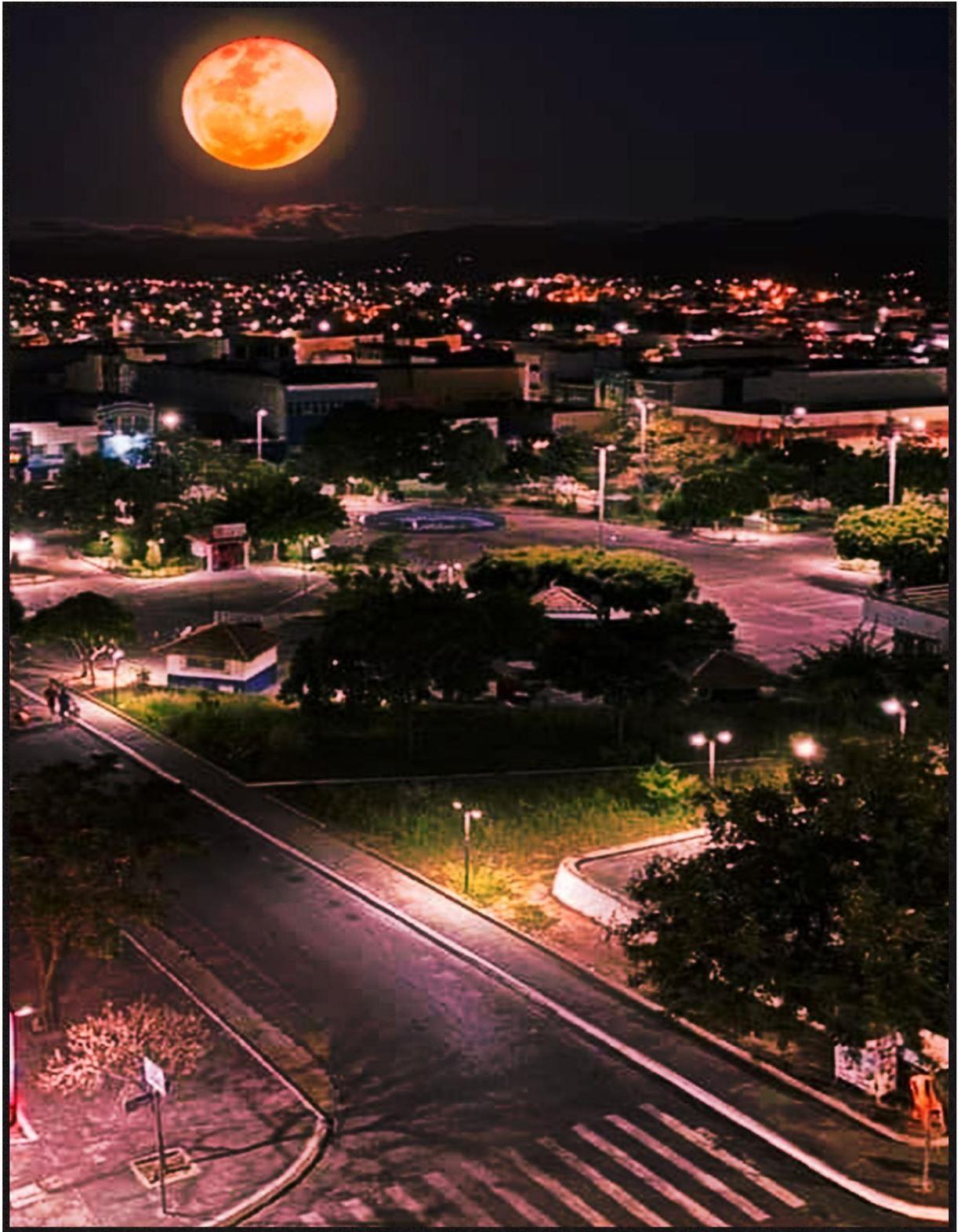
Figura 25 – Fotografia do Mercadão municipal Vicente Grillo dia de Feira ano desconhecido.



Fonte: Grupo do Facebook minha Jequié

ANEXO H

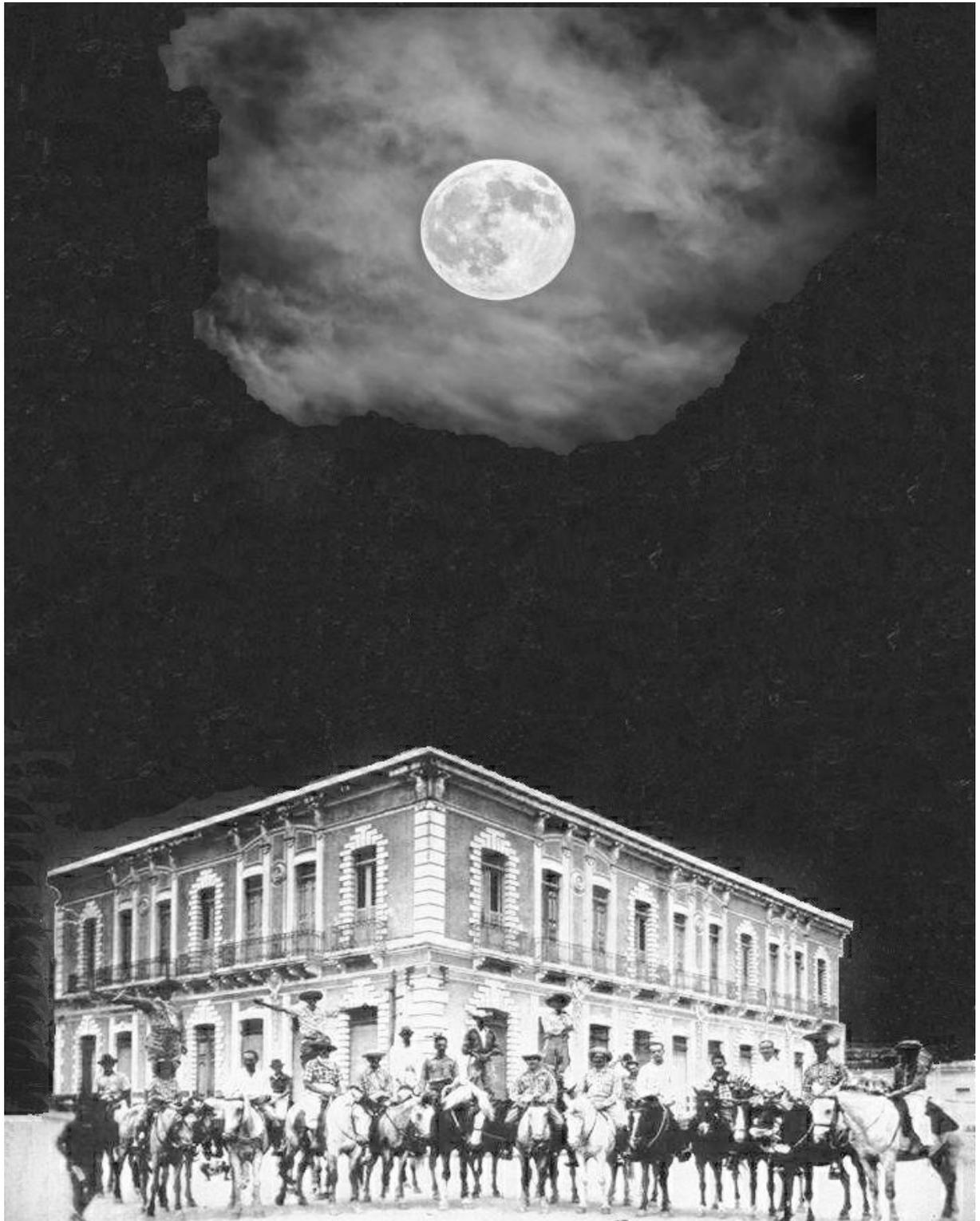
Figura 26 – Fotografia da Paisagem de Jequié vista do alto ano desconhecido



Fonte: Grupo do Facebook minha Jequié

ANEXO I

Figura 27 – Fotografia do Bando de Anésia Cauaçu em 1916 em frente ao Edifício de Grillo



Fonte: Grupo do Facebook minha Jequié